

# **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DEPUTADOS E GOVERNANTES**

**Ricardo Martins da Silva Santana**

**Dissertação de Mestrado em Sociologia, especialidade em  
Políticas Públicas e Desigualdades Sociais**

**Abril, 2013**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Sociologia realizado sob a orientação científica do  
Prof. Doutor Manuel Lisboa

*Ao meu avô, Júlio Santana*

*Homem com uma força imensa e um coração ainda maior*

## **AGRADECIMENTOS**

Um agradecimento especial ao professor Manuel Lisboa pelo apoio e orientação académica e, mais do que isso, pelo trato e carinho com que lida com quem o rodeia. Pelas oportunidades que tem proporcionado e pela liberdade académica e pessoal que sempre me deu.

Um obrigado, bem extenso e profundo, à Ana Lúcia Teixeira pelo apoio, motivação, orientação e ajuda incansável sempre que dela precisava. Muito deste trabalho depende do seu esforço e atenção. À Dalila Cerejo pela afectividade, cumplicidade e intensidade que coloca no dia-a-dia. À Soraia Cunha pela amizade e apoio que sempre deu. Às colegas do ONVG, CESNOVA e aos Professores da FCSH pela companhia e desafio académico que têm proporcionado.

Aos amigos, eles que tantas vezes contribuíram para as distrações que prolongaram a execução deste trabalho, mas que, em muitas outras, foram o principal alento para a sua conclusão.

À família, a total admiração e agradecimento por tudo o que de mais incondicional tenho encontrado nesta vida.

# **VIOLÊNCIA DOMESTICA EM PORTUGAL: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DEPUTADOS E GOVERNANTES**

**RICARDO MARTINS DA SILVA SANTANA**

## **RESUMO**

Este trabalho é o resultado de um estudo em torno das políticas públicas de combate à violência doméstica em Portugal. O objectivo central é analisar os discursos dos actores políticos nos debates parlamentares da Assembleia da República e procurar fazer emergir as representações e sentidos que estão na base da concepção das políticas públicas, bem com as principais preocupações que o poder legislativo tem nos momentos considerados como marcantes para a acção desenvolvida face a um problema presente na sociedade. Iremos abordar as políticas que visam agir sobre um problema complexo e transversal a toda a sociedade. Este problema social tem feito parte da agenda política há duas décadas e tem, consequentemente, sido alvo de discussão por parte dos políticos em diversos debates.

Partindo de Goffman (1974), abordamos o sistema político segundo uma perspectiva interaccionista, em que os frames ajudam os indivíduos a ordenar a realidade por eles percebida através de um background cognitivo que fornece instrumentos para criarem formas organizadas de ver o mundo e os acontecimentos que os rodeiam. De acordo com esta perspectiva, não existem dinâmicas sociais e estruturas fixas ou pré-determinadas, mas sim dinâmicas e mutáveis, em constante renegociação, moldadas por repetições de acontecimentos e interpretações daquilo que é transmitido aos indivíduos. As representações dos políticos são, desta forma, concebidas a partir de processos de interacção e resultam de esquemas de interpretação socialmente construídos, permitindo aos indivíduos localizar, perceber, identificar e rotular a realidade envolvente (frames). Constituem-se como bases simbólicas que significativamente estruturam o mundo social, que moldam e são moldados pelo sector político.

Procurámos chegar às representações dos políticos em torno de três dimensões do problema da violência doméstica: como é que os políticos a definem, quais as causas que apontam e que acção é pensada ou levada a cabo. Analisámos estas dimensões em quatro momentos que consideramos como determinantes para perceber a evolução das representações relativamente à violência doméstica: a criação da primeira lei que visava a protecção adequada de mulheres vítimas de violência, em 1991; a passagem do crime de violência doméstica de privado para semipúblico, em 1998; de semipúblico para público em 2000; e a actualidade, 2011.

Esta análise permitiu-nos avaliar a evolução relativa às políticas públicas ao longo das últimas duas décadas e o que está por detrás das representações dos políticos que actuam na área. Analisámos assim, de forma mais aprofundada em que se baseiam e o que os influencia quando agem ao aplicar políticas com o intuito de produzir mudança, nomeadamente ao nível da mentalidade e da forma de agir das pessoas. O presente estudo possibilitou ainda aferir em que medida a sua visão é influenciada por determinados aspectos como a origem partidária, a ideologia política ou o conhecimento científico produzido por entidades externas.

**PALAVRAS-CHAVE:** políticas públicas, violência doméstica, representações sociais, *frames*

## **ABSTRACT**

This thesis is the outcome of a study revolving the thematic of public policies to combat domestic violence in Portugal. The main objective is to analyze the political actors' discourses, within the national parliament. Entailed, emerges the representations and meanings that rely on the basis of the conceptions regarding public policies as well as the legislative power's main concerns in important moments in time, especially those that marked specific actions developed against this societal problem. Policies that intend to act against this cross cutting societal problem will be analyzed since this thematic has been part of the political agenda for over two decades and object of several political debates.

Using Goffman's proposal (1974), we will approach the political system from an interactionist perspective, where the frames guide individuals to sort their perceived reality through cognitive backgrounds that provide instruments meant to create organized forms to apprehend the world and events. Accordingly with this sociological perspective, there are no fixed or pre-determined social dynamics. Instead they are dynamical and changeable, in constant negotiation, molded by repetition of events and interpretations of what is transmitted to the individuals. The politicians' representations are, from all that's been said, conceived from an interaction process and result in social constructed interpretations schemes, allowing individuals to locate, understand, identify and label the involving reality (frames). They are symbolic basis that, both, structure the social world and mold and are molded by the political sector.

We wanted to shed light on the politician's representations through three domestic violence dimensions: how do they define it, which are its causes and what are the most viable ways and actions to take. These dimensions were considered in four moments, essential to understand the representations' evolution concerning domestic violence: the appearance of the first law that determined the adequate protection to domestic violence victims, in 1991; the passage from domestic violence crime to semi-public crime, in 1998; from a semi-public crime to public crime, in 2000 and nowadays, 2011.

The above analysis enable us to appreciate the evolution of public policies since these past two decades and also what lies beneath the politicians' representations involved in the thematic. It also made possible to proceed with a more enriched reflection on what influences the politicians when they act in implementing policies, meant to create change. The study now presented has also tried to assess in what ways the mentioned actors' vision is influenced by certain aspects of political ideologies or even by scientific knowledge produced by external institutions.

**KEYWORDS:** public policies, domestic violence, social representations, frames

# Índice

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO PROBLEMA SOCIAL EM PORTUGAL .....	7
1.1. O estado e a acção política .....	7
1.2. As políticas públicas internacionais e nacionais de combate à violência doméstica .....	9
CAPÍTULO 2 - O PROBLEMA SOCIOLÓGICO: CONSTRUÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL...	13
2.1. A violência doméstica .....	15
2.2. As políticas públicas.....	20
2.3. Representações sociais.....	23
2.4. Goffman e <i>frame analysis</i> .....	26
2.5. Contribuições em torno da <i>frame analysis</i> .....	29
2.6. O estudo das políticas públicas com base na <i>frame analysis</i> .....	32
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA .....	36
3.1. A metodologia compreensiva e os métodos qualitativos .....	39
3.2. A selecção de documentos e a análise documental .....	40
3.3. Análise de conteúdo.....	44
3.3.1. Análise temática e os eixos de análise .....	45
CAPÍTULO 4 – DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS .....	49
4.1. Definição e representações da violência doméstica .....	51
4.1.1. Da violência contra as mulheres à violência doméstica: vinte anos de evolução de um conceito.....	63
4.1.2. Uma lei em mudança .....	66
4.1.3. A representação do acto: violência, maus tratos, crime.....	68
4.1.4. O conceito de vítima .....	70



4.2. Causas para um problema há muito detectado .....	73
4.2.1. A (des)igualdade .....	79
4.2.2. Dimensão económico-social: trabalho e sociedade .....	81
4.2.3. Representações sociais: valores e modelos socioculturais .....	84
4.2.4. Família e conjugalidade: espaços de afecto, espaços de violência .....	87
4.3. Acção: quem e quando .....	89
4.3.1. O papel do estado e do governo .....	94
4.3.2. Remediar: apoio, protecção e combate .....	99
4.3.3. Prevenir .....	101
4.3.4. Associações e organizações: a colaboração de instituições não-governamentais .....	104
4.4. Partidos e quadros ideológicos .....	108
CONCLUSÃO .....	115
BIBLIOGRAFIA .....	128
LISTA DE TABELAS .....	134
ANEXOS .....	135

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação foi desenvolvido no âmbito do curso de Mestrado em Sociologia, com especialização em Políticas Públicas e Desigualdades Sociais, e tem como principal objectivo estudar as políticas públicas de combate à violência doméstica em Portugal nos últimos 20 anos (1991-2011).

Num mundo em constante alteração, movido por dinâmicas globais e sociais que acarretam mudanças cada vez mais abruptas e profundas, assistimos a uma sociedade muito complexa de analisar, de intervir e de viver. Os actores sociais enfrentam diariamente o desconhecido e a incerteza, e a realidade que conhecem é cada vez mais problemática e ambígua. Para os actores políticos a situação não é diferente. Enfrentam, numa forma contínua, novos e complexos problemas e desafios, momentos de instabilidade e de conflito entre as dinâmicas políticas e as sociais, que lhes exigem não só novas formas de olhar a realidade como também a criação de estratégias de intervenção cada vez mais intrincadas e holísticas.

Para podermos compreender de que forma estes actores têm agido e entendido a realidade que os rodeia, temos que perceber como pensam, o que os preocupa e que estratégias e instrumentos têm criado e aplicado, com vista à resolução de um problema recente e complexo. Sendo um dos principais agentes de regulação da sociedade portuguesa, os políticos e as suas representações acerca do que os envolve devem ser analisados sob uma perspectiva científica, por forma a entendermos o que molda e determina a sua forma de pensar e agir. São os principais produtores de leis, direitos e deveres dos cidadãos, influenciam e determinam a sociedade. Perceber de que forma o fazem é o ponto de partida ao nosso trabalho.

O objecto de estudo do nosso trabalho são as políticas públicas que vêm sendo definidas nos últimos 20 anos na sociedade portuguesa para agir sobre a violência doméstica. As políticas públicas neste domínio lidam com um problema que, não sendo recente, é relativamente novo na sua visibilidade enquanto problema social (Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997). Este é um problema que não se resolve com simples medidas executivas, nem com o cumprimento de metas ou objectivos. Logo, as políticas públicas criadas neste domínio procuram combater um fenómeno ao longo

do tempo, e que pode durar mais do que uma geração a solucionar. A sua irradicação depende da mudança de mentalidades e dos comportamentos sociais, e essa mudança depende da forma como são definidas as políticas que têm em vista esse objectivo.

O objectivo da nossa investigação é descrever e analisar quais são as representações que os actores políticos<sup>1</sup> têm no processo de discussão e produção das políticas públicas relativas ao problema da violência doméstica. Para tal, analisámos os debates parlamentares da Assembleia da República Portuguesa e aí, a partir dos discursos proferidos pelos parlamentares, procurámos encontrar que representações têm sobre o problema da violência doméstica, as suas causas e o tipo de acção que deve ser tomada. Trata-se de procurar definir do que se fala quando se refere a violência doméstica e quais as dimensões do problema que são equacionadas.

Este trabalho é pertinente na medida em que pretende dar-nos um entendimento do que vem sendo criado ao nível das políticas, indo além do mero texto da lei, acerca das preocupações, ideologias ou estratégias de acção que vêm sendo apresentadas e implementadas pelos políticos portugueses relativamente à violência doméstica. Permitirá avaliar o que pensa e o que se faz relativamente a este problema, num sector tão importante para a nossa sociedade como é o sector político. Procurámos atingir esse objectivo analisando que representações foram transmitidas nos discursos dos debates parlamentares, através da identificação de temas específicos, referidos tanto de forma implícita como explícita. Será assim possível aceder à construção simbólica que os actores fazem relativamente à violência doméstica, revelando que símbolos e significados estão na base da construção do discurso político.

A nossa principal motivação é olhar as políticas públicas, não duma forma que examine e meça a sua eficácia e eficiência, que quantifique e descreva o que tem sido implementado, mas sim duma forma que permita avaliar de que modo vêm sendo definidas e o que têm por detrás da sua formulação. Nos últimos anos, as políticas públicas têm sido analisadas, muitas vezes, de uma forma demasiado linear e objectiva, onde se estuda basicamente as leis, os planos, as recomendações, as metas e os objectivos cumpridos. A nossa perspectiva será a de olhar as políticas de uma forma diferente, mais focada no que está por detrás da sua concepção, procurando

---

<sup>1</sup> Neste caso, os deputados da Assembleia da República Portuguesa.

determinar que representações podemos encontrar na fase de discussão na Assembleia da República.

De forma objectiva, analisámos o que foi dito nos discursos dos deputados, nos debates parlamentares da Assembleia da República, sempre que se falou de violência contra as mulheres e de violência doméstica, desde o início da década de noventa até 2011. Isto identificando quais os temas que foram mais referidos, a sua disposição no discurso e quais os que são apontados em conjunto. Desta forma, podemos apresentar as formas de perceber a realidade por parte dos parlamentares, as suas principais preocupações, em que se baseiam para pensar de determinada forma, e que objectivos procuram, sob a forma de representações sociais presentes no discurso.

Dos temas referidos chegaremos às representações, isto seguindo uma abordagem interaccionista que remete para a ideia de que os indivíduos interagem e agem segundo conjuntos de símbolos e significados, “quadros” que os ajudam a perceber a realidade que os rodeia. Esses quadros são construídos na interacção e revelados, neste caso, através do discurso de um determinado actor em determinado momento. Aquilo que ele transmite, os temas a que se refere, revela a forma como pensa e como representa o mundo que o rodeia. Dado que o seu discurso encontra-se carregado de símbolos e significados, procurámos revelá-los de forma clara e objectiva, por forma a demonstrar e a explicar a forma como os actores políticos têm agido. Sustentamos a nossa investigação num ramo da teoria interaccionista que se baseia na análise por *frames* (Goffman, 1986 [1974]), entendido como conjuntos de símbolos e significados que ajudam os indivíduos a compreender a realidade que os rodeia e determinam a forma como estes pensam e agem. Os *frames* são identificados a partir dos temas referidos nos discursos. A sua análise vai-nos dar a perceber as representações dos políticos.

Optámos pelos discursos dos deputados da Assembleia da República uma vez que se trata de um dos principais órgãos legislativos da República Portuguesa, e onde todos eles, eleitos numa sociedade democrática para representar o povo que os elegeu, têm oportunidade de apresentar e discutir as suas ideias e intenções. Encontram-se presentes todos os partidos com representação parlamentar nas várias legislaturas, permitindo-nos desta forma avaliar o que defende cada um deles e verificar se as ideologias políticas são determinantes nas políticas que vêm sendo

debatidas. A partir da discussão existente examinamos que opções são defendidas, indo além do presente no texto da lei, chegando às formas de pensar, aos objectivos que se procuram e ao modo como se desenha a acção sobre um problema (Schon & Rein, 1994), ou seja, às políticas públicas, que entendemos como um dos principais instrumentos de acção sobre a sociedade, tanto na sua regulação como na afectação de valores. A estratégia que adoptámos permitiu analisar e explicar quais são as representações sociais que os actores políticos têm quando agem sobre a sociedade, procurando definir de que forma essas representações são construídas e o que pretendem transmitir.

Seleccionámos quatro momentos que considerámos como determinantes para a análise das políticas públicas relativamente ao problema da violência doméstica. O primeiro, na altura em que foi instituída a primeira lei de protecção das mulheres contra a violência, em 1991. O segundo e o terceiro momentos correspondem a alterações significativas no âmbito do crime de violência doméstica, com a passagem do crime a semipúblico, em 1998, e deste para crime público, em 2000. Para avaliarmos a evolução face ao momento actual, seleccionámos como quarto e último período de análise os discursos proferidos em 2011, momento em que teve início esta investigação. Para cada um deles procurámos encontrar representações em torno de três dimensões que definimos como o ponto de partida para a nossa investigação: como é definido o problema da violência doméstica; qual ou quais são as suas causas; e que tipo de acção e estratégias são pensadas e executadas. Indo além da análise do texto formal da lei, procurámos chegar aos valores e ideias que se encontram presentes nos debates existentes em cada momento onde existiu uma alteração profunda ou de destaque na lei ou na forma de olhar ou criminalizar a violência doméstica. Entendemos que esses valores e ideias são determinados pelos conjuntos de símbolos e significados que os actores sociais têm da realidade que os envolve e com a qual interagem.

Para a concretização deste estudo partimos de dois ramos das ciências sociais, a Sociologia e a Ciência Política. Procurámos integrar a visão e os métodos destas duas disciplinas, de modo a levar a cabo uma investigação interdisciplinar que permitisse construir algo inovador e uma nova forma de olhar e analisar as políticas públicas neste domínio. Procurámos, fundamentalmente, ir além dos estudos realizados que se preocupam sobretudo com a representação e sistematização do sistema político e das

políticas públicas sob a forma de etapas ou de níveis (ver e.g. Howlett, Ramesh, & Perl, 2009; Peters & van Nispen, 1998; Moran, Rein & Goodin, 2006; Anderson, 1975). Analisámos a forma como os deputados olham para um problema complexo que é transversal a toda a sociedade e que vem estando, desde há mais de duas décadas, na agenda dos governos, da oposição e da comunicação social, e que não depende exclusivamente da acção directa do Estado ou do Governo.

O desafio que nos colocámos remete para uma análise de cariz mais qualitativo, numa altura em que se olha quase exclusivamente para o cumprimento de metas de forma numérica e objectiva (como as questões relacionadas com as contas públicas, o défice ou o orçamento de Estado). Pretendemos abordar como é que os políticos têm lidado com questões mais ambíguas, questões tão ou mais importantes para a sociedade do que as económicas ou financeiras que apresentam variáveis mais previsíveis (Mutfay, 1997). Acreditamos que as transformações ocorridas na forma de olhar e agir sobre o problema da violência doméstica, traduzidas nas alterações legislativas e jurídicas existentes, resultam ou produzem efeitos da e na forma de pensar dos actores políticos relativamente a este problema. Uma das questões a que vamos procurar responder neste trabalho é se estas alterações realmente existiram e de que forma se processaram, tanto na forma de pensar e representar o próprio problema da violência doméstica como na acção sobre este. Uma outra questão passa por saber de que forma a ideologia partidária influencia ou determina as diferentes formas de olhar este problema, e se o conhecimento científico determinou ou não o seu entendimento e evolução.

O trabalho encontra-se dividido em quatro grandes capítulos. No primeiro apresentamos o objecto de estudo. Falamos do problema da violência doméstica e das políticas públicas. Apresentamos as principais políticas, internacionais e nacionais, que incidem sobre este problema.

No segundo capítulo encontra-se presente a base teórica para o nosso trabalho. Começamos por procurar apresentar de que forma se tem definido e pensado o problema da violência doméstica, seguindo-se uma reflexão acerca das políticas públicas. Partindo de Goffman e do seu trabalho em torno dos *frames* (1986 [1974]), vamos explicitar o suporte teórico do trabalho a partir da perspectiva

interaccionista, as contribuições que foram dadas por outros autores e a ligação entre a teoria dos *frames* e as políticas públicas.

O terceiro capítulo compreende a metodologia adoptada, as opções e estratégias que tomámos, a forma como se desenvolveu a investigação e por que etapas passou o trabalho empírico. Optámos por seguir uma metodologia compreensiva que, através de métodos quantitativos e qualitativos, pretende fazer emergir as principais representações encontradas. Partimos da procura de regularidades estatísticas, comuns aos métodos quantitativos, e complementámos a nossa análise com a utilização de métodos qualitativos.

No quarto, e último, capítulo apresentamos os resultados obtidos, onde, a partir de uma análise de *frames*, expomos as principais representações encontradas para as dimensões analisadas. Pretendemos responder às questões que nos colocámos à partida, procurando, para cada momento, apresentar a forma como os actores políticos olham para o problema da violência doméstica e analisar a evolução de alguns aspectos ou componentes que passaram a ser considerados de forma diferente para o pensamento e acção sobre este problema, aspectos ou componentes como o género, a tipologia da vítima ou a estratégia face ao agressor, de acordo com um quadro de referência dado pelos estudos realizados (Hagemann-White, 2006; Lisboa, et al., 2006; Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009; Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997) acerca deste tema.

# **CAPÍTULO 1 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO PROBLEMA SOCIAL EM PORTUGAL**

## **1.1. O ESTADO E A ACÇÃO POLÍTICA**

Os Estados têm tido um papel fundamental na regulação das sociedades contemporâneas (Zippelius, 1997). Através dos seus órgãos, organizações, elementos e poderes torna-se responsável pela implementação e desenvolvimento das condições de vida da população que regula, implementando um conjunto de direitos, obrigações, leis e orientações que são definidos, influenciados e executados tanto interna como externamente, através das políticas públicas (Neto & Moreira, 1999).

Temos assistido a um aumento, tanto em número como em tipo, das funções atribuídas ou esperadas por parte do Estado. Além de meros reguladores em matérias bélicas, comerciais, financeiras ou sociais, cada vez mais funcionam como exemplo para o resto da sociedade. Para além de regularem os conflitos da sociedade, organizam-na e distribuem uma enorme variedade de material simbólico e serviços públicos aos seus elementos (Dye, 1992). A forma como o Estado “pensa” determina cada vez mais a forma como a população “age”, e constitui-se como um elemento ideológico que partilha os seus ideais e formas de agir sobre o mundo, não de uma forma impositiva mas numa lógica de partilha e difusão.

O Estado tem crescido nos últimos anos de forma bastante ilimitada e progressiva, um crescimento que não se centrou exclusivamente no aumento do número de serviços públicos prestados, mas que se manifestou também através da ampliação do seu campo de acção, com a regulação de aspectos cada vez mais diversos do meio económico e social, o que resultou numa crescente proliferação de normas a todos os níveis (Badia, 2008). A extensão material do Estado tem sido acompanhada pelo aparecimento de novas formas de relação entre a sociedade e os poderes públicos, que cada vez mais se relacionam e trespassam entre si, tornando os limites entre público e privado, anteriormente vistos como independentes e como dois mundos paralelos, em algo muito impreciso e com fronteiras pouco nítidas (idem).



No âmbito das funções atribuídas ao Estado e dos seus meios de acção chegamos à política. No seguimento das novas funções do Estado e das mais recentes atribuições, é entendida como a “afecção imperativa de valores a uma sociedade” (Pasquino, 2002, p. 17) na qual os Estados, através dos órgãos governamentais, procuram partilhar normas e ideais. É analisada no interior do sistema político e o seu estudo constrói-se em torno das formas como os diversos sistemas políticos procedem com vista ao estabelecimento desses valores (Pasquino, 2002). Mais do que uma análise do que é partilhado em termos de conteúdos, foca-se nos meios e na forma como se procura realizar tais funções, através da observação e análise dos comportamentos dos actores políticos (idem).

As políticas públicas são entendidas como os instrumentos para levar a cabo todos esses objectivos dos Estados e dos órgãos governamentais. São moldadas por forças que têm sido alvo de atenção por parte de teóricos que procuram analisar igualmente os impactos que produzem na sociedade, onde se pretende descrever e explicar as causas e as consequências da actividade governamental e onde se tem analisado as bases sociológicas e psicológicas do comportamento individual e colectivo do Governo e seus membros (Dye, 1992).

A política e as políticas públicas tem sido largamente alvo da atenção de teóricos e investigadores das áreas da Sociologia e da Ciência Política. Esta última procura cada vez mais levar a cabo uma abordagem sistémica da política, que assenta sobre um modelo que analisa os *inputs* (recomendações, pressões e influências de diversa ordem, agenda política, necessidades, pedidos) e a forma como são transformados em *outputs* (leis, recomendações, políticas, declarações) através de processos de conversão que têm lugar no interior do sistema político e que se constituem como o principal foco da análise política (Pasquino, 2002).

Analisámos o que se passa no interior do sistema político, tentando perceber o que foi transmitido e que valores e representações estão por detrás das concepções políticas partilhadas nas diversas fases por que passam as políticas públicas. Focámo-nos nos discursos proferidos pelos diversos elementos dos partidos da Assembleia da República, um dos principais órgãos Estatais, onde se cruzam membros do Governo, seus apoiantes e opositores, e elementos da sociedade civil.

Incidimos sobre um problema que tem estado presente na agenda política nos últimos anos e que nos interessa a um nível académico, um problema social que afecta a sociedade actual, e que a sua resolução depende da mudança de mentalidades, a violência doméstica. Os seus efeitos atravessam os tempos e as fronteiras dos países, são alvo de uma preocupação da política nacional e das instâncias europeias e mundiais. Perdura há muito tempo, atravessa diferentes regimes económicos e políticos (Blay, 2003), mas só recentemente tem sido entendida como algo a evitar e combater. Acarreta enormes custos sociais e económicos (Lisboa, et al., 2006; Hagemann-White, 2006), que, de acordo com alguns estudos realizados em países do Conselho da Europa, chegam a representar entre 20 e 60 euros (Hagemann-White, 2006, p. 10), per capita, por ano, fazendo com que cada um de nós pague do próprio bolso uma quantia considerável pelas consequências deste problema.

Em Portugal, desde finais da década de 1980, início da década de 1990, que o problema da violência doméstica tem vindo a ser debatido pela sociedade civil, com um papel de destaque na visibilidade dada pelas organizações e movimentos feministas e pelo sector político, constituído por agentes, órgãos e instituições estatais e governamentais, que têm mantido na agenda a discussão e reflexão acerca deste problema que afecta toda a sociedade. Nestas últimas duas décadas, de 1990 e 2000, têm vindo a ser produzidos diversos diplomas, leis, planos e recomendações que visam agir sobre o problema, seja pela via da prevenção, seja pela via do combate. Por entendermos que este período é de extrema importância para qualquer investigação sobre o tema fizemos incidir aí o nosso foco de análise.

## 1.2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Foi em meados do séc. XX que a questão da violência doméstica começou a ser abordada e combatida pelas organizações internacionais e por alguns Estados Ocidentais. A Carta Internacional dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 1948, foi o primeiro instrumento a considerar como fundamental a igualdade entre homens e mulheres, surgindo a partir daí algumas Convenções e Recomendações que defendiam o fim da discriminação entre sexos. Foi neste contexto que surgiu a

Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), adoptada pela Assembleia das Nações Unidas em Dezembro de 1979 e ratificada por Portugal em 1980. Este constitui-se como um documento fundamental na evolução do pensamento internacional sobre o princípio da igualdade e do combate à discriminação contra as mulheres nos domínios onde estas mais sofrem este tipo de comportamentos. Alguns anos mais tarde, em 1993, aquando da realização da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em Viena, foi integrada na CEDAW a área da violência contra as mulheres, encarada como um dos principais obstáculos ao pleno exercício dos direitos humanos e civis das mulheres.

Em 1995 registou-se mais um marco histórico com a realização da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Pequim, onde foi elaborada a Declaração de Pequim, que definiu a violência contra as mulheres como toda e qualquer acção de violência baseada em questões de género, que resulte ou possa resultar em sofrimento ou qualquer tipo de lesão física, psicológica ou sexual para as mulheres, que ocorra tanto na esfera pública como na esfera privada. Emanou desta declaração a ideia de que a violência contra as mulheres é uma das áreas mais críticas para a igualdade de género, incitando os governos a assumirem compromissos de combate e erradicação deste tipo de violência.

Ao nível europeu e no âmbito da União Europeia, a erradicação de todas as formas de violência em função das desigualdades de género constitui uma das áreas prioritárias de intervenção por parte dos Estados Membros, constantes no Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres para o período 2006-2010. Os Estados devem, segundo esta recomendação europeia, eliminar todas as formas de violência contra as mulheres, uma vez que esta constitui uma violação aos direitos fundamentais europeus. O Comité Económico e Social Europeu da União Europeia adoptou, em Março de 2006, um apelo para uma estratégia pan-europeia sobre violência doméstica contra as mulheres, enfatizando a necessidade de todos os Estados Membros criarem e desenvolverem planos de acção contra a violência doméstica.

Na mesma linha de pensamento, o Conselho da Europa definiu como objectivos principais o reconhecimento e o respeito pela dignidade e integridade de mulheres e homens, assumindo o combate à violência contra as mulheres como uma das suas

prioridades desde a 3.<sup>a</sup> Conferência Ministerial Europeia sobre a Igualdade entre Homens e Mulheres, realizada em Roma, em 1993. Esta acção foi apoiada pelos chefes de Estado e de Governo aquando da segunda cimeira realizada em 1997. Em 2002 foi elaborado um plano de acção para combater a violência contra as mulheres, tendo o Comité de Ministros adoptado a Recomendação Rec (2002) sobre a Protecção das Mulheres contra a Violência. Em Varsóvia, em Maio de 2005, os chefes de Estado e de Governo do Conselho da Europa decidiram criar uma *task force* com base no compromisso de erradicação da violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, que se encarregaria de avaliar os progressos alcançados a nível nacional e de estabelecer instrumentos destinados a quantificar os desenvolvimentos observados ao nível pan-europeu.

Ao nível nacional, a primeira lei de protecção às vítimas de violência foi a Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto, constituída com o objectivo de proteger de forma adequada as vítimas de violência. Esta lei responsabiliza o Estado pela execução de medidas como o desenvolvimento de mecanismos de prevenção, protecção e apoio a mulheres vítimas de crime (Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009). Em 1995, assistimos à revisão do Código Penal com o Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, que alterou o corpo da lei relativo à incriminação nos casos de maus tratos conjugais, e em 1998, a Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro, alterou a natureza do crime para semipúblico, concedendo, sob determinadas regras, legitimidade ao Ministério Público de avançar com a queixa contra o agressor, independentemente da vontade da vítima.

Só em 2000 a matéria penal relativamente aos maus tratos veio a ser modificada no sentido de tornar o crime de violência doméstica num crime público, com a publicação da Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio. A partir desta data, o procedimento de acusação pode ser iniciado pelo Ministério Público e, uma vez iniciado, deve prosseguir independentemente da oposição ou não da vítima que, muitas vezes, vivendo num clima de medo e tensão provocado pelo agressor, acabava por retirar a queixa-crime existente, cessando ali o procedimento judicial mas não o padrão de comportamentos abusivos. Mais recentemente, em 2007, o Código Penal foi revisto, com a Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, onde, para além de criar um tipo específico de crime de violência doméstica, ampliou a esfera do conceito da conjugalidade, na medida em que alarga a definição de agressor neste tipo de crime a

quem mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, mesmo sem ter existido coabitação.

Em 2009, a Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas, através de um conjunto de medidas que têm como finalidade: desenvolver políticas de sensibilização em diversas áreas; consagrar os direitos das vítimas, assegurando a sua protecção policial e jurisdicional célere e eficaz; criar políticas públicas destinadas a garantir a tutela dos direitos da vítima de violência doméstica; e incentivar a criação e o desenvolvimento de associações e organizações da sociedade civil que tenham por objectivo actuar contra a violência doméstica. Esta lei responsabiliza também o Estado pela elaboração e aprovação de um Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (PNCVD), cuja aplicação deveria ser prosseguida em coordenação com as demais políticas sectoriais e com a sociedade civil, instrumento político que vem sendo criado trienalmente desde 1999.

Uma orientação que encontramos nas políticas públicas nacionais relativamente à violência doméstica é a sua abordagem como uma violência de género, em consonância com as evidências empíricas dos estudos realizados nesta área nos últimos anos (Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997; Lisboa, et al., 2006; Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009) que demonstram isso mesmo. A violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, constitui-se como uma manifestação da desigualdade histórica e estrutural das relações de poder entre as mulheres e os homens (Pais, 2010) e que, se não for combatida de uma forma eficaz pelo Estado e pela própria sociedade, tende a produzir graves efeitos de discriminação, desigualdade e injustiça sobre as mulheres. Promover a igualdade entre homens e mulheres surge como essencial para a acção estatal, libertando os cidadãos, sobretudo as mulheres, desta opressão socialmente construída, o que permitirá construir uma sociedade justa e um Estado de pleno direito.

## **CAPÍTULO 2 - O PROBLEMA SOCIOLÓGICO: CONSTRUÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL**

A violência doméstica tem sido alvo do interesse de vários teóricos, nacionais e internacionais, e de diversas instâncias, que têm procurado defini-la, avaliar os seus impactos na sociedade e encontrar a forma de a extinguir. É um conceito relativamente recente na sociedade portuguesa, que tem evoluído nas últimas duas décadas e sofrido algumas alterações na sua conceptualização. Determinados actos, anteriormente visto como normais, começaram a ser considerados de uma forma diferente, tanto a nível legal como das representações que lhes são dadas. Passaram a ser entendidos como evitáveis e criminalizáveis, para o que muito contribuiu o conhecimento científico produzido na área, os inquéritos à vitimação de mulheres e homens em território nacional e a visibilidade dada a determinadas situações por parte de associações feministas, de apoio a mulher, à vítima, ou contra a violência. Este conceito partiu das considerações em torno da violência contra as mulheres, assumindo-se como violência doméstica, em contexto nacional, apenas no final do século passado, quando se percebeu que a maioria dos actos que vitimizam as mulheres se passam no espaço da casa ou da família. Interessa para este trabalho procurar demonstrar por que considerações passou e passa o conceito de violência doméstica, de modo a sabermos de que forma tem sido entendida pela comunidade científica e que contribuições foram dadas para, e a partir daí, termos as referências necessárias para poder analisar as representações dos políticos acerca desta matéria.

As políticas públicas constituem-se também como uma matéria muito importante na sociedade actual, visto serem um dos principais instrumentos de operacionalização da actividade política. São utilizadas para regular e orientar a sociedade, através de decisões e acções com origem no sector político. Os políticos, no processo de discussão e definição das políticas públicas, deixam transparecer a sua forma de pensar, ou seja, as suas representações. Estas demonstram a sua forma de entender o mundo, aquilo que os rodeia. Auxiliam os indivíduos a compreender a realidade e determinam a forma como pensam, agem e aquilo que dizem. O problema sociológico que abordamos neste trabalho parte destas dimensões até aqui referidas. As representações dos actores políticos, no processo de discussão e definição das

políticas públicas, relativamente à violência doméstica. Analisámos as representações que são transmitidas pelos políticos aquando do processo de apresentação e discussão de políticas públicas, relativamente ao problema da violência doméstica.

No nosso entender, os actores políticos procuram influenciar o que os outros pensam, tanto sociais como políticos, este sendo um dos seus principais objectivos. Fazem-no através da partilha e da difusão de representações, constituídas por conjuntos de símbolos e significados, que são determinados nos processos de interacção, pelos quais também eles passam. Estes conjuntos podem ter origem na ideologia partidária, nas experiências de vida passadas, no conhecimento científico ou em qualquer outra situação da sua vida social. Procurámos, neste trabalho, avaliar de onde partem as representações que os políticos têm relativamente à violência doméstica e suas dimensões. Fazemo-lo a partir da análise dos debates parlamentares, donde vamos procurar extrair as componentes explícita e implícita do que foi transmitido. Entendemos que aí se passa um processo que deve ser alvo de atenção científica, na medida em que, tratando-se de políticas que pretendem a afectação imperativa de valores, interessa saber que valores e representações estão por detrás dos elementos responsáveis pela criação de políticas públicas em contexto nacional.

Para podermos analisar as políticas públicas à luz das representações que estão na sua base e que pretendem ser transmitidas, tivemos de nos socorrer de uma teoria sociológica que permitisse olhar para o actor e para a sua capacidade de produzir sentidos. Pretendíamos recorrer a um modelo teórico que privilegiasse mais o actor e não tanto o sistema em si, como acontece nas abordagens mais funcionalistas, algo que permitisse observar como se produzem as dinâmicas dentro do sistema, segundo lógicas distintas à sua própria estrutura. Para isso, optámos por nos socorrer de uma abordagem interaccionista e, dentro dela, por um dos seus principais percursores, Erving Goffman (1922-1982). Através da teoria desenvolvida por este autor é possível vermos que sentidos foram produzidos num determinado momento ou contexto e tentar perceber como são concebidas determinadas lógicas e dispositivos de ordenação da realidade. Acreditamos que não existem quadros pré-determinados dentro do sistema político e que a forma como os autores que dele fazem parte olham para o seu redor varia consoante o momento. E que o seu esquema de pensamento, esquema esse definido a partir das suas representações, símbolos e significados, ou, agrupando numa única expressão, “quadros”, reflectem a sua forma de ver o mundo.

Goffman desenvolveu a sua obra em torno da teoria sociológica da escola do interaccionismo simbólico (Blumer, 1986) que incide sobre a construção e uso de símbolos e significados por parte dos indivíduos quando interagem com o espaço físico que os rodeia ou com outros indivíduos. De acordo com a abordagem deste autor, existe uma construção simbólica que está na base do que pensam e dizem. Partindo do conceito de *frame* (Goffman, 1986 [1974]), entendemos que são partilhados determinados “quadros” ou conjuntos destes, constituídos por símbolos e significados, que nos dão as representações e os valores que os actores políticos, através da comunicação, partilham de acordo com a sua construção cognitiva.

Incidimos sobre o sistema político e as políticas públicas uma leitura compreensiva, onde procurámos as representações localmente produzidas com base na *framing theory* (Goffman, 1986 [1974]), através da análise dos dispositivos de ordenação (Hajer & Laws, 2008) criados para fazer face à ambivalência e complexidade que os actores enfrentam no seu dia-a-dia. Para atingir esse objectivo foram necessários meios e ferramentas para conseguir analisar a linguagem, entendida segundo esta teoria como um modo de organização e transmissão dos conjuntos de representações (Entman, 1993). A análise dos *frames* permitirá capturar componentes da consciência individual e colectiva, bem como elementos das bases da acção social (Turner, 2002) nestes dois níveis.

## 2.1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A classificação de violência não é universal nem imutável, ela varia consoante o contexto, o Estado e a época em que é considerada, funciona segundo normas que variam e podem ou não ser partilhadas por todos, pelo que determinado acontecimento não é sempre apreendido e julgado segundo os mesmos critérios (Pais, 2010). Os significados que são atribuídos pelos indivíduos quando se relacionam com determinadas situações variam em função de um processo socialmente determinado, sendo que um qualquer acto de violência é interpretado pelos actores sociais como uma transgressão aos sistemas de normas e valores definidos em determinado momento (Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997). Em cada sociedade, encontramos diferentes representações sociais de violência, definidas segundo padrões culturais, e



que se vão moldando ao longo do tempo. A violência não é, de todo, recente, é recente, sim, a consciência que dela se tem e a intolerância relativamente a ela (Pais, 2010).

A violência é um problema social que possui uma origem bastante antiga e não há sociedade alguma que, duma forma ou de outra, não tenha produzido ou perpetuado o seu tipo de violência (Lourenço & Lisboa, 1992). Nas sociedades mais primitivas e tradicionais, quando analisamos os seus costumes, assistimos à existência de um tipo de violência que, segundo as considerações actuais, se apresenta como menos simbólica e mais sanguinária (Lourenço & Lisboa, 1992). Na ausência de um poder efectivo para a aplicação da lei, a violência assumia-se como um regulador da relação existente inter e intra grupos, tinha um papel de socialização em que os códigos de honra e vingança eram partilhados e executados através do seu uso, e servia de meio para regulamentar os litígios e conflitos individuais (Pais, 2010).

Ao nível do exercício de actos violentos contra as mulheres, desde a época medieval e dos primeiros anos da industrialização até aos finais do séc. XIX que era permitido, na generalidade dos países europeus, o homem bater na mulher em certas circunstâncias, reproduzindo a forma de violência que prevalecia na altura (Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997). Progressivamente, com o aparecimento do Estado, em particular com a emergência do Estado moderno, este passa a assumir o monopólio do uso da violência e utiliza-o como forma de regulação da sociedade (Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997; Pais, 2010).

A par do desenvolvimento de um Estado regulador e protector, assistimos a alterações profundas nas sociedades contemporâneas, com o aparecimento de uma nova organização social onde os comportamentos violentos deram lugar ao uso de atributos linguísticos e ideias como formas predominantes das relações sociais, servindo os mesmos propósitos que anteriormente eram alcançados através do uso da força (Pais, 2010). Outra alteração foi o aparecimento de uma nova lógica social de individualismo, ligada a uma nova racionalidade económica que tem por base o mercado, em que os indivíduos procuram o seu próprio interesse privado, que, em conjunto com esta nova lógica de Estado, deu origem a um tipo de indivíduo socialmente isolado e frágil criando o espaço e a necessidade para a intervenção pública como forma de regulação. “O uso da violência privada deixa de fazer sentido,

exigindo-se segurança como direito de cidadania” (Pais, 2010, p. 45). O resultado é um tipo de indivíduo que se sente inseguro, desarmado e frágil, e que vive com a percepção de um aumento do sentimento de insegurança, em que o que está mais em causa é uma questão de liberdade (Pais, 2010).

A violência contra as mulheres, reproduzindo dinâmicas idênticas à violência mais geral, é um fenómeno bastante antigo que remonta às primeiras famílias humanas (Barroso, 2007). Actualmente, a violência contra as mulheres continua associada a relações assimétricas de poder entre os homens e as mulheres no seio das relações conjugais, que, em conjunto com o sistema patriarcal existente na maioria das sociedades ocidentais contemporâneas (idem), reproduz a ideia da existência de um dominador e um dominado, e que faz com que este fenómeno seja bastante actual e com raízes profundamente marcadas por questões de desigualdade de género.

De acordo com Lourenço, Lisboa & Pais (1997), o estudo da violência contra as mulheres a nível nacional não deve ser dissociado das transformações ocorridas na década de 1990 ao nível da desigualdade entre sexos e dos processos sociais e dos modelos familiares, particularmente no que se refere ao papel social e familiar da mulher. Estas transformações desde cedo surgiram como resultado das próprias políticas e acção estatal, que alteram algumas leis directamente relacionadas com esses papéis. Apesar de estarem consagrados direitos iguais para homens e mulheres, a lei, deixou durante muito tempo as mulheres desprotegidas, repercutindo-se essa situação na própria definição do papel histórico das mulheres e na sua integração social (Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997). Nos últimos anos certos tipos de violência anteriormente escondidos ganharam visibilidade, entre eles o tipo de violência contra as mulheres que ocorre nos lares e no seio das relações afectivas (idem). A sociedade, impulsionada pelos movimentos sociais colectivos feministas que deram visibilidade a determinados comportamentos violentos que eram perpetrados contra as mulheres, passou a considerá-los como intoleráveis, atribuindo, deste modo, um novo significado e alarmismo a condutas que anteriormente eram vistas como aceitáveis (idem). Face a esta necessidade de aplicar o direito e de tornar mais visíveis actos que ocorrem na esfera privada das relações familiares e amorosas (idem), o Estado e os agentes governamentais começaram a tomar medidas específicas nesse sentido e a discussão e acção sobre esta violência emergiu como uma das suas prioridades.

No entanto, a acção e a intervenção face a este problema nem sempre foram realizadas de uma forma eficaz, devendo-se isso, em grande medida, à enorme resistência à mudança de mentalidades existente na sociedade, incluindo nos próprios membros do Estado, do Governo e das forças de segurança. Estes tendiam a desculpabilizar e justificar comportamentos violentos no seio das relações, sob a fundamentação de uma herança cultural profundamente enraizada (Barroso, 2007), que defende que este tipo de actos no seio das relações amorosas, são normais e se constituem como um assunto pessoal e privado, e que deve ser mantido e resolvido no seio do casal.

A definição de violência doméstica no contexto nacional tem como referência o que se encontra estipulado pelo artigo 152.º do Código Penal, resultado da vigésima terceira alteração deste Código produzida pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, que passou a considerar perpetrador do crime de violência doméstica quem “de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) Ao cônjuge ou ex -cônjuge; b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou d) A pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite”.

De acordo com o presente no IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, o conceito de violência doméstica “abrange todos os actos de violência física, psicológica e sexual perpetrados contra pessoas, independentemente do sexo e da idade, cuja vitimação ocorra em consonância com o conteúdo do artigo 152.º do Código Penal. Importa salientar que este conceito foi alargado a ex-cônjuges e a pessoas de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem co-habitação”. Assistimos, desta forma, a um alargamento da noção de violência com a extensão a actos, comportamentos e situações que historicamente não eram considerados como violentos (Barroso, 2007; Johnson & Ferraro, 2000)). Torna-se, contudo, necessário esclarecer e legislar sobre os novos limites do que é violento ou não, privado ou público, e procurar transpor essas representações para a mentalidade de todos.

Esta concepção vem na linha da recomendação adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 30 de Abril de 2008, que define a violência contra as mulheres como sendo o “resultado de um desequilíbrio de poder entre homens e mulheres e leva a uma grave discriminação contra estas, tanto na sociedade como na família. (...) A violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos, retirando-lhes a possibilidade de desfrutar de liberdades fundamentais. Deixa as mulheres vulneráveis a novos abusos e é um enorme obstáculo para ultrapassar a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade. A violência contra a mulher prejudica a paz, a segurança e a democracia na Europa”.

Na sua origem, é demonstrado desde os primeiros estudos nacionais e internacionais que foram realizados, está um tipo de violência que, maioritariamente, é exercida sobre as mulheres, praticada por homens, e que ocorre no espaço da casa. Esta violência caracteriza-se como tendo por base uma representação desigual de género, em que o sexo da vítima e do agressor influenciam e determinam o seu comportamento (Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997; Lisboa Barroso, Patrício, & Leandro, 2009; Pais, 2010).

A dimensão “doméstica” incluída neste tipo de violência surgiu a partir de algumas recomendações internacionais, entre elas a recomendação do Conselho de Ministros dos Estados Membros do Conselho da Europa, REC (2002)<sup>5</sup>, que inclui esta dimensão na definição da violência contra as mulheres, compreendendo os actos que ocorrem no espaço familiar ou de coabitação. Para uma abordagem mais teórica desta questão temos a definição de violência doméstica que, na perspectiva de Elza Pais, se constitui como sendo “o tipo de violência que ocorre entre membros de uma mesma família ou entre pessoas que partilham o mesmo espaço de habitação, em contextos, portanto, de grande proximidade afectiva” (Pais, 2010, p. 233). A violência doméstica é considerada por todo o mundo como uma grave violação dos direitos humanos e um entrave à construção de um pleno Estado de direito, na medida em que impede as mulheres de usufruírem da plenitude dos seus direitos e liberdades fundamentais. As Nações Unidas, através da Declaração sobre Direitos Humanos foi uma das primeiras instituições a caracterizar este fenómeno como global, que atravessa, ao longo dos tempos, fronteiras de países, cultural e geograficamente, muito distantes.

Com base no último inquérito nacional à vitimação de mulheres e homens (Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009), podemos concluir que grande parte da vitimação sobre as mulheres tem como origem diferentes papéis e poderes ligados a concepções estereotipadas, social e culturalmente enraizadas numa desigualdade de género entre homens e mulheres. A partir daqui é definida a violência de género, uma violência “estritamente associada à reprodução dos estereótipos e papéis de género e aos complexos e dinâmicos processos de construção de identidades” (Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009, p. 26) e que constitui “um padrão específico de violência que se amplia e reactualiza na proporção directa em que o poder masculino é ameaçado” (idem). Daqui surge a concepção de que este tipo de violência resulta de um desequilíbrio de poder entre homens e mulheres e que se traduz em actos de violência física, psicológica e sexual. Entendemos, desta forma, que grande parte da violência doméstica tem na sua base uma componente de género, assente na produção e reprodução das desigualdades onde os papéis de género surgem como um dos principais instrumentos do exercício da violência e de subordinação das mulheres (idem).

## 2.2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo das políticas públicas tem no seu início a discussão levada a cabo por diversos teóricos políticos que orientaram a sua análise segundo a perspectiva do quando e do porquê do aparecimento e existência das políticas públicas. Por um lado, e segundo Pasquino (2002), o estudo das políticas públicas surge pela necessidade de rectificar lacunas apontadas por alguns teóricos políticos, sociólogos e economistas à análise política mais tradicional, mais preocupada com os contextos em que o poder político era conquistado, partilhado e exercido, esquecendo os processos, implicações e resultados que decorrem do processo político. Surge da necessidade de análise dos processos que decorrem no interior do sistema de acção política e pode ser considerado como “um esforço para fazer emergir a parte não visível, institucionalmente fluída, das actividades governativas” (Sarmiento, 2001, p. 642). Foca o processo de como se constitui a sua decisão ou não decisão, procurando

compreender o modo como o Estado e os actores políticos interagem quando produzem acções públicas.

Por outro lado, segundo uma perspectiva mais centrada na própria estrutura estatal e nas ciências sociais, alguns autores defendem que o estudo das políticas públicas surgiu na mesma altura em que diversos Estados de países ocidentais expandiram o alcance das suas responsabilidades. Com o aparecimento do Estado-Providência surgiu um claro crescimento das actividades político-administrativas que alteraram o tecido social e político à sua volta. Assistimos à passagem de um Estado com uma acção bastante limitada, que media as suas acções de um ponto de vista bastante objectivo, para um Estado social que tinha como principais objectivos pacificar as desordens económicas, redistribuir a riqueza existente e corrigir as desigualdades sociais (Sarmiento, 2001).

Durante a década de 1960, particularmente nos Estado Unidos, havia a ideia de que a acção política tinha capacidades para resolver importantes problemas sociais através da aplicação de uma racionalidade técnico-científica, reflectida na confiança e no optimismo da época. Este optimismo estendeu-se também às ciências sociais e encorajou os académicos a acreditar que a sua pesquisa contribuía para o sucesso da acção pública. O uso das ciências sociais, encorajado pelos governos, fez com que surgissem diversas pesquisas sobre os mais variados problemas públicos, dando origem a uma nova disciplina que estudasse as políticas públicas. Com o falhanço de grande parte dos programas dessa década, os académicos sentiram a necessidade de perceber por que é que os objectivos não haviam sido atingidos e por que é que as políticas falharam citando, assim, modelos e teorias sobre o processo político (John, 1998; Badia, 2008).

De acordo com Howlett, Ramesh & Perl (2009), a maioria das definições concorda que as políticas públicas resultam das decisões governamentais, sejam elas para alterar algo no *status* dos governos como para o manter, ou seja, tanto são consideradas políticas públicas as decisões que visam promover uma mudança como aquelas que visam manter determinada situação tal como ela está. De acordo com Thomas Dye, podemos descrever política pública como *“Anything a government chooses to do or not to do”* (Dye, 1972:2). Esta curta definição é demasiado simples para abranger a complexidade que o conceito apresenta hoje em dia, na medida em

que trata de forma igual todos os aspectos do comportamento governamental, não permitindo separar aquilo que é trivial do que é significativo nas decisões e acções dos governos (Howlett, Ramesh, & Perl, 2009). William Jenkins (Jenkins, 1978 apud Howlett, Ramesh, & Perl, 2009) aperfeiçoou esta definição na medida em que olha para as políticas públicas como um processo de tomada de decisão por parte de um actor político ou de um grupo de actores, decisões algumas vezes inter-relacionadas com outras, e que resultam da opção entre medidas e objectivos por parte dos governos. Um terceiro exemplo de definição descreve uma política como *“a purposive course of action followed by na actor or a set of actors in dealing with a problem or matter of concern”* (Anderson, 1984 apud Howlett, Ramesh, & Perl, 2009), acrescentando às anteriores definições uma ligação entre a acção governamental e a percepção da existência de um problema que carece de intervenção governamental.

Uma política pública não é um fenómeno objectivo com perfis claros e definidos. No entanto, a sua existência deve ser posta à prova como objecto de investigação num plano empírico, através da análise aos seus elementos constitutivos (Moran, Rein & Goodin, 2006). De um ponto de vista conceptual, a sua definição depende, normalmente, de que representações, acções, decisões ou não decisões são aceites pelo investigador como constitutivas de uma determinada política pública, num contexto marcado pela interacção e influência entre diversos tipos de actores e políticas distintas, que se afectam e condicionam mutuamente. Cristina Sarmiento (2001) aponta a existência de dois grandes grupos de interpretação das políticas públicas. Por um lado, os autores que procuram interpretar as políticas públicas, tentando descobrir e descrever uma dimensão mais cognitiva do sentido da própria política que cada uma carrega de forma autónoma. Por outro lado, os autores que olham as políticas públicas como instrumentos, que visam redescobrir a acção governamental e o modo como estas se desenvolvem a nível sistémico ou ao longo do tempo (Nachmias 1979). Mais concretamente, este modelo teórico que toma as políticas públicas como instrumentos tem por base os primeiros estudos efectuados acerca do tema, onde se visava compreender, descrever e analisar todo o desenvolvimento das competências estatais, através de uma análise instrumental da acção governamental. A atenção incide então, sobre o número e tipo de intervenções que o Estado faz sobre o tecido social que governa, mobilizando determinados recursos e produzindo determinados resultados.

Para o nosso trabalho interessa-nos mais um modelo teórico que não seja puramente descritivo. Mais do que procurar encontrar resultados ao nível da eficácia e eficiência das políticas públicas, a nossa investigação visa uma análise cognitiva dos sentidos que produzem e são produzidos pelas políticas em estudo. Cada política, segundo esta perspectiva, constitui-se como um modo de abordar e tentar agir sobre um determinado problema num determinado domínio da sociedade. Importa, na análise deste tipo de políticas, ter em conta a definição das representações dos actores políticos, sobre determinado problema ou política, a forma como se definem a partir de uma interpretação construída acerca do problema sobre o qual intervêm, as consequências e as soluções possíveis para a sua resolução (Muller, 2009). Este tipo de acção é representada segundo processos de decisão onde participam vários actores que constituem, relativamente a um determinado domínio da sociedade, representações partilhadas ou não por ela, de modo a agir e compreender um problema específico sobre a realidade assim percebida. A abordagem que vamos seguir incide sobre a função cognitiva da acção política que tem por base o papel das ideias e os *frames* que constituem o universo cognitivo desses actores (Muller, 2009).

Entendemos, na linha de Hajer e Laws (2008), que se baseiam na obra de Ludwig Fleck em torno dos esquemas interpretativos, que um entendimento social cognitivo sugere que a acção depende do modo como os esquemas de pensamentos colectivos concebem o mundo que os rodeia. Cada grupo tem um estilo próprio de pensamento colectivo que ordena o processo de cognição, que explica a forma como age e ajuda a informar sobre o sentido a adoptar em situações complexas.

### 2.3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações ajudam-nos a compreender os eventos que ocorrem à nossa volta e têm como principal papel dar significado relativamente a algo, a um objecto ou a um sujeito. Atribuem uma definição específica e dão sentido ao que nos envolve. Segundo Jodelet (1989), as representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente construído, que nos dá uma visão prática do que nos rodeia. A autora entende que estas se constituem como sistemas de interpretação que orientam a nossa relação com o mundo no qual interagimos. Estes sistemas regulam a nossa



relação com o mundo e com os outros, orientam e organizam o comportamento e a comunicação (Jodelet, 1989). Encontram-se presentes nas bases da acção política já que definem os aspectos estruturais da acção e as formas de pensar de todos os actores sociais. Permitem-nos classificar pessoas e objectos, comparando e explicando comportamentos, e objectivando-os como parte de um todo social (Moscovici, 1988). Apresentam-se “como modos de interpretar e de pensar a realidade quotidiana, como um conhecimento construído a partir das experiências individuais, das informações, dos modelos, dos valores, que cada indivíduo adquire e transmite” (Lourenço & Lisboa, 1992, p. 28).

As representações sociais são moldadas nos processos de interacção, as suas características são determinadas nas relações entre pessoas, grupos e objectos, e a sua partilha permite criar elos entre os elementos de um determinado grupo social (Moscovici, 1988). Entendemos que a classe política tem na sua base a partilha e difusão desses elementos comuns, as representações, e desta forma procura mobilizar os seus elementos e os cidadãos em redor de uma forma comum de olhar, de pensar e de agir. São pensamentos individuais que se convertem, que permitem que algo individual se torne em algo social (idem). São concebidas pelos actores e grupos sociais, tornam-se observáveis nos actos do dia-a-dia, através da sua reprodução constante. O sistema político, através das políticas de significação, procura difundir formas de pensar e agir comuns. Assumindo que as representações condicionam os comportamentos e as estruturas sociais existentes numa sociedade (Moscovici, 2000), o estudo das representações permitiu avaliar que concepções se encontram presentes nas políticas que pretendem atingir uma generalização de um entendimento e um curso de acção comuns.

O estudo das representações sociais preocupa-se, fundamentalmente, com os conteúdos do pensamento quotidiano e do *stock* de ideias (Moscovici, 1988) que dá coerência à estrutura cognitiva e à acção de cada um. As representações devem ser estudadas e abordadas a partir de elementos que articulem os elementos sociais, mentais e emocionais (Jodelet, 1989), através da comunicação, constituída por uma estreita ligação entre cognição e linguagem. Para a sua análise, devemos construir uma metodologia que examine o esquema que está na base do que caracteriza uma representação, como forma de conhecimento prático, que liga um sujeito a um objecto (idem). Várias investigações confirmaram a visão de que existe uma relação

profunda entre o fenómeno cognitivo e social, a comunicação e o pensamento (Moscovici, 1988). Ao analisar as múltiplas formas de conhecimento e as crenças existentes, com as quais no deparamos no dia-a-dia, percebemos que elas resultam de uma longa cadeia de transformações e a única forma de as compreender é analisando a configuração social da comunicação a cada momento (idem). Pretendemos atingir esse objectivo examinando as representações traduzidas num discurso político em quatro momentos distintos, e a partir daí compreender que transformações ocorreram. Entendemos que a comunicação determina e é reflexo das representações. Afecta e é afectada pela nossa forma de pensar. É através dela que se podem criar novos conteúdos, novas representações (idem).

As representações permitem, através da linguagem, ligar indivíduos e grupos. Qualquer que seja a motivação, as pessoas comunicam para chegar a um entendimento comum, sendo que durante esse processo é transmitida e partilhada informação específica relativa a determinado assunto (Moscovici & Hewstone, 1983). Este processo permite aos indivíduos confrontarem-se com as percepções e os julgamentos dos outros elementos de um grupo e, percebendo e partilhando semelhanças, constroem-se bases para formas de pensar e agir comuns (idem). Percebemos, desta forma que na natureza das representações sociais está a sua capacidade para criar informação, que tem como função familiarizar-nos com aquilo que à partida nos poderia ser estranho (Moscovici, 1988). Tal como Jodelet (1989), entendemos que nos discursos podemos, através das palavras e imagens vinculadas às ideias do seu autor, encontrar as respostas para compreender as lógicas intrínsecas aos comportamentos e representações políticas.

Quando as pessoas partilham uma definição, elas analisam a sua própria conduta e interpretam a dos restantes elementos à luz desse conhecimento (Moscovici & Hewstone, 1983). Essas definições, quando partilhadas pelos membros de um grupo, constituem uma visão consensual acerca da realidade. Vamos procurar reproduzir a visão acerca da realidade, traduzida nos debates e nas intervenções parlamentares. Entendemos que aí se partilham e difundem definições acerca da realidade e que servem de guia para as acções e mudanças quotidianas (Jodelet, 1989) que se pretendem para uma determinada sociedade. Desta forma, e segundo Moscovici (1989), são constituídas as representações colectivas, onde o indivíduo é constrangido, no seu pensamento e acção, por representações que pretendem ser dominantes na

sociedade, moldadas em processos de interação, dependentes e determinantes do meio onde surgem.

As representações são entendidas como meio de socialização onde “cada membro de um grupo tem as representações desse grupo impressas nele próprio, de modo a que as representações chegam ao *core* da sua personalidade individual, restringindo as suas atitudes e percepções” (Moscovici & Hewstone, 1983, p. 118). Focando-nos em políticas públicas que pretendem, acima de tudo, produzir mudança nas formas de pensar e agir de uma determinada sociedade, tivemos que incidir a análise sobre este processo e procurar demarcar que representações têm funcionado como meio de socialização, tanto da classe política, como da sociedade que regulam.

#### 2.4. GOFFMAN E *FRAME ANALYSIS*

Em *Frame Analysis* (1974), Goffman adopta o conceito de *frame* e define-o como sendo um “esquema de interpretação”, um “quadro” de referência geral construído socialmente, que permite aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular” ocorrências passadas no seio da sua vida social e do mundo em geral (Goffman, 1986 [1974], p. 21). Com ele tenta compreender as variadas situações que se nos apresentam no decorrer no dia-a-dia, onde as próprias situações também organizam as formas de interpretação daquilo que nos acontece. Estas situações são encaixadas em *frames* e reconhecidas numa qualquer situação da nossa vida, configurando-se de forma diferente conforme o espaço e o tempo em que se desenrolam e consoante os indivíduos que interagem nessas situações. Como se depreende de tudo isto, estes “quadros” acarretam uma enorme subjectividade.

Os *frames* ajudam os indivíduos a ordenar a realidade por eles percebida, na medida em que lhes permitem que “reconheçam” uma variedade de situações que dificilmente seriam compreendidas se os indivíduos não recorressem ao “enquadramento” (Snow, Benford, Rochford, & Worden, 1986, p. 469). Podem ser entendidos como um *background* cognitivo que fornece instrumentos para os actores sociais criarem formas organizadas de ver o mundo a cada momento que agem e interagem (Vimieiro & Dantas, 2009). Segundo esta perspectiva, não existe uma estrutura fixa e pré-determinada que defina de forma objectiva a forma como os

indivíduos olhem o mundo em seu redor. Existe, sim, uma dinâmica social e uma compreensão do que se passa à nossa volta com base em repetições de acontecimentos e interpretações daquilo que é transmitido aos indivíduos, que nos permite definir o que se está a passar.

Goffman assume que as definições de uma situação são construídas em concordância com os princípios de organização que estruturam os eventos, pelo menos os eventos sociais. O seu objectivo em *Frame Analysis* é tentar isolar algumas das estruturas e elementos básicos de compreensão acerca dos acontecimentos, interacções ou disposições, disponíveis na nossa sociedade, que façam sentido fora desses mesmos acontecimentos. Na sua análise, Goffman não se dirige à estrutura da vida social mas à estrutura das experiências que os indivíduos têm num determinado momento da sua vida social (Goffman, 1986 [1974]). É constituído por normas, hábitos, tradições e modos de ver, interpretar e agir segundo formas codificadas nas interacções sociais, baseando-se em diferentes atribuições de causalidade a fenómenos ou acções. Essas atribuições de causalidade podem variar de uma sociedade para outra, numa mesma sociedade, duma época para outra, e de pessoa para pessoa (Nunes, 1993).

O que acontece com alguma frequência é que os significados que os actores dão aos acontecimentos por que passam e a conexão com a própria situação de vida imediata são envoltos pela indiferença, engano, ambiguidade ou incerteza. Para se ultrapassar este problema, alguns autores compreendem que é necessária uma “amplificação” dos *frames* partilhados, através de um processo que denominamos de “enquadramento” (Snow, Benford, Rochford, & Worden, 1986, p. 469). Este permite clarificar e fortalecer o remate interpretativo dado pelo *frame* através da partilha de conjuntos de signos e significados, construídos sobre os modos de conduta e estados de existência que são identificados como sendo dignos de protecção e promoção, através da partilha das convicções ou crenças amplamente concebidas como as “correctas”. Estes enquadramentos são constituídos por elementos mais abrangentes que cognitivamente dão suporte ou impedem uma acção de perseguir determinados valores (Snow, Benford, Rochford, & Worden, 1986), e que podem ser entendidos como os conjuntos de *frames* a partilhar por uma determinada sociedade ou numa determinada situação.

Contudo, esta relação entre as crenças e os objectos nem sempre é transparente ou uniformemente inequívoca ou estereotipada e, muitas vezes, a relação entre as crenças e as linhas de acção difundidas pelas organizações são também contraditórias (Snow, Benford, Rochford, & Worden, 1986). Frequentemente, os valores, causas ou programas que as organizações políticas promovem não são razoáveis ou acertados com os enquadramentos interpretativos existentes para cada situação. Nestes casos, novos valores devem ser criados e desenvolvidos, abandonando os antigos significados e a compreensão da realidade existente, as crenças erradas, ou, como Goffman (1986 [1974], p. 308) denomina, os “maus enquadramentos” (*misframing*), de modo a garantir o suporte e a manutenção dos participantes (Snow, Benford, Rochford, & Worden, 1986).

Com o seu carácter regulador e orientador, o Estado assume-se como instrumento fundamental para produzir estas alterações na sociedade. Entendemos que esse é um dos seus principais objectivos e papéis. A tarefa de alguns actores políticos é afectar a conversão dos significados, utilizando determinadas “chaves” (*keying*)<sup>2</sup>, de modo a que as experiências de potenciais participantes (incluindo os eventos que observam) e a sua interpretação sobre o que está se está a passar é radicalmente reconstituído e reconfigurado (Goffman, 1986 [1974], p. 45). Essas organizações carregam em si dispositivos simbólicos que ajudam a trazer princípios de significação aos seus participantes. O processo de enquadramento pode ser captado através de alguns elementos que, em grupo, nos podem indicar padrões de sentidos sobre uma determinada temática (Vimieiro & Dantas, 2009).

A transformação que ocorre respeitante a um domínio na sociedade pode afectar o comportamento em outros domínios, que aparentemente poderiam não estar relacionados, mas a mudança de um enquadramento não é automaticamente generalizada em todos eles (Snow, Benford, Rochford, & Worden, 1986). É o que se passa na sociedade portuguesa em que o problema da violência doméstica ainda é visto, por alguns grupos de pessoas, como um problema que deve ser mantido no seio da família e do privado, visto como algo normal, e não como um acto a evitar e criminalizar.

---

<sup>2</sup> Goffman, 1986 [1974]

Segundo a nossa perspectiva, é objectivo dos actores políticos, que num determinado “processo de alinhamento de quadros” (*frame alignment process*)<sup>3</sup>, o objectivo da mudança seja alcançado quando um novo enquadramento ganha ascensão perante os outros e os indivíduos passam a entender algo como o correcto. Surge desta forma um novo “quadro” que interpreta eventos e experiências segundo um novo tipo de convenções (Snow, Benford, Rochford, & Worden, 1986). Uma das maiores consequências destas transformações de *frames* é a redução da ambiguidade e da incerteza e a diminuição da possibilidade de um “mau enquadramento” (*misframing*)<sup>4</sup> e “disputas de quadros” (*frames disputes*)<sup>5</sup>. Em suma, tudo é visto com uma maior clarividência e certeza.

## 2.5. CONTRIBUIÇÕES EM TORNO DA *FRAME ANALYSIS*

O entendimento e a pertinência deste estudo apenas fazem sentido se, para a questão da construção e partilha de representações e significados por parte dos actores políticos, através da teoria de *frames*, os compreendermos como agentes que significativamente procuram mobilizar pessoas em torno das suas ideias, das suas lutas, dos seus propósitos, em suma, da sua forma de pensar e agir. Trata-se de construir políticas que pretendem operar uma mudança na sociedade, algo subjectivo, como a mudança de mentalidades e comportamentos. Assim, estes actores, além de regularem através de leis que, na maioria dos casos, impõem limitações, obrigações ou deveres, procuram orientar, aconselhar, mobilizar, dissuadir e incentivar através das políticas públicas e da partilha de *frames* e enquadramentos.

De modo a cumprir esta orientação, procurámos associar às nossas bases teóricas as contribuições existentes acerca dos *frames* e dos movimentos sociais, onde os seus agentes são entendidos como elementos que produzem políticas que têm como objectivo principal mobilizar os elementos de um determinado grupo ou sociedade com vista a uma mudança, como a que temos vindo a tratar. Esta perspectiva, em tudo semelhante à que temos para a classe política, permitirá analisar os discursos políticos como meio para a transformação da sociedade.

---

<sup>3</sup> Snow, Benford, Rochford, & Worden, 1986.

<sup>4</sup> Goffman, 1986 [1974], pp. 301-338.

<sup>5</sup> Idem.

Procurámos, desta forma, não nos circunscrever à análise da concepção das políticas como instrumentos imperativos e impositivos. Na mesma medida em que os movimentos sociais tentam mobilizar novos participantes, a classe política procura envolver a sociedade, os seus elementos e as suas instituições em torno de representações socialmente construídas e partilhadas, que entendem como as correctas para a sociedade sobre a qual intervêm. Partimos das contribuições teóricas que autores como Robert D. Benford e David A. Snow deram relativamente aos processos de significação dos movimentos sociais colectivos, procurando compreender de modo mais abrangente a questão de partilha e mobilização que a classe política procura realizar na sua actividade do dia-a-dia.

Os trabalhos destes autores desenvolveram-se em torno das construções que os actores sociais fazem enquanto pertencentes a um movimento social ou às organizações que lhes dão forma. Os movimentos sociais não são vistos apenas como portadores de ideias e significados existentes que crescem automaticamente dentro do regime estrutural que os sustenta, mas também fora dessa estrutura formal, dos eventos previstos e das ideologias existentes. São vistos como agentes significativos que participam activamente na produção e manutenção de significado para os outros (Snow & Benford, 1988). Dentro desta perspectiva são identificados “quadros de acção colectiva” (*collective action frames*)<sup>6</sup> que desempenham uma função interpretativa em tudo semelhante ao *frame*, na medida em que simplificam e condensam aspectos do mundo que nos rodeia, mas em que se tenta mobilizar potenciais aderentes e participantes (Snow & Benford, 1988, p. 198). Para estes autores os “quadros de acção colectiva” são orientadores de acção constituídos por conjuntos de crenças e significados que inspiram e legitimam as actividades e as campanhas dos movimentos sociais colectivos (Benford & Snow, 2000, p. 614). Estes são construídos por participantes que negociam um entendimento de alguma condição ou situação problemática que, tendo uma necessidade de mudança, deve passar a ser comum a todos os intervenientes (Lehrner & Allen, 2008). Procuram elaborar um conjunto alternativo de arranjos acerca dos significados que os indivíduos aplicam no seu dia-a-dia, tentando exortar os outros a agir em conjunto para produzir uma mudança comum (Benford & Snow, 2000; Gonos, 1977).

---

<sup>6</sup> Snow & Benford, 1988, p. 198; Snow, 2001

Contrastando com a concepção tradicional de que os movimentos sociais se constituem como portadores de crenças e significações pré-existentes, esta concepção, que parte de Goffman, entende os seus organizadores e participantes como “agentes significativos” colectivos (*signifying agents*)<sup>7</sup>, envolvidos na produção, manutenção e renovação dos sentidos para os outros. A comunicação social, as autoridades locais, o Estado e outras instâncias de decisão estão envolvidos na produção daquilo que é designado como “políticas de significação” (*politics of signification*)<sup>8</sup>. Neste contexto, transpomos para o nosso trabalho a concepção de que os políticos se constituem como “agentes significativos” na construção de significados comuns (Gamson & Modigliani, 1989) e mobilização de pessoas, desenhando e partilhando “políticas de significação” que têm como objectivo difundir uma representação socialmente construída acerca de um determinado assunto ou problema.

Os *frames* são tratados como recursos simbólicos para atingir metas, unificar os organismos, mobilizar pessoas em torno de uma ideia comum e para procurar dissuadir aqueles que pensam de uma forma diferente (Cefaï, 2001). Entendendo que os motivos para a acção têm um estatuto de dados mentais (íntimos e mutáveis), como é o caso das representações sociais que analisamos, percebemos que os processos de mobilização são fenómenos que podem estar associados às teorias de acção social que se devem em grande parte às gramáticas da vida pública (idem). Permite-nos desta forma contrariar a visão utilitarista existente na análise da acção social que nos leva a olhar de uma forma mecanicista e racional para as diversas entidades, com valores, representações e motivos decorrentes da própria estrutura, desconsiderando todas as suas dimensões práticas e sociais. Defendemos que o *frame* é produzido pelo indivíduo no espaço das suas relações e que não depende de componentes utilitaristas e instrumentais.

Dentro do sistema político, as políticas públicas são assim definidas de acordo com as práticas e dinâmicas sociais existentes. É certo que podem estar dependentes de determinadas estratégias e que estas, no mínimo, influenciam os actores. No entanto, é para nós claro que, no processo de construção de políticas, se vá além da estrutura e predeterminação aparente, e se olhe para a existência de elementos

---

<sup>7</sup> Snow D. , 2001, p. 27.

<sup>8</sup> Idem.



significativos que, através das suas dinâmicas e da acção em contexto de interacção, influenciem e determinem lógicas de acção social individual e colectiva através de políticas que significativamente procuram alterar o mundo que nos rodeia.

## 2.6. O ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM BASE NA *FRAME ANALYSIS*

A origem das análises das políticas públicas é um aspecto importante a ter em consideração já que, trabalhando em diferentes tipos de instituições, tendem a ser desenvolvidas com objectivos distintos. Os analistas ligados aos governos e às instituições directamente afectadas pelas políticas públicas tendem a focar a sua pesquisa nos resultados políticos. Os académicos concentram-se maioritariamente não só nos resultados políticos mas também nas técnicas e nas estratégias que geraram esses resultados. Estes olham para o processo de origem e desenvolvimento de uma política pública como um todo e têm em conta um grande leque de factores, incluindo os regimes, instrumentos e contexto políticos na sua análise (Howlett, Ramesh, & Perl, 2009). Os estudos políticos conduzidos por estes académicos preocupam-se geralmente em entender, a um nível geral, os processos de criação de políticas públicas e em melhorar as teorias de decisão política e as metodologias de análise (idem).

Para encarar as políticas públicas como um todo, é necessário perspectivar a existência de lógicas distintas a cada momento, em cada sector do sistema político, olhar para o actor e para a sua interpretação. É necessária uma análise pluridimensional que inclua e interprete tudo o que se passa em determinada altura, através de um quadro de acção significativo, abarcando o significado e os sentidos produzidos na interacção e na interpretação que cada um faz, segundo o que é transmitido dentro de determinado contexto. De acordo com este tipo de análise, um *frame* ou um conjunto de *frames* tem a sua origem num determinado sector político composto por políticos, especialistas, organizações e actores específicos, e é considerado como a base simbólica para a criação de um *output* ou de um resultado particular, determinando a forma de pensar e agir dos actores em qualquer fase do processo ou nível do sistema político.

O estudo é orientado para as representações e conjuntos de significados que os actores transmitem e para as acções concretas que desenvolvem. As políticas públicas interligam vários aspectos e dimensões políticas, entre elas, diversos sectores políticos (Goodin, 1982), pelo que a sua análise requer técnicas que os abordem em conjunto com a acção individual (John, 1998). Não concebemos o sistema político como um órgão com estruturas autónomas e distintas, mas como um todo em que actores e políticas trespassam as várias estruturas, onde a abordagem fundamental se situa ao nível do modo como os agentes pensam e estruturam a realidade que os envolve, através de abordagens analíticas e modos de intervenção que têm na sua base novos dispositivos de ordenação (Hajer & Laws, 2008). A análise de significados dentro das políticas e dos discursos dos seus actores, a partir de esquemas ou quadros de referência e representações, constitui-se como o modo de aceder a esses dispositivos e de apresentá-los de forma objectiva.

Na ciência política, os desenvolvimentos em torno da análise baseada no conceito de *frame* incidem sobre o carácter comunicativo de ordenação dos dispositivos que interligam os interesses particulares à consciência individual e à acção social. Segundo Hajer & Laws (2008), é um meio de ordenação que produz um sentido em determinado domínio político e que permite analisar a passagem de preocupações difusas a crenças accionáveis. Liga factos, observações e disposições aceites com valores e outros comprometimentos, num modo que guia a acção, onde o “enquadramento” é o processo em que se desenham essas relações, e o *frame* é o conjunto coerente de factos, valores e implicações da acção. Atribui um sentido a um determinado problema e diz-nos o que deve ser feito em relação a isso, como que um guião que fornece uma orientação e dá coerência a uma determinada forma de acção.

A contribuição de Snow and Benford (1988) para a análise de enquadramentos nas políticas públicas designa o *frame* como um esquema interpretativo que condensa e dá significado ao mundo à nossa volta através de objectos codificados, situações, eventos e acções num ambiente presente e passado. Permite, desta forma, articular e alinhar eventos e acontecimentos e ordená-los de uma forma significativa que mobilizem a sociedade. Transforma crenças em quadros de referência, que têm por base os significados vistos como produções sociais, onde se analisa a forma como os actores produzem um trabalho de significação, e em que medida este processo de significação é usado em função da explicação da sua acção. Torna-se um acto

deliberado, por parte dos agentes significativos, armados para fazer com que os outros sigam um padrão particular de significados.

Foi com base nestes princípios teóricos que realizámos a nossa investigação. Dos *frames* vamos procurar extrair as representações e os esquemas, tanto de interpretação como de acção, dos actores políticos. Isto é, vamos, segundo uma análise baseada na teoria interaccionista que vimos apresentando, procurar determinar o que está por detrás da concepção das políticas públicas, do que se fala quando se trata a violência doméstica e que símbolos e significados são trazidos a público, sob a forma de representações políticas.

A revisão bibliográfica e as leituras preliminares ao material empírico permitiram-nos identificar como mais importantes na produção académica e sector político três dimensões da violência doméstica. Estas três dimensões constituíram-se como as linhas orientadoras da nossa pesquisa, onde procurámos encontrar respostas para a forma como os políticos representam e respondem a cada uma delas. As dimensões a que nos referimos são as seguintes:

- a) De acordo com o discurso dos políticos como é definido o problema da violência doméstica;
- b) Quais são as causas que são apresentadas nos debates para o problema da violência doméstica;
- c) Que tipo de acção é discutida pelos parlamentares para agir sobre o problema da violência doméstica, com vista à sua erradicação.

Com a primeira dimensão procurámos aceder ao que é entendido e do que se fala quando se discute este tipo de violência. A partir de que perspectiva é apresentada e que motivos estão por detrás da sua referência. Em suma, quando se fala de violência doméstica, fala-se de quê? A segunda pretende ir ao encontro, na opinião dos políticos, das causas, circunstâncias, motivações e potenciadores das situações de violência. O que está na sua base, a origem, os meios, os ambientes, os perpetuadores destas situações. Com a terceira dimensão pretende-se saber como é pensada e realizada a acção no sentido de fazer face a este problema. Que tipo de organizações, grupos ou indivíduos devem tomar a iniciativa ou ser responsabilizados para agir, antes ou depois do acto consumado.

Não nos cingimos à análise e apresentação da forma como os políticos definem as várias dimensões da violência doméstica. Procurámos ir mais além levando a cabo uma análise às origens e alterações ocorridas nas representações sobre essas dimensões, ou seja, o seu enquadramento e evolução face aos diferentes momentos e contextos em análise. Do estudo realizado às políticas públicas em torno da violência doméstica, procurámos responder às seguintes questões:

- 1) Como é que os deputados da Assembleia da República representaram, para os diversos momentos em análise, a violência doméstica, as suas causas e a acção pensada ou levada a cabo?
- 2) Existiram alterações significativas no discurso político, relativamente à violência doméstica, ao longo do tempo, assistindo-se a mudanças nas representações dos políticos, entre os vários períodos em análise?
- 3) Os partidos e as ideologias partidárias são elementos determinantes na produção do discurso político e na concepção das políticas públicas, assistindo-se a diferenças significativas entre os políticos de diferentes bancadas parlamentares?

Ao respondermos a estas questões, procuramos, fundamentalmente, produzir conhecimento que ajude a entender o curso de acção seguido relativamente à violência doméstica. Pretende-se contribuir para o desenvolvimento, tanto na produção de conhecimento científico orientado para a concepção de políticas públicas, como para a avaliação da conceptualização que tem sido feita pelos políticos relativamente a estas matérias. Dar-nos-á um conhecimento mais profundo acerca das políticas que vêm sendo criadas, permitirá de forma objectiva avaliar a sua evolução e, de forma científica, ir além da sua enumeração e avaliação de possíveis impactos na sociedade (Capucha, Ferreira de Almeida, Pedroso, & Vieira da Silva, 1996; Trevisan & van Bellen, 2008), procurando definir de forma mais clara sobre o que está por trás da concepção e o que se têm transmitido.

## CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

De acordo com a pretensão de analisar e apresentar conjuntos de representações e sentidos, a investigação que nos propusemos realizar tem, na sua base, uma abordagem qualitativa, apoiada por alguns métodos quantitativos, que servem, em grande medida, para dar suporte a uma primeira análise. Vamos fazer incidir sobre os discursos nos debates parlamentares dos deputados da Assembleia da República um método de investigação cuja principal finalidade é a de nos dar conclusões objectivas relativamente às representações que encontrámos.

Definimos quatro momentos para a análise, quatro períodos que entendemos como os mais pertinentes para o nosso estudo na medida em que existiram, ao longo do tempo, diferenças significativas na forma de olhar e agir sobre o problema da violência contra as mulheres e da violência doméstica. Para além do momento actual, definimos como primeiro momento o que corresponde à publicação da primeira resolução legal com vista à protecção adequada das mulheres vítimas de violência, dois anos após se ter começado a discutir este assunto de forma mais aprofundada. Um segundo e um terceiro momentos onde ocorreram alterações profundas na forma de conceber, tanto de um ponto de vista legal como político, o âmbito do crime e da própria intervenção, com a passagem a crime semipúblico, e deste para crime público. Temos os quatro momentos delimitados da seguinte forma:

- 1) Em 1991, quando foi instituída a primeira lei de protecção das mulheres vítimas de violência;
- 2) Em 1998, quando se assistiu à alteração do crime para semipúblico, passando a depender da vontade da vítima o prosseguimento do processo criminal;
- 3) Em 2000, aquando da passagem de crime semipúblico para crime público;
- 4) E o quarto e último momento de análise, onde seleccionámos os documentos em torno do ano de 2011, momento em que teve início esta investigação e que serviu para dar conta da situação actual face à sua evolução nos últimos 20 anos.

Os dois períodos intermédios, 1998 e 2000, são bastante próximos e pode existir, à partida, alguma confusão com os documentos seleccionados, mas procurámos, após a sua leitura cuidada, distingui-los segundo o âmbito do crime a que se referiam ou que tinham na sua base, já que eram definidos de forma distinta.

Construímos o esquema de análise tendo em conta a utilização ou menção implícita ou explícita de determinados termos, categorias ou aspectos no discurso, constituindo esta a nossa base para reconhecer os *frames* e representações. Estes foram sendo definidos a partir de conjuntos de temas ou categorias que foram identificados ao longo do trabalho, ou seja, um *frame*, por norma, inclui um ou mais temas ou categorias, que, de acordo com a revisão bibliográfica efectuada, fazem parte de uma mesma forma de olhar um determinado aspecto da nossa investigação. A descrição e composição de cada *frame* ou representação podem ser encontradas mais adiante<sup>9</sup>.

A multiplicidade de significados e fenómenos sociais existentes, postos em evidência pelos estudos acerca das interacções sociais e da vida quotidiana, dá-nos noção de uma construção da realidade tão complexa que só a podemos analisar segundo construções metodológicas que incluam uma abordagem qualitativa (Denzin & Lincoln, 2005) com apoio de técnicas quantitativas. Trata-se de complementar a procura das regularidades, comum a tantas investigações sociológicas, com um foco nos sentidos sociais levados para cada interacção pelos actores, com base nas suas representações, atitudes e comportamentos, procurando a compreensão dos sentidos da acção social individual e colectiva. Nos processos de intervenção ou resolução de problemas sociais e políticos interagem inúmeras racionalidades tanto individuais como colectivas. São espaços onde os actores levam para cada interacção a sua forma diferenciada de olhar a realidade e a acção é condicionada por enquadramentos e significações próprias individuais e relativas ao contexto em que interagem.

A nossa posição teórico-epistemológica é uma postura analítica de localização, reconstrução e apresentação das representações sociais, através de uma pesquisa sociológica que as pretende revelar a partir da análise documental. Realizámos uma investigação que procurou interpretar a relação entre o sentido subjectivo da acção, o acto objectivo, nomeadamente o discurso dos actores, e o contexto social em que

---

<sup>9</sup> Ver ponto 3.3.1. Análise temática e os eixos de análise.

decorreram as práticas de análise (Guerra, 2006b). Essas relações têm uma orientação recíproca em que os actores são influenciados e influenciam lógicas de acção colectiva e significados que trazem para o jogo social. Como refere Uwe Flick (2005), o núcleo de investigação são “as diferentes formas de o indivíduo investir de significado os objectos, acontecimentos, experiências, etc. A reconstituição desses pontos de vista subjectivos torna-se o instrumento de análise das realidades sociais” (2005, p. 18).

Na base da nossa análise está a assunção da concepção weberiana do sujeito que considera que o actor social é capaz de ter racionalidades próprias e comportamentos estratégicos que dão sentido às suas acções (Guerra, 2006b, p. 17). Essas racionalidades permitem aos sujeitos conceber determinadas formas de olhar e de agir em interacção com algo ao seu redor. Mobilizam recursos e estratégias de acção e agem segundo conjuntos de signos e símbolos, com um determinado significado na sua base. Assim, pretendemos fazer emergir que significados e, por sua vez, que representações estão por detrás de uma determinada declaração, ideia ou acção. Temos como pressuposto de que é da linguagem e da capacidade de verbalização que cada pessoa se serve para descrever acontecimentos, práticas e crenças (Bardin, 2009) e que é através da análise destas capacidades que conseguimos aceder às representações sociais associadas aos fenómenos. Defendemos que as representações dos indivíduos ganham forma na linguagem e nas palavras que constituem um discurso e que este não reflecte uma realidade inconsciente ou instrumental, mas que é a fonte essencial do conhecimento sociológico e da construção das problemáticas (Guerra, 2006a). Encontra-se demonstrado que existe uma relação fundamental entre as estruturas mentais e a produção da escrita ou do discurso verbal (Johnston, 1995). Tentámos, então, transpor essa relação para o nosso trabalho procurando fazer emergir os significados transmitidos pelos actores políticos que analisámos. Defendemos que é pela linguagem que a interacção social toma forma e pela palavra que os actores interiorizam, representam e partilham as suas significações e simbologias essenciais por forma a construir representações de sentidos. É através do que foi dito e escrito que vamos procurar chegar às estruturas mentais dos indivíduos.

### 3.1. A METODOLOGIA COMPREENSIVA E OS MÉTODOS QUALITATIVOS

Construímos um modelo que nos possibilita reproduzir os sistemas de representações e de acção socialmente construídos, em que onde os contextos vão além da situação imediata que estudamos (Guerra, 2006b) e que através da análise dos *frames* de um determinado actor e momento, permitisse encontrar a sua representação. Recorremos a uma metodologia compreensiva que privilegiou o contexto da descoberta como o terreno de partida da investigação, associando-o a uma abordagem indutiva (Guerra, 2006b). Este método elementar de raciocínio consistiu, no nosso trabalho, em partir do concreto, daquilo que é observado nos vários textos em análise, para passar a um nível mais abstracto, onde identificámos as características centrais das representações encontradas.

Um dos problemas fundamentais que encontrámos ao optar por este tipo de metodologia diz respeito à relação entre o investigador e o material em análise. Este é, aliás, o principal motivo de desconsideração pelas metodologias compreensivas, o receio de perda de objectividade por parte do investigador (Guerra, 2006b). Lidando com significados e sentidos condicionados e condicionantes da interacção social, ao analisar um determinado material, o investigador é também dependente e sujeito activo daquilo que destaca, analisa e interpreta.

Procurámos ter sempre em mente os pressupostos da neutralidade, sistematicidade, objectividade (Marvasti, 2005) e um cuidado muito especial para com o que destacámos e analisámos, tentando não deixar que as nossas conclusões e representações influenciassem aquilo que salientámos, procurando utilizar uma perspectiva de apresentação e resumo, mais do que propriamente a nossa própria interpretação. Grande parte da nossa análise e dos resultados que apresentamos são uma condensação daquilo que foi dito pelos actores em estudo e que considerámos como o mais relevante.



### 3.2. A SELECÇÃO DE DOCUMENTOS E A ANÁLISE DOCUMENTAL

O primeiro passo mais operacional desta investigação relacionou-se com a selecção e análise de documentos. Partimos das intervenções dos deputados da Assembleia da República, reproduzidas sob a forma de documentos escritos com transcrições integrais dos debates parlamentares, incluindo no nosso estudo documentos com datas entre 1989 e 2011. Optámos pela escolha de discursos presentes em documentos escritos pela sua objectividade e clareza na forma como são apresentados. Seria demasiado moroso e complexo entrevistar os principais actores políticos para cada momento em análise e mais penoso ainda seria pedir-lhes para reflectirem sobre o que pensavam e do que se falava, exactamente, na altura. Mobilizar recursos e meios para atingir a quantidade de material que recolhemos tornaria esta investigação impraticável. Optando pela presente via, conseguimos recolher uma quantidade suficiente de texto estruturado, onde todos os actores que participam no principal órgão representativo da nossa República tiveram oportunidade de apresentar as suas ideias e representações, incluindo a discussão com outros autores. O facto de estes documentos conterem o elemento da discussão foi outro dos principais motivos que fez com que optássemos por esta via por oposição à realização de entrevistas, análise de notícias ou declarações políticas. Nos debates parlamentares cada actor político apresenta o que quer levar a público, sendo confrontado com opiniões ou representações contrárias ou questões acerca do que apresenta.

Analisámos os textos dos debates parlamentares da Assembleia da República, acedidos através do portal <http://debates.parlamento.pt/>, referentes à I Série dos Diários da Assembleia da República, cuja publicação se iniciou em 1976 e se prolonga até à actualidade, e à II Série dos Diários da Assembleia da República, cuja publicação se iniciou na I Legislatura, 2.ª Sessão Legislativa a 26 de Outubro de 1977 e se prolonga até à actualidade. Os textos da II Série encontram-se divididos em três sub-séries: 2ª Série-A - onde são publicados todos os decretos, resoluções e deliberações do Plenário, Comissão Permanente, Mesa, Conferência dos representantes dos Grupos Parlamentares, entre outros; 2ª Série-B - onde são publicados votos, interpelações, inquéritos parlamentares, requerimentos de apreciação de decretos-lei, perguntas ao Governo, requerimentos e respostas, etc.; e 2ª Série-C - onde são publicadas

intervenções dos deputados em instâncias internacionais, despachos do Presidente e Vice-Presidentes, orçamento e contas da AR, relatórios de actividades da AR e da Auditoria Jurídica, relatórios de Comissões, delegações e deputações, actas das Comissões e das audições parlamentares, constituição e composição dos grupos parlamentares de amizade, etc.

A justificação para a escolha dos debates parlamentares para o nosso trabalho parte do entendimento de que, na República Constitucional em que vivemos em Portugal, a Assembleia da República se assume como um importante órgão legislativo do Estado Português e é o local onde se encontram representados os grupos políticos, através dos deputados eleitos pelos cidadãos portugueses para os representarem. Os deputados são eleitos nas eleições legislativas e, apesar de serem escolhidos pelos portugueses para os representarem ao nível nacional, são-no segundo círculos eleitorais, onde cada partido elege deputados proporcionalmente ao número de votos que recebe. Pudemos, desta forma, chegar ao que pensam os actores políticos que representam a população e têm origem em diferentes facções políticas e ideológicas, assim como dos próprios governos em funções em cada época em análise. É certo que, mesmo limitados ao sector político, muitos outros actores haveria para entrevistar, alguns deles bastante pertinentes para o nosso objecto de estudo. Contudo, para não influenciarmos a sua escolha tendo em conta as nossas opções ou tendências, optámos por seleccionar os discursos de um conjunto em que todos têm a oportunidade, apesar das limitações de tempo existentes, para apresentarem aquilo que pensam e defendem. Esta escolha fez com que atingíssemos um elevado grau de heterogeneidade ideológica e partidária dos actores analisados e da informação recolhida.

Seleccionámos os documentos que entendemos como os mais pertinentes e relevantes para a nossa investigação a partir de uma observação dos debates em que foram discutidos aspectos relacionados com a violência contra as mulheres e a violência doméstica. Foram triados através de ferramentas de pesquisa fornecidas pelo portal da Assembleia onde, limitando a nossa observação aos períodos adjacentes aos quatro momentos em análise, procurámos encontrar documentos através da pesquisa por alguns conceitos-chave e, de entre os documentos que nos apareciam, após uma leitura transversal, seleccionámos aqueles que melhor nos permitiriam prosseguir e atingir os nossos objectivos.

Procurámos seleccionar os documentos mais importantes para a compreensão acerca das representações em torno da violência doméstica que compreenderam, para 1991: o texto da reunião plenária de 8 de Março de 1989 onde, numa sessão dedicada à problemática da mulher, foram apresentadas várias declarações políticas sobre este tema; o texto da reunião plenária de 22 de Março de 1990, onde se procedeu ao debate sobre os problemas da mulher em Portugal; e o texto da reunião plenária de 8 de Março de 1991, onde foi discutido o projecto lei n. 362/V, da autoria do PCP, que garantia protecção adequada às mulheres vítimas de violência e que deu origem à lei n.º 61/91.

Para 1998, foram seleccionados os seguintes documentos: debate da reunião plenária de 11 de Março de 1998, onde deu entrada e foi aprovado o voto n.º 104/VII - De saudação sobre a participação política das mulheres, apresentado pelo PS, CDS-PP e Os Verdes; o texto da reunião plenária de 18 de Março de 1999, onde se discutiu o projecto de lei n.º 620/VII – Criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência (Os Verdes) e o projecto de resolução n.º 110/VII - Regulamentação da legislação que garante a protecção às mulheres vítimas de violência (CDS-PP); reunião plenária de 5 de Maio de 1999, com a discussão da proposta de lei n.º 256/VII – Altera o Decreto-Lei n.º 423/91, de 30 de Outubro, que aprovou o regime jurídico de protecção às vítimas de crimes violentos; e a reunião plenária de 12 de Maio de 1999, onde se discutiu a proposta de lei n.º 271/VII - Aprova o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado da indemnização devida às vítimas de violência conjugal.

Para 2000, os documentos seleccionados foram: o texto da 2ª Série - A – Número 5, de 27 de Novembro de 1999, onde existiu uma exposição de motivos relativamente ao projecto de lei n.º 21/VIII (violência contra a mulher na família - «CRIME PÚBLICO» - altera o artigo 152.º do código penal, revisto pela lei n.º 65/98); o texto da 2ª Série - A – Número 13, de 8 de Janeiro de 2000, onde assistimos à apresentação do Projecto de lei n.º 58/VIII - Reforça as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência; o debate da reunião plenária de 13 de Janeiro de 2000, onde se procedeu à discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.º 21/VIII – Violência contra a mulher na família – «crime público», n.º 58/VIII – Reforça as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência (PCP) e do projecto de resolução n.º 21/VIII - Concretização de medidas de protecção das vítimas de violência

doméstica (CDS-PP); o texto da 2ª Série - A – Número 14, de 13 de Janeiro de 2000, onde se apresentou o Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias acerca do projecto de lei n.º 21/VIII (violência contra a mulher na família - «CRIME PÚBLICO» - altera o artigo 152.º do código penal, revisto pela lei n.º 65/98); o texto da 2ª Série-A – Número 16, de 31 de Janeiro de 2000, onde se apresentou o Relatório e parecer da Comissão para a Paridade, Igualdade de Oportunidade e Família relativamente aos projectos de lei n.º 21/VIII - violência contra a mulher na família - «CRIME PÚBLICO» - altera o artigo 152.º do código penal, revisto pela lei n.º 65/98, e projecto de lei n.º 58/VIII que reforça as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência; e a reunião plenária de 29 de Março de 2001 onde se debateu a proposta de lei n.º 40/VIII – Aprova a lei da paridade, que estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos e o projecto de lei n.º 388/VIII – Medidas activas para um equilíbrio de género nos órgãos de decisão política.

Para 2011, os documentos seleccionados foram: a reunião plenária de 12 de Fevereiro de 2009, onde se apreciou a proposta de lei n.º 248/X (4.ª) — Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro, e dos projectos de lei n.º 587/X (4.ª) — Altera o Código Penal no sentido de conferir uma maior protecção às vítimas do crime de violência doméstica (BE), n.º 578/X (3.ª) — Altera o artigo 152.º do Código Penal Português, que prevê e pune o crime de Violência Doméstica (CDS-PP) e n.º 657/X (4.ª) — Reforça a protecção das mulheres vítimas de violência (PCP); a reunião plenária de 9 de Julho de 2009, onde se apreciou a proposta de lei n.º 295/X (4.ª) — Altera o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica, previstos respectivamente no Decreto- Lei n.º 423/91, de 30 de Outubro e na Lei n.º 129/99, de 20 de Agosto; a reunião plenária de 17 de Setembro de 2010, onde foi discutido o projecto de lei n.º 167/XI (1.ª) — Estabelece quotas de emprego público para vítimas de violência doméstica (Os Verdes); e a reunião plenária de 17 de Fevereiro de 2011, onde encontrámos uma declaração política sobre o combate à violência e respectivos pedidos de esclarecimento.

### 3.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Seleccionados os documentos e analisados transversalmente, foi tempo de examinar o seu conteúdo (Vala, 2007) procurando, de uma forma aprofundada, identificar, categorizar, codificar e analisar os símbolos e significados encontrados, sob a forma de temas ou categorias, de modo a constituir e definir os *frames* que dão forma às representações políticas. Realizámos uma análise temática onde procurámos, fazendo uso de ferramentas utilizadas para identificar os temas referidos nos documentos, identificar aquilo que é dito do ponto de vista de um determinado tema ou categoria.

Categorizámos e codificámos excertos do discurso pessoal e normativo, procurando encontrar os sentidos que estão implicitamente presentes nos documentos (Hiernaux, 2005). Identificámos e interpretámos de forma metódica as representações que fomos encontrando, através de um processo contínuo de interpretação e procura de estruturas de sentido que se encontrassem expressas de forma tanto explícita como implícita naquilo que os actores disseram e que pretendia, em última análise, reproduzir o sentido da política e do discurso trazido ao mundo social (Ghiglione & Matalon, 1992). Realizámo-lo fazendo uso da análise de conteúdo entendida, segundo Berelson (1952), como uma técnica de investigação que permite realizar “a descrição objectiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto da comunicação” e que permite fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto (Krippendorff, 2004).

A análise de conteúdo (Vala, 2007) teve como principal objectivo caracterizar o que está por detrás da construção de um determinado discurso e o que os actores pretendem transmitir com ele, indo além do estudo descritivo do explícito, procurando expor o elemento implícito presente nos discursos. Chegámos ao conjunto de representações através da escolha de determinados termos utilizados pelos locutores, a sua frequência, o seu modo de disposição, o seu sentido implícito, a forma como é construído o discurso e como ele é desenvolvido. Analisámos os aspectos formais da comunicação, considerando-os como indicadores da actividade cognitiva do seu locutor, dos significados sociais ou políticos que o envolvem e determinam, através do

seu discurso ou do uso social que este fez da comunicação (Quivy & Campenhoudt, 2008).

### 3.3.1. ANÁLISE TEMÁTICA E OS EIXOS DE ANÁLISE

A técnica de análise de conteúdo escolhida foi a análise temática que passou pela realização de operações de desmembramento do texto em unidades que se traduziram em categorias específicas segundo reagrupamentos lógicos. É defendida como uma das técnicas mais rápidas e eficientes para aplicar a discursos directos e categorizar e investigar determinadas matérias (Bardin, 2009).

Ao realizar esta análise, procurámos apresentar as representações sociais, os símbolos, significados ou os enquadramentos dos locutores a partir da análise dos elementos que constituem e dão forma ao discurso (Quivy & Campenhoudt, 2008). Também apelidada de análise categorial, consistiu no nosso trabalho em identificar, localizar, estruturar e sistematizar determinadas categorias significativas do discurso, que nos permitiram definir, através de alguns temas que foram sendo identificados, quais as principais categorias de *frames* e representações que definem e determinam a sua acção social e colectiva.

Optámos pelo uso do tema como unidade de registo (Bardin, 2009) por ser o mais apropriado aos nossos objectivos e problemática em análise. Permite-nos, através da identificação de palavras específicas ou referências indirectas a determinados assuntos, identificar o que se pretende transmitir. Utilizámos uma unidade semântica com um segmento de conteúdo curto, que considerámos o mais apropriado e eficaz com vista a reflectir o esquema de pensamento cognitivo dos actores em estudo. O tema surge no nosso trabalho como a “unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 2009, p. 131) onde procurámos encontrar os “núcleos de sentido” transmitidos. Utilizamos, ao longo do trabalho, as noções de temas e categorias como termos equivalentes já que entendemos não existir nenhuma diferença conceptual entre eles e o seu uso depende meramente do próprio discurso.

Como referido anteriormente, os *frames* são constituídos por conjuntos de temas, onde existe uma agregação de símbolos ou significados, sob forma de palavras e assuntos que permitem, de uma forma mais clara e objectiva, agrupar significados comuns a uma determinada representação. A listagem de todos os temas, por si só, é demasiado extensa para permitir realizar uma análise aprofundada e comparativa. No entanto, não a descurámos totalmente. Procurámos analisar os seus conjuntos, tendo sempre presente a sua decomposição individual para os casos em que, pela sua pertinência, assim se justificasse. Foram tidos em consideração para a nossa base de dados 17 documentos<sup>10</sup> e criados 78 temas/categorias<sup>11</sup> que foram agregados em 19 conjuntos de temas<sup>12</sup> relativamente às dimensões em análise: a definição do problema de violência doméstica; as suas causas; e a acção pensada ou desenvolvida sobre este problema.

De acordo com as leituras e considerações realizadas na fase inicial da investigação, contávamos, à partida, com uma ideia dos temas que poderíamos encontrar. Não circunscrevemos, contudo, a nossa análise a esse esboço inicial já que aqueles foram sendo definidos à medida que fomos analisando o material, sendo constantemente sujeitos a pequenos ajustes e novas considerações.

Para a definição do problema da violência doméstica foram identificados temas<sup>13</sup> como: a lei e os aspectos normativos, o tipo de violência, a origem das principais recomendações, o tipo de vítima, o tipo de crime e o seu âmbito, a referência ao agressor, o entendimento desta questão a partir dos vários tipos de direitos de cada um, do papel e dos problemas das mulheres e a sua definição a partir da referência a problema público ou privado.

Relativamente às causas para o problema foram definidos temas<sup>14</sup> em torno de: igualdade, desigualdade, discriminação, sociedade, economia, trabalho, família, o espaço casa, as relações de conjugalidade, os valores sociais e o Estado e o Governo apontados como causas para a violência doméstica.

---

<sup>10</sup> Ver anexo 1. Devido ao elevado número de páginas dos documentos analisados, mais de 400, optámos por apresentar os links onde estes podem ser acedidos.

<sup>11</sup> Ver anexo 2, 3 e 4.

<sup>12</sup> Ver anexo 5, 6 e 7.

<sup>13</sup> Para listagem completa, consultar anexo 2.

<sup>14</sup> Para listagem completa, consultar anexo 3.

Para a análise da acção sobre o problema identificámos temas<sup>15</sup> como: a prevenção, o combate, a sensibilização, a acção sobre o agressor, sobre a vítima, o papel das Comissões, das Associações, do Estado, do Governo, dos seus órgãos, dos seus elementos, das forças de segurança, o tipo de estratégia necessária e os mecanismos e instrumentos criados.

Existem casos em que, relativamente a um determinado tema, encontrámos referências que nos dão resposta ou podem ser incluídos em mais do que uma das questões ou eixos donde partiu a análise. Nos aspectos relacionados com a lei, por exemplo, temos considerações que estão vinculadas com a definição do problema, mas também como causa ou meio de acção. Nestes casos, analisámos todos os *outputs* existentes e procurámos perceber onde o poderíamos incluir da forma mais adequada. Para o papel do Estado e dos Governos, por termos demasiadas e importantes considerações para as causas e acção sobre o problema, decidimos distinguir a sua categorização consoante eram apontados numa forma ou de outra.

De acordo com a estratégia que definimos de agregação de alguns temas em conjuntos, que representam os *frames* que nos interessam analisar para a definição do problema da definição da violência doméstica, chegámos aos seguintes conjuntos<sup>16</sup>: aspectos do acto; âmbito; definição de crime; definição de violência; direitos; estudos; internacional; lei; mulher e as vítimas. De modo a permitir uma análise às causas existentes definimos os seguintes *frames*<sup>17</sup>: família e conjugalidade; desigualdade de género; económico-social; Estado, Governo e os valores sociais. Para a acção sobre a violência doméstica, considerámos os seguintes *frames*<sup>18</sup>: Estado e Governo; instituições; prevenção e reacção.

Foram analisadas 1843 unidades de contexto que tomaram a forma de parágrafos. Optámos pelo parágrafo como unidade de contexto<sup>19</sup> por considerarmos que, para a unidade de registo escolhida, o parágrafo constitui o segmento de texto com a dimensão e informação óptimas para podermos atribuir algum contexto e significação aos temas encontrados. Após uma primeira análise ao material recolhido, constatámos que os parágrafos são relativamente uniformes em dimensão entre si e

---

<sup>15</sup> Para listagem completa, consultar anexo 4.

<sup>16</sup> Para listagem dos *frames* e temas incluídos, consultar anexo 5.

<sup>17</sup> Para listagem dos *frames* e temas incluídos, consultar anexo 6.

<sup>18</sup> Para listagem dos *frames* e temas incluídos, consultar anexo 7.

<sup>19</sup> Bardin, 2009, p. 133



que se encontram devidamente construídos e estruturados para a pertinência da sua escolha e clareza da sua análise.

Nas transcrições analisadas, com a mudança de tema por parte de um actor, ou com uma interrupção do que se vem falando, existe normalmente uma quebra em forma de parágrafo, o que nos permitiu realizar uma separação clara entre os temas que foram referidos, permitindo-nos avaliar de uma forma mais objectiva o sentido existente em cada unidade, assim como realizar as devidas contagens e comparações no universo das unidades de contexto analisadas. De salientar que, em muitos casos, dentro de uma unidade de contexto encontrámos e codificámos vários temas. Os sentidos e os temas cruzaram-se entre si, funcionando como objectos de análise e avaliação para o nosso estudo ao nível das co-ocorrências.

A escolha dos próprios documentos e dos assuntos que neles se tratam, nomeadamente a questão da agenda e plano de trabalhos, influenciam os temas que são referidos. Assim sendo, temos que deixar bem presente que tanto as frequências de temas apresentadas como as observações e conclusões a que chegámos são influenciadas por esses factores e não pretendendo ser representativas de todos os actores políticos, referem-se a momentos e contextos próprios.

## CAPÍTULO 4 – DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS

Vamos, neste capítulo, analisar os resultados obtidos partindo da avaliação do número de ocorrências de temas e *frames* registados nos parágrafos analisados e apresentar as ideias ou citações mais importantes dos discursos examinados. Vamos, desta forma, poder chegar às representações que os actores políticos têm perante as várias dimensões em análise da violência doméstica e reflectir acerca da sua evolução e do que está na sua base. Recordamos que os *frames* são constituídos por um ou mais temas, que cientificamente fazem sentido serem agrupados num mesmo conjunto. Representam um sentido, um modo de olhar ou de pensar determinado assunto.

Na nossa análise, reflectimos acerca das frequências registadas para cada *frame* e, nos casos em que se tornou pertinente, apresentamos o número de vezes que cada tema surgiu no ponto em análise. Esta estratégia permitirá, por um lado, ver que temas têm mais peso dentro de cada *frame* e, por outro, comparar os vários momentos em análise, salientando as diferenças significativas encontradas entre o que mais se falava e o que mais preocupava os políticos, em cada momento e contexto. De forma a aprofundar esta análise, apresentamos citações, ideais ou referências, implícitas ou explícitas, que os actores políticos nos deram, por forma a sustentar as representações apresentadas.

Apresentamos os resultados em pontos distintos para cada dimensão da violência doméstica em análise: a sua definição, as causas e a acção levada a cabo. E mostramos, para cada um deles, as principais conclusões a que chegámos não só para a generalidade do estudo como para os vários momentos em análise: 1991; 1998; 2000 e 2011. Desta forma, demonstramos as representações que encontrámos nos discursos dos deputados da Assembleia da República para os diversos momentos em análise e apresentamos as alterações detectadas nesses mesmos discursos, entre os vários períodos em análise. Concluimos com uma comparação entre os *frames* e temas mais referidos entre os diversos partidos com assento parlamentar, por forma a perceber se os partidos e as ideologias partidárias são elementos determinantes na concepção do discurso político e das políticas públicas.

Para a globalidade do estudo (tabela 1) podemos concluir que a dimensão mais debatida nos documentos foi a definição de violência doméstica, que inclui: os

aspectos do acto de violência e a forma como ele é considerado, ou seja, se é um acto violento ou se é um crime, entre outras considerações; o âmbito da intervenção estatal e do entendimento de determinados pontos, como privados ou públicos; a definição do crime como semipúblico ou público; os direitos que são apontados; os estudos realizados; as referências a instâncias, documentos ou sugestões internacionais; as menções e discussões em torno da lei e dos aspectos normativos; as referências à mulher, onde são englobadas todas as alusões ao papel, à participação, a problemas ou exemplos de mulheres; e os vários tipos de vítimas de situações de violência.

**Tabela 1: Ocorrências das dimensões em análise**

	Período				Total
	1991	1998	2000	2011	
<b>DEFINIÇÃO</b>	455	529	547	603	2134
<b>CAUSAS</b>	473	214	132	86	905
<b>ACÇÃO</b>	267	273	221	282	1043

A acção surge em segundo lugar com 1043 ocorrências. Quando falamos em acção, estamos a falar de: intervenção pensada ou levada a cabo a partir das instâncias estatais ou governamentais; instituições não-governamentais e sua actuação, valências ou potencialidades; prevenção, que, como o nome indica, inclui todo o tipo de medidas que visam prevenir ou anular situações de violência; e reacção, que engloba todo o conjunto de medidas que são tomadas para intervir após o acto ter sido consumado, tendo aqui incluído o combate, o apoio, o afastamento do agressor, a protecção, entre outros.

A reflexão acerca das causas surge como o conjunto de temas menos discutido com 905 ocorrências. Dentro desta dimensão incluímos os factores referidos pelos políticos como potenciadores de situações de violência, entre os quais: a família e conjugalidade, que inclui todas as referências às situações de conjugalidade ou coabitação, à família ou ao espaço casa; a desigualdade de género, que nos remete para as referências a situações tanto de desigualdade aos mais variados níveis, como à dependência, nas suas múltiplas expressões, discriminação, igualdade ou questões relacionadas com diferenças de poder entre homens e mulheres; o *frame* económico-social que se encontra presente sempre que se fala de questões económicas, da

sociedade ou do mercado de trabalho; o papel do Estado e/ou do Governo, que seja por acção ou falta dela, promove o aparecimento, existência ou prolongamento de situações de violência; e as referências aos valores sociais e à mentalidade como causa para este problema. Surgindo inicialmente como a dimensão mais referida em 1991, as causas foram perdendo ocorrências, relativamente às outras dimensões, nos outros momentos em análise. De 476 ocorrências em 1991, passámos para 86 em 2011, tendência inversa às outras duas dimensões, definição e acção, que mantiveram o nível de ocorrências.

#### 4.1. DEFINIÇÃO E REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A primeira questão que nos colocámos foi procurar saber do que se fala quando se debate violência doméstica e de que forma tem sido definido este problema. Da análise à tabela 2 podemos concluir que, para a globalidade do estudo, esta é explicada, na sua maioria, a partir do *frame* lei<sup>20</sup>, com 374 ocorrências registadas, e que inclui todas as referências à lei e aspectos normativos. Em segundo lugar temos as alusões à definição da própria violência<sup>21</sup> onde a violência doméstica (182 ocorrências)<sup>22</sup> aparece como tema individual mais referido, seguido da violência contra as mulheres (108). Dentro deste *frame* incluímos as várias definições acerca da violência que se encontram presentes nos documentos, incluindo a violência doméstica e violência contra as mulheres, como já referido, mas também a violência conjugal, de género, sexual, física, etc.

---

<sup>20</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Lei,” ver ponto 4.1.2. Uma lei em mudança.

<sup>21</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Definição da violência”, ver ponto 4.1.1. Da violência contra as mulheres à violência doméstica: vinte anos de evolução de um conceito.

<sup>22</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 1.

**Tabela 2: *Frames* - Definição da violência doméstica (geral)**

<b><i>Frames</i> (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Lei (374)</b>	Lei	374
<b>Definição violência (331)</b>	Violência doméstica	182
	Violência contra as mulheres	108
	...	
<b>Aspectos do acto (294)</b>	Crime	112
	Violência	112
	...	
<b>Vítimas (245)</b>	Mulheres vítimas	122
	Vítimas	103
	...	
<b>Mulher (224)</b>	Papel da mulher	70
	...	
<b>Direitos (164)</b>	Direitos	53
	Direitos da mulher	49
	Direitos humanos	42
	...	
<b>Internacional (130)</b>	Internacional	130
<b>Estudos (63)</b>	Estudos	63
<b>Âmbito (58)</b>	Privado	33
	...	
<b>Definição crime (49)</b>	Crime público	41
	Crime semipúblico	12

Os aspectos relativos à forma de olhar o acto<sup>23</sup> surgem em terceiro lugar, apontados 294 vezes, com a sua percepção a partir do conceito de crime (112 ocorrências) e do acto como violência (112). Estes aspectos pretendem apontar as situações em que se falou e descreveu o acto em si, visto como um gesto violento, como maus-tratos, como uma agressão ou como um crime. Acreditamos que diferentes formas de olhar o acontecimento, determina o significado atribuído. Em quarto lugar temos as vítimas<sup>24</sup> (245 ocorrências). Neste *frame* incluímos todas as referências ou distinções realizadas, relativamente a quem sofre com os actos praticados, desde a sua referência de uma forma geral (quando surge a palavra vítima de forma isolada), às mulheres vítimas, crianças e idosos. Nos documentos analisados

<sup>23</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Aspectos acto”, ver ponto 4.1.3. A representação do acto: violência, maus tratos ou crime.

<sup>24</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Vítima”, ver ponto 4.1.4. O conceito de vítima.

as mulheres vítimas são referidas 122 vezes e as vítimas descritas de uma forma geral em 103 ocasiões.

Discriminando a nossa análise por momento observado, concluímos que, em 1991 (tabela 3), os actores políticos falavam mais frequentemente de representações em torno da mulher, assumindo-se, nesta altura, como o *frame* mais referido (141 vezes). Neste *frame* incluímos os temas que se encontram relacionados com a mulher, em questões de vária ordem, como por exemplo: o papel da mulher (48 ocorrências)<sup>25</sup>, que inclui as referências a exemplos dados do que é, ou deve ser, o papel da mulher nos vários sectores sociais, menções à situação da mulher, ao seu estatuto ou posicionamento dentro de determinado sector da sociedade; exemplos históricos de homens e mulheres (30 ocorrências) que serviram de modelo ou tiveram um papel essencial em causas como a defesa da igualdade, das mulheres e de lutas feministas; e à participação da mulher, com 25 ocorrências, que, como o nome indica, inclui todas as sugestões à participação da mulher nas várias esferas sociais.

**Tabela 3: *Frames* - Definição da violência doméstica (1991)**

<b><i>Frames</i> (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Mulher (141)</b>	Papel da mulher	48
	Exemplos históricos	30
	Participação da mulher	25
	...	
<b>Direitos (73)</b>	Direitos da mulher	35
	Direitos	23
	...	
<b>Lei (67)</b>	Lei	67
<b>Internacional (55)</b>	Internacional	55
<b>Vítimas (25)</b>	Mulheres vítimas	16
	...	
<b>Aspectos do acto (15)</b>	Violência	8
	...	
<b>Âmbito (15)</b>	Privado	7
	...	
<b>Definição violência (15)</b>	Violência contra as mulheres	11
	...	
<b>Estudos (14)</b>	Estudos	14
<b>Definição crime (1)</b>	...	

<sup>25</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar, anexo 8, ponto 2.

Surgem aqui identificados os primeiros dispositivos simbólicos<sup>26</sup> que servem de base à compreensão deste problema. Os políticos servem-se das representações em torno da mulher para atribuir uma significação a um dos agentes envolvidos nesta questão (a mulher). A partir de determinados elementos, mobilizados consoante o problema, trazem-se sentidos e dá-se imagem a um problema que, mais que violência em geral, tem um destinatário – mulheres de todas as idades e extractos sociais – que ao longo dos tempos têm sido vítimas de actos violentos. A compreensão deste problema parte da sua principal vítima, não vista nesse sentido (como vítima), mas com base numa representação que foca a posição mais favorável que a mulher deveria ter. As associações e organizações feministas tiveram, nesta altura, um papel de destaque nos debates analisados, onde é salientado o seu papel para o alerta da sociedade para com comportamentos levados a cabo contra as mulheres com vista à sua inferiorização e subjugação, de modo a dar-lhes visibilidade e procurar combater a reprodução de determinados valores. São o principal meio de partilha e difusão das novas representações para a classe política.

O papel da mulher é entendido a partir do contributo e do estatuto das mulheres, tanto na sociedade como na família e nos demais sectores da vida social e política, como nos demonstra a afirmação de que “o papel da mulher é fundamental no processo de desenvolvimento de qualquer sociedade. Desenvolvimento na acepção de desenvolvimento total, na sua dimensão política, económica, social, cultural” (Ilda Figueiredo [PCP], 1991, P9: 1949)<sup>27</sup>. Procura-se “eliminar os obstáculos que impeçam ou dificultem a sua plena participação” (Julieta Sampaio [PS], 1991, P7: 1761) através de leis que assegurem e protejam as mulheres, promovendo o estatuto de igualdade em todas as esferas sociais.

Em segundo lugar dos *frames* mais referidos encontramos os direitos, referidos em 73 ocasiões, com os direitos da mulher como os mais apontados (35 ocorrências), seguidos pelas referências aos direitos de uma forma não específica (quando surgem mencionados os termos “direito” ou “direitos”). Dentro deste *frame* incluímos os exemplos relativos aos vários tipos de direitos existentes, entre eles: os direitos referidos de uma forma geral, que inclui os direitos de cada cidadão, as alusões ao direito penal, aos direitos fundamentais, entre outros; direitos da mulher; direitos

---

<sup>26</sup> Ver ponto 2.4.

<sup>27</sup> (Interveniente [Partido], ano, referência do documento: página)

humanos; democracia e estado de direito. Analisando-os de forma mais aprofundada, concluímos que são discutidos dois tipos de direitos diferentes, um mais individual, quando se fala dos Direitos Humanos e das mulheres e outro, numa perspectiva mais colectiva, que surge representado nos direitos que deverão ser atribuídos às associações de mulheres. A nível individual, debate-se acerca do direito penal, do direito de voto, direito ao trabalho, igualdade de direitos e acesso ao direito. Dentro desta perspectiva, é defendido que “A Constituição da República Portuguesa consigna na parte dedicada aos direitos e deveres Constitucionais, o princípio da igualdade (...) nos artigos que tratam dos direitos, liberdades e garantias” (Julieta Sampaio [PS], 1991, P2: 1706) e que a “cultura forma a opinião, contribui para a consciencialização individual e colectiva dos direitos” (Assunção Esteves [PSD], 1991, P7: 1763). A nível colectivo, encontramos presente a preocupação com a atribuição de novos direitos às associações para assistir e dar apoio às mulheres, assim como alargar as suas competências e raio de acção.

As menções à lei e a aspectos normativos surgem em terceiro lugar (67 ocorrências), seguidas pelas referências internacionais (55) que servem de guia às políticas nacionais. Nas referências internacionais incluímos todas as indicações a documentos, recomendações, cartas, conferências, reuniões, conclusões ou comentários, sejam europeias como do resto do mundo. A par da mulher e dos direitos, podemos concluir que estas são o terceiro aspecto de entre os mais importantes para a definição das representações e que constituem a base para a configuração e desenho da acção política e das políticas públicas. Encontramos uma ligação entre a revisão do Código Penal, as referências internacionais e a necessidade de redefinição do âmbito do crime, que começa a ser discutido já nesta altura, com a afirmação de que “a revisão do Código Penal deverá ainda debruçar-se sobre uma proposta de organizações internacionais, no que concerne à transformação do carácter semipúblico em público de alguns crimes” (Odete Santos [PCP], 1991, P2: 1701).

Podemos concluir que o problema da violência doméstica, aqui ainda definida como violência contra as mulheres, partiu de uma construção simbólica, fundamentada nos direitos existentes, nas convenções internacionais e no olhar para este tipo de violência a partir de um dos seus principais alvos, a mulher. Esta construção simbólica deu as bases para a definição da primeira lei (Lei n.º 61/91), que



visava a protecção (legal) das mulheres, seguindo as principais recomendações da altura.

Foi apenas em 1998 que encontrámos as primeiras referências à violência doméstica (20 ocorrências)<sup>28</sup>. Neste período, a preocupação em definir de forma explícita este tipo de violência aparece como o segundo conjunto de temas mais referido (tabela 4). Apesar da maioria das definições que encontrámos remeter para um tipo de violência contra as mulheres (34), assistimos ao início de uma importante mudança no discurso político que iremos aprofundar mais adiante (ocorrências elevadas do tema “violência doméstica”). Os aspectos normativos surgem como o *frame* mais referido (121) e, em terceiro, com 72 ocorrências, temos a forma como é compreendido o acto em si, percebido como um gesto violento (34) ou como um crime (25). As mulheres aparecem como tema mais apontado, 41 vezes, quando se fala em vítimas.

**Tabela 4: *Frames* - Definição da violência doméstica (1998)**

<b><i>Frames</i> (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Lei (121)</b>	Lei	121
<b>Definição violência (74)</b>	Violência contra as mulheres	34
	Violência doméstica	20
	...	
<b>Aspectos do acto (72)</b>	Violência	34
	Crime	25
	...	
<b>Vítimas (59)</b>	Mulheres vítimas	41
	...	
<b>Mulher (45)</b>	Papel mulher	13
	...	
<b>Direitos (39)</b>	Direitos	14
	...	
<b>Internacional (39)</b>	Internacional	39
<b>Estudos (20)</b>	Estudos	20
<b>Âmbito (9)</b>	...	
<b>Definição crime (4)</b>	...	

Assistimos, entre 1991 e 1998, a uma alteração na forma como é olhada esta questão. Do foco no *frame* “mulher” e do debate em torno dos direitos, passou-se a

<sup>28</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 3.

destacar mais o acto em si, direccionando a atenção para os seus aspectos e definição. Existe a compreensão que a violência aparece associada às “transformações profundas” (Isabel Sena Lino [PS], 1998, P10: 2293) ocorridas nos anos anteriores ao nível dos “processos sociais e dos modelos familiares” (idem). É, de acordo com estes discursos, um tipo de violência muito relacionado com a família, que se tornou “evidente depois de largos séculos de indiferença” (idem). Produziu-se desta forma uma mudança ou, se quisermos chamar, uma evolução na representação deste problema. Depois de apresentado, cerca de dez anos antes, surgiu a necessidade de clarificar a sua definição. Passou-se a focar mais a sua concepção, com o debate e a interacção entre actores a incidir sobre o conjunto de símbolos e significados utilizados para a clarificação deste problema, procurando-se nomeá-lo de forma correcta e comum a todos os elementos e sociedade. É evidente que a mudança não surge simplesmente pela escolha de uma definição. Mas, ao ser definida e partilhada, uma concepção e uma representação acerca de um conjunto de actos ou situações, pode-se começar a produzir alterações na forma de pensar e agir de uma sociedade. Os políticos, neste caso, procuram fazê-lo através da clarificação das situações de violência doméstica, que se traduziu, anos mais tarde, na autonomização desta enquanto crime.

O contexto internacional surge como o terceiro tema mais apontado relativamente aos temas individuais (39 ocorrências). Pela sua “persistente e inquieta dimensão”(Isabel Castro [Os Verdes], 1998, P10: 2287), este tipo de violência continua a ser apontada como grande preocupação de várias instâncias internacionais. São encontradas referências à ONU, ao Conselho da Europa e à União Europeia, organismos que têm vindo a produzir documentos de âmbito internacional que se debruçam sobre a violência contra as mulheres, concebida como um atentado aos direitos humanos, e que deve ser considerada como uma importante questão pública e política. As políticas definiam-se, desta forma, a partir de disposições exteriores à nossa sociedade, onde, no entanto, encontravam reflexo. Da análise aos documentos compreendemos que foi não imposto mas recomendado fortemente pelas instâncias internacionais, e que, internamente, os políticos decidiram seguir. A política pública parte, neste contexto muito específico, de políticas mais amplas e, sobretudo, externas ao nosso país.

Desde esta altura que encontramos as bases empíricas para a nossa formulação teórica relativamente às políticas de significação. Encontramos nos documentos a preocupação em “saber se há ou não, na sociedade portuguesa, interiorizada a consciência de que estas situações são graves (...) estão a aumentar, têm causas muito concretas” (Maria José Nogueira Pinto [CDS-PP], 1998, P10: 2290). A resolução do problema passa, não por meio concretos de intervenção política como nas questões económicas, mas pela consciência e pela mudança de mentalidades. A classe política começa a ser vista como modelo para a partilha de significados e interpretações para a restante sociedade. Próprio deste tipo de políticas<sup>29</sup>, a preocupação passa por partilhar ideias, por difundir representações que evitem o prolongamento deste fenómeno. Afirma-se até que existe já, no meio político, a consciência de que se trata de um problema grave e que é necessário perceber se essa representação é partilhada pela sociedade. A questão da partilha e difusão de crenças e signos, pensamos nós, começa a ser sustentada a partir deste momento.

As políticas públicas ganham forma nas alterações do Código Penal, com o facto do crime ter passado de privado para semipúblico. A mudança ocorrida no Código Penal foi considerada como “um passo fundamental para a regulação social dos comportamentos do campo privado da família, e que poderá contribuir para que a violência familiar saia do espaço privado em que se tem inscrito e possa, finalmente, constituir-se como alvo de intervenção das instituições públicas” (P19: 245). A classe política passa a interferir num espaço que anteriormente se pensava não lhe dizer respeito, o seu âmbito de actuação é alterado, passa a envolver-se na esfera familiar, espaço onde as dinâmicas, internas e privadas, são historicamente muito fortes e marcadas. Foi um dos primeiros grandes passos para a tentativa de regulação deste problema. Alargar o âmbito de intervenção, levar as políticas públicas mais longe e realizar uma abordagem mais ampla, para fazer face a um problema transversal.

Da análise da tabela 5 podemos concluir que, em 2000, os aspectos do acto e a definição de violência passam a deter o papel de maior destaque nas representações dos políticos, seguindo a evolução a que assistimos entre 1991 e 1998. O foco está centrado cada vez mais no acto em si e, dentro deste, a violência (39 ocorrências)<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Ver ponto 2.2.

<sup>30</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 4.

surge em primeiro lugar na forma de se referir a este flagelo, seguida do conceito de crime (28). Já na própria definição de violência continuamos com a violência doméstica (34) a secundar a violência contra as mulheres (46). A lei surge em terceiro lugar seguida pela discussão acerca deste problema a partir das suas vítimas, com as mulheres vítimas (47) a assumir papel de destaque. Por ser um momento de discussão acerca do âmbito do crime, as reflexões acerca do crime público (32) assumem papel de destaque.

**Tabela 5: *Frames* - Definição da violência doméstica (2000)**

<b><i>Frames</i> (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Aspectos do acto (96)</b>	Violência	39
	Crime	28
	Maus tratos	23
	...	
<b>Definição violência (94)</b>	Violência contra as mulheres	46
	Violência doméstica	34
	...	
<b>Lei (89)</b>	Lei	89
<b>Vítimas (62)</b>	Mulheres vítimas	47
	...	
<b>Definição crime (36)</b>	Crime público	32
	...	
<b>Internacional (30)</b>	Internacional	30
<b>Direitos (26)</b>	Direitos humanos	13
	...	
<b>Âmbito (23)</b>	...	
<b>Mulher (19)</b>	...	
<b>Estudos (10)</b>	...	

Esta foi uma época marcante para a sociedade portuguesa. A mudança para crime público produziu alterações significativas em vários sectores políticos e sociais. Na opinião de Luís Fazenda [BE], esta alteração procurou dois objectivos fundamentais: “em primeiro lugar visa sinalizar fortemente na sociedade portuguesa que bater, espancar, infligir tratamentos cruéis físicos, psíquicos e desumanos não é um crime menor. Há aqui a operar uma ruptura de comportamentos. Impulsionando também por esta via uma alteração de mentalidades. Em segundo lugar, visa dissuadir comportamentos agressores, no limite, punidos para protecção das vítimas” (2000, P5: 1006). O alargamento do âmbito de intervenção das políticas públicas, iniciado em

1998, e já anteriormente salientado, encontrou, nesta altura, importantes desenvolvimentos no tipo de abordagem e de intervenção através das condutas generalizadas que passaram da vítima para o Estado e para a sociedade, a responsabilidade de as proteger e de criminalizar os agressores. São utilizadas bases comparativas relativamente à intervenção noutros domínios, como podemos constatar na expressão: “não é aceitável, numa sociedade que quer respeitar os direitos humanos que se considere o furto um crime público e desconsidere a violência doméstica sobre a mulher como tal. Como podem entender os cidadãos que não depende de queixa sua o procedimento contra um carteirista, mas já depende de queixa sua a reacção à crueldade humana em ambiente doméstico” (idem).

Uma alteração significativa como esta, como podemos compreender, não foi facilmente aceite por todos. Apesar de, após vários anos podermos concluir que esta alteração foi essencial e bastante positiva para a procura da erradicação deste fenómeno, a entrada das políticas públicas e da intervenção estatal no meio privado e da decisão pessoal levantou resistências e importantes salvaguardas. Encontrámos opiniões que apontam algumas reticências ao prosseguir do procedimento crime independentemente da vontade da vítima, que nos dizem que o “crime deve ser público em termos de competência, de capacidade e de ciclo do processo” mas que não se deve dispensar a vontade e a decisão da vítima.

Para conseguir regular socialmente comportamentos no campo privado da família e da conjugalidade (Casimiro, 2008), a intervenção estatal passou a incidir sobre o espaço anteriormente entendido como íntimo. Podemos concluir que a publicização ora proposta pretendeu alterar conjuntos de significados partilhados que entendem que o que se passa no espaço família deve ser resolvido no seu interior. Este deixou de ser percebido como privado, com todas as representações que isso acarreta, e passou a ser entendido como uma questão de todos, cidadãos e políticos, em que cada um tem a sua responsabilidade para assumir, inclusive, o papel da intervenção política.

De uma ideia, em 1991, de que a mulher devia ser vista de outra forma, evoluímos, em 2000, para uma em que a família deve ser representada de outro modo. Pretendeu-se com esta decisão política contribuir para que a “violência familiar saia do espaço privado em que se tem inscrito e se possa finalmente constituir como

alvo de intervenção das instituições públicas que até há bem pouco tempo se demitiam das suas responsabilidades nesta matéria” (Isabel Sena Lino [PS], 1998, P10: 2294).

Em 2011 (tabela 6), a definição explícita do objecto de intervenção assume-se como o *frame* referido mais vezes, 148, partindo da sua definição como violência doméstica (128 ocorrências)<sup>31</sup>. Este é o tema mais apontado quando analisamos os temas individuais e vem sustentar a evolução a que assistimos ao longo dos períodos em análise. Após os vários estudos efectuados terem demonstrado de que se trata de um fenómeno que ocorre, na sua maioria, no espaço doméstico e entre cônjuges, ex-cônjuges ou em situação análoga, os políticos têm vindo a alterar a forma como pensam e como debatem este problema, acompanhando a produção científica, tal como se encontra expresso nos dados aqui presentes. Independentemente das ideologias políticas existentes, os actores políticos alteraram a sua forma de pensar e de ver esta questão, através do conhecimento científico criado e partilhado. Resultado disto são as importantes alterações registadas nas estruturas e elementos que estão por detrás da concepção deste problema.

**Tabela 6: *Frames* - Definição da violência doméstica (2011)**

<b><i>Frames</i> (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Definição violência (148)</b>	Violência doméstica	128
	Violência contra as mulheres	17
	...	
<b>Aspectos do acto (111)</b>	Crime	57
	Agressor	33
	Violência	31
	...	
<b>Vítimas (99)</b>	Vítima	78
	...	
<b>Lei (97)</b>	Lei	97
<b>Direitos (26)</b>	...	
<b>Estudos (19)</b>	Estudos	19
<b>Mulher (19)</b>	...	
<b>Âmbito (11)</b>	...	
<b>Definição crime (8)</b>	...	
<b>Internacional (6)</b>	Internacional	6

<sup>31</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 5.

Os aspectos relativos ao acto em si, explicados a partir de uma noção de crime (57 ocorrências) e das alusões ao agressor (33), surgem como o segundo tema mais referido. Bastante presente nos debates mais recentes, o tema “agressor” surge, na sua maioria, a partir da preocupação em criar mecanismos e incentivar a aplicação de medidas de coacção, seja de afastamento da casa das vítimas, da detenção, da prisão preventiva ou da utilização de pulseiras electrónicas. Por outro lado, temos presente a preocupação com os processos de reinserção social destes indivíduos, através de meios reabilitadores que previnam a reincidência de actos de violência. Pretende-se “reforçar e generalizar os programas de tratamento de agressores que estão em curso, monitorizando o seu impacto a médio e a longo prazos, a par do desenvolvimento de estratégias em contextos familiares e comunitários” (Maria Manuela Augusto [PS], 2011, P24: 49).

As representações relativamente aos actos têm vindo a mudar. Da análise realizada aos documentos podemos concluir que os actos têm vindo a ser caracterizados de forma mais acentuada e alarmante, vindo a ser considerados como cada vez mais graves e odiosos. Os adjectivos utilizados são cada vez mais fortes, o estilo de linguagem utilizado permite concluir que se tenta partilhar uma construção simbólica, pela via do seu agravamento, do chocar e chamar a atenção dos cidadãos, mobilizando-os, com o uso de expressões cada vez mais violentas. Fala-se de actos e comportamentos brutais que prejudicam as suas vítimas, procura-se com isso um aumento da consciência e da percepção de tais actos, assim como das suas consequências graves e nefastas. Usam-se expressões como “crime particularmente hediondo e cobarde (...) que destrói a autoconfiança da vítima, aniquila a sua dignidade, a dignidade de um ser humano” (Teresa Caeiro [CDS-PP], 2011, P23: 27).

Assistimos ao surgimento de um novo paradigma de maior sensibilização e envolvimento dos homens nas acções preventivas e de mobilização da sociedade para as acções que visam combater este fenómeno. Representa uma alteração na estratégia política, cujos resultados ainda não se encontram confirmados, e que pretende alterar comportamentos através de decisões que visem o envolvimento do elemento até então posto de parte, o homem. Segundo os dados de um estudo realizado em 2008 (Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009), existe a prova inequívoca de que os agressores são, na sua maioria, do sexo masculino. A classe política, interiorizando a ideia de que este tipo de problema só se muda envolvendo toda a sociedade, o que até

aqui não tinha sido efectivamente feito, procurou incluir os homens no geral, e os agressores em particular, na estratégia integrada e de empenhamento de toda a sociedade, na procura da resolução deste problema.

De salientar que, como terceiro *frame* mais apontado, temos a vítima e as suas múltiplas expressões (78 ocorrências). A lei surge como o quarto conjunto mais referido e como segundo tema individual mais apontado (97 ocorrências), o que nos dá conta da sua presente e constante importância no discurso político e na forma de representar as políticas públicas.

#### 4.1.1. DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: VINTE ANOS DE EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO

Como referido anteriormente, a violência doméstica surgiu nos debates parlamentares apenas em 1998 e no primeiro plano nacional que visava o seu combate, em 1999. Sendo um fenómeno que não teve início nesta altura, interessou-nos procurar analisar de que forma ela era representada antes deste momento e o caminho que se percorreu até aos dias de hoje. Concluímos que, em 1991, não é totalmente claro para todos os políticos o que está subjacente à ideia de de violência contra as mulheres. Para se construírem quadros de acção colectiva<sup>32</sup> é necessário um entendimento comum relativamente a uma situação problemática. Só mais tarde se simplificam e condensam aspectos acerca da percepção da violência em estudo, procurando dessa forma mobilizar a sociedade e legitimar actividades e acções políticas.

É defendido que a violência aparece no seio da família e da sociedade, onde as mulheres se definem como as principais vítimas, “mulheres vítimas de violência, de todos os estratos sociais, ponderam a sua situação antes de agirem, sendo a verdadeira dimensão deste fenómeno ainda mal conhecida” (Elisa Damião [PS], 1991, P2: 1702). Assume-se que a classe política tem função de legislar e procurar resolver a questão que esta atrocidade origina e que afecta diariamente mulheres “que anseiam por ver os seus problemas resolvidos e a quem nós não podemos frustrar as expectativas” (Lourdes Hespanhol [PCP], 1991, P7: 1759).

---

<sup>32</sup> Ver ponto 2.2.



Em 1998, a denominação acerca desta violência que afecta a sociedade de forma transversal começa a surgir descrita de forma mais concreta, objectiva e inequívoca. Aparece-nos descrita uma violência contra as mulheres que “não é nova. Ela atinge quotidianamente, das mais diversas formas e em diversas latitudes, mulheres, no nosso planeta” (Isabel Castro [Os Verdes], 1998, P10: 2287). Trata-se de um fenómeno “presente em todas as sociedades, grupos sociais e etários” (Isabel Castro [Os Verdes], 1998, P10: 2288), cuja percepção já existia há muito, e a que os estudos realizados na altura vieram dar amplitude. A violência contra as mulheres é definida como “uma realidade brutal” (idem) atribuindo-se-lhe uma simbologia e uma representação cada vez mais graves. Partilha-se, cada vez mais, a ideia de que se trata de algo abrangente, uma realidade que não deve ser ocultada. Pretende-se com isto continuar um processo de crescente visibilidade, que em última instância visa alertar e mobilizar a sociedade.

Esta intenção de lhe dar visibilidade e de a representar como universal permite aumentar o alerta. Não sendo específica de um grupo, a violência é vista como transversal a toda a sociedade. Consideramos que existem mais possibilidades de envolver todos se existir a percepção que um dado problema pode afectar todos. Este tem sido o caminho tomado pelos actores políticos. Particularizar esta questão poderia colocar em risco o seu combate, já que poderia afastar determinados elementos, que não se reviriam neste ou noutro grupo específico, e que, desta forma, relativizariam a sua potencial vitimação e preocupação.

Dentro deste tipo de violência, assistimos a uma maior incidência legislativa na violência física, reflectida na quantidade de diplomas que apontam e incidem sobre vítimas de crimes violentos abrangendo mais “as vítimas da violência no sentido naturalístico das ofensas corporais” (Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, 1998, P13: 3038). Começa-se, no entanto, a falar também em violência psicológica e sexual, o que é entendido como “um passo em frente” (idem), uma vez que começam a ganhar visibilidade os maus-tratos psíquicos, apesar de subsistir a ideia de que “difilmente se poderá fazer a prova desse tipo de criminalidade” (idem). Tanto ao nível da definição da violência doméstica, como dos actos considerados, assistimos a uma generalização e maior abrangência do que é representado pelos políticos.

Em 2000, começa-se a referir cada vez mais a violência doméstica. Esta é definida como contra as mulheres, constituindo “um atentado aos direitos humanos. Várias conferências e instituições o têm declarado” (2000, P17: 60). Mais recentemente, em 2011, assiste-se ao abandono das referências aos outros tipos de violência e a uma focalização na violência doméstica. As representações partilhadas tornam-se, desta forma, cada vez mais refinadas; a definição é cada vez mais focada num tipo de violência, ajudando a esclarecer melhor a sua definição, causas e consequências.

Por um lado, existe a consciência que os números das queixas registadas têm aumentado nos órgãos de polícia criminal; por outro lado, os dados do Inquérito Nacional sobre Violência de Género são mobilizados para demonstrar que houve uma diminuição na vitimação das mulheres o que pode indiciar um avanço nesta matéria uma vez que a violência doméstica diminui ao mesmo tempo que a ainda existente se torna mais visível. Ainda assim, os dados são preocupantes e a sua expressão é ainda considerável. Considerada como “devastadora do ponto de vista do desenvolvimento humano, a violência exercida por aqueles em quem depositamos a expectativa de cuidarem de nós e de nos protegerem (...) tem um efeito ainda mais devastador sobre o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, em geral, e das suas vítimas, em particular” (Paula Nobre de Deus [PS], 2011, P21: 19). Os dados apontam para um caminho ainda a percorrer, são mobilizados para sustentar a necessidade de intervenção política. As políticas não devem ser abandonadas, novas acções devem ser desenvolvidas, até se conseguir erradicar totalmente este fenómeno.

A par das novas considerações teóricas acerca deste tema que apresentam cada vez mais este tipo de violência como violência de género (Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009), começaram a surgir referências, escassas, a esta nos debates parlamentares. Foi em 2007, ano de realização do Inquérito Nacional Violência de Género, que abrangeu a vitimação de mulheres e de homens, sendo o primeiro deste tipo realizado em Portugal, que surgiu pela primeira vez no sumário do debates parlamentares o termo “violência de género”. Segundo o que foi apresentado, a 16 de Março de 2007, esta surge por necessidade de se ir mais além no que se refere à consagração do crime de violência doméstica, com a apresentação de um projecto de lei sobre a violência de género, a ser tido em consideração no âmbito da reforma da organização judicial. Meses mais tarde, em 18 de Outubro do mesmo ano, discute-se o

projecto de lei n.º 406/X — Lei relativa à protecção contra a violência de género (BE). Nos documentos analisados não existe propriamente uma definição clara ou sequer uma apresentação do que é violência de género. Surgem apenas algumas referências, ligadas normalmente à conjugalidade.

Todo este caminho percorrido na definição da violência em estudo permite-nos concluir que os actores políticos, inicialmente levados pelos dispositivos simbólicos trazidos pelo direitos humanos e instâncias internacionais, mobilizaram para a definição e categorização deste problema a evolução trazida a debate pelos estudos e produção científica. Em jeito de súmula, e para este ponto, aparece reforçada a ideia de que é necessário transmitir, para a sociedade, representações relativamente a determinados actos, compreendidos pelos actores políticos como sendo reprováveis e que devem ser combatidos e extintos. São criadas políticas de significação<sup>33</sup> que definem a violência doméstica como criminalidade violenta e situada num “patamar superior de preocupação social” (Teresa Caeiro [CDS-PP], 2011, P21: 13), significados estes que devem ser transmitidos à sociedade que se pretende regular.

#### 4.1.2. UMA LEI EM MUDANÇA

A lei que surgiu em 1991 (Lei n.º 61/91) foi a primeira a garantir a protecção adequada às mulheres vítimas de violência e constituiu-se como uma importante inovação legislativa em Portugal e na Comunidade Europeia, servindo de alerta para os problemas que persistiam na sociedade portuguesa. Assistimos à alteração do corpo da lei existente a partir da revisão do Código Penal, onde se pretendeu “repensar os tipos e as medidas da pena dos crimes cometidos contra as mulheres” (Odete Santos [PCP], 1991, P2: 1701). Procurou-se, de um modo mais geral, adaptar o “ordenamento jurídico ao princípio da igualdade, da não discriminação em função do sexo” (Julieta Sampaio [PS], 1991, P9: 1952) que, apesar das mudanças promovidas nos anos anteriores, não se mostraram suficientes para resolver os problemas de desigualdade existentes.

Tratando-se de agir sobre um problema que não tem perfis totalmente claros, as políticas públicas podem resultar numa incongruência entre as práticas e as normas:

---

<sup>33</sup> Ver ponto 2.2.

a igualdade “traduzida no sistema jurídico-constitucional não tem tido correspondência prática” (Julieta Sampaio [PS], 1991, P2: 1706). Do ponto de vista político surge a pretensão de que o debate e a própria lei ultrapassem o mero simbolismo destas questões e se caminhe para uma efectiva participação das mulheres. Este ponto é materializado através de inúmeras alternativas legislativas, entre elas: leis; projectos de lei; alterações ao código penal; e outros instrumentos legislativos. Todos eles utilizados como meios para a definição e resolução do problema da violência doméstica. Quando se passa a entender o crime como público, o diploma da lei continua como um dos principais meios de referência, assistindo-se à publicização do crime a partir da sua definição no Código Penal. Ao longo destes vinte anos em análise, a matéria penal e a componente normativa têm uma grande ocorrência nos temas dos discursos analisados, com a violência doméstica a ser entendida e reflectida através da vertente jurídico-penal.

Partilha-se, no entanto, a ideia de que existe um sentimento de limitação relativamente às leis quando se lida com um problema deste tipo. Encontramos algumas referências que remetem para a ideia de que “a vida real nem sempre se fecha na concha pequena de uma norma jurídica. Há aliás, esse defeito do nosso legislador, quando há um problema, logo deixa de haver, pega-se na caneta e escreve-se a lei, mas não é assim que os problemas se resolvem” (Maria Celeste Cardona [CDS-PP], 2000, P14: 2623). São constantes as dúvidas acerca da eficácia da lei, através do receio de que esta não tenha “uma aplicação efectiva ou que, como tantas vezes acontece, seja uma lei eventualmente virtuosa mas de aplicação virtual” (Teresa Caeiro [CDS-PP], 2011, P21: 8).

Podemos concluir que os políticos, apesar de conceberem a sua acção a partir da norma, que representa uma importante fonte de políticas públicas, têm a consciência que esta não é, quando isolada, suficiente para agir com vista à mudança na sociedade num tema tão complexo como o tratado aqui. É, como esperado, o principal meio de definição e intervenção estatal, e é nela e nos seus aspectos associados que se desenha grande parte da acção política, em especial a definição de um problema e a intervenção sobre ele (Entman, 1993). É a principal forma de definir o que deve ser partilhado. É ponto de partida e destino do que é discutido na assembleia, debatendo-se as suas bases e resultados.

É, no entanto, transversal a todos os momentos, uma percepção de que muitas vezes não encontramos correspondência prática entre uma alteração na lei e a alteração na sociedade. Vários são os casos apontados em que uma partilha de símbolos e significados, materializados segundo representações nos textos das leis, e intenções em mudar comportamentos ou atitudes não é generalizada aos vários domínios da vida social. Assistimos a uma mudança de um enquadramento<sup>34</sup> que não é automaticamente generalizada, provocando incongruências e ambivalência entre práticas e normas, entre o estatuto normativo e a acção social.

#### 4.1.3. A REPRESENTAÇÃO DO ACTO: VIOLÊNCIA, MAUS TRATOS, CRIME

Ao longo da investigação fomos verificando que existem diversas formas de entender o acto em si. Compreendê-lo como um gesto violento ou como um crime implica diferenças consideráveis na sua concepção. Sabemos que nem todos os actos considerados como violentos são crimes, e que nem todos os crimes constituem actos violentos (Lourenço & Lisboa, 1992). Importa aqui analisar como os políticos representaram esta questão, somando a estes dois aspectos os maus tratos e a agressão, assim como as referências ao agressor. Decidimos autonomizar a análise da vítima, não a incluindo neste ponto, dada a sua importância e pertinência para a análise.

No início da discussão, praticamente não são encontradas referências a estes aspectos. Só em 1998 se começa a assistir à sua discussão, onde as situações são entendidas como um acto violento, maus tratos ou crime. Os maus tratos são descritos tanto como físicos, como psíquicos; a violência perpetua a desigualdade; e o crime é entendido como tendo “custos humanos para as mulheres e para os seus filhos, não raro, irreparáveis (...) tem ainda insustentáveis custos sociais - cuidados médicos, sistema judiciário, serviços sociais, dias de trabalho perdidos, problemas escolares apoio às mulheres e às crianças” (Isabel Castro [Os Verdes], 1998, P10: 2288).

Existe a preocupação em explicitar a violência e as suas características. Diz-se que ela é “transversal na sociedade (...) a violência física. É a violência psicológica, é a violência física e a violência sexual” (Isabel Castro [Os Verdes], 1998, P10: 2292). Tem,

---

<sup>34</sup> Ver ponto 2.1.

na sua origem, raízes bastante alargadas e profundas onde “convergem factores de ordem cultural, civilizacional, moral e até religiosa” (Correia de Jesus [PSD], 1998, P13: 3039). A representação de violência é assim generalizada a toda a sociedade e a todos os actos, não apenas os criminalizáveis, apesar de estar nas mãos dos políticos a sua criminalização.

Tem múltiplas expressões e uma origem alargada. Diz-se que existe “violência no desporto. Existe agressividade no trânsito, nas relações de trabalho e mesmo na política (...) É neste ambiente de agressividade e de violência que se desenvolvem as relações familiares em geral e, obviamente as relações conjugais” (Correia de Jesus [PSD], 1998, P13: 3039). Esta questão reflecte em grande parte a estrutura de pensamento e acção por detrás do problema da violência doméstica, como esta se manifesta e como é entendida pelos cidadãos e políticos. É um conceito geral, com grande abrangência, que permite generalizar os possíveis alvos e, deste modo, mobilizar mais pessoas.

Em 2000 assistimos a uma alteração nos discursos, onde se passa a dar destaque à agressão e ao crime de maus tratos. Os políticos passaram a salientar mais os maus tratos domésticos, associados às ofensas físicas, ao crime e à punição que deve ser aplicada. São identificadas condutas, de maridos ou companheiros, como a principal forma de violência, onde “à virilidade e poder associa-se agressividade e violência” (2000, P19: 251), um resultado da violência e do poder associado aos agressores. É apresentada, nesta altura, uma definição que nos diz que maus tratos “não são ofensas corporais, maus tratos são ofensas corporais repetidas, e esse crime continuado ocorre quando existe coabitação; se já não existe vínculo conjugal ou união de facto, essa vitimização continuada deixa eventualmente de existir” (2000, P19: 250). Assistimos aqui a uma distinção entre o conceito de maus tratos e violência, em que sabemos hoje estar ultrapassada, com o acrescento à lei, e à própria definição, da questão das ex-relações conjugais.

Mais recentemente, o relevo passou para o conceito de crime. Concretizou-se na acção política, implicando uma tipificação legal e regulada, reportada a uma criminalidade violenta e séria e a um crime de investigação prioritária. Apela-se à “consagração de um crime autónomo” (Helena Pinto [BE], 2011, P21: 10) que não dependa da “persistência e reiteração” (idem). As políticas apontam para a

generalização de um problema com uma conduta de intervenção cada vez mais particularizada e fragmentada. É um problema transversal, com procedimentos e definições bastante particulares. A preocupação em definir e debater um crime específico assim o demonstra.

Do ponto de vista simbólico, o crime em si é entendido como “particularmente hediondo e covarde” (Teresa Caeiro [CDS-PP], 2011, P23: 27), “tenebroso e multifacetado” (Teresa Caeiro [CDS-PP], 2011, P21: 12), que resulta de uma “realidade concreta, com uma sociedade concreta, com crimes concretos relativos à nossa sociedade” (Heloísa Apolónia [Os Verdes], 2011, P23: 21).

#### 4.1.4. O CONCEITO DE VÍTIMA

Ao longo da investigação assistimos a uma alteração na forma de olhar o problema da violência contra as mulheres e da violência doméstica. Observou-se uma preocupação progressiva em trazer a debate as vítimas e o sofrimento que lhes é infligido. Esta questão aparece no nosso estudo, e nos nossos resultados, associada à construção simbólica por detrás do que foi transmitido para representar a violência contra as mulheres e violência doméstica a partir de um dos seus intervenientes, a mulher vítima. Passámos dum entendimento que focava mais o acto em si e o papel que a mulher deveria conquistar na sociedade, para um outro, que se centra na mulher enquanto principal vítima de um conjunto de atitudes e comportamentos que têm como objectivo a sua subjugação aos poderes masculinos.

A realidade, em 1998, é descrita como chocante, que transforma mulheres em “vítimas desamparadas de uma guerra à porta fechada. Mulheres, diária e repetidamente, socadas, ameaçadas, espancadas, abusadas sexualmente, arrastadas, queimadas, perseguidas, enclausuradas, violadas (...) mulheres vítimas de um crime de violência que embora cometido na família, é (...) um assunto de toda a comunidade” (Isabel Castro [Os Verdes], 1998, P10: 2288). Sofrem actos continuados já que se encontram “amarradas a um ciclo de sevícias e brutalidade” (idem).

Apesar de, na altura, já existirem alguns comentários ao facto de que os homens também serem vítimas deste tipo de violência, existem opiniões de que “a previsão de que esta proposta também se aplique às vítimas do sexo masculino acaba

por empobrecê-la” (Odete Santos [PCP] 1998, P13: 3041), na medida em que é reconhecido, a par dos estudos da altura, que as mulheres são as principais vítimas da violência conjugal. No entanto, e do ponto de vista legal e de direito penal, existia a doutrina de que “não é nesta sede que se deve fazer a distinção entre os géneros e dirigir artigos especificamente para o sexo feminino e outros para o sexo masculino” (idem).

Em 2000, assistimos a um aprofundamento da representação de vítima de maus tratos domésticos, flagelo que atinge uma dimensão elevada na sociedade portuguesa e que afecta mulheres dos vários extractos sociais que, “temendo a censura da sociedade ou o agravamento da violência, calam e escondem os abusos de que são alvo” (José Sousa e Silva [PSD], 2000, P5: 1011). Mulheres vítimas de “qualquer acto, omissão ou conduta que lhes tenha infligido sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, directa ou indirectamente, atingindo a sua dignidade humana, a sua liberdade ou autonomia sexual, a sua integridade física e psíquica, a sua segurança pessoal” (2000, P18: 222).

À medida que fomos desenvolvendo o nosso trabalho, fomos nos apercebendo de que, ao longo do tempo, existiu um enfoque progressivo no debate e reflexão acerca deste ponto, assumindo uma grande importância na estrutura de elementos básicos que estão por detrás da formulação política (Verloo & Lombardo, 2007), ou seja, nos elementos ou temas que estão mais presentes nos discursos dos políticos. A mulher, quando referida, é representada cada vez mais como vítima, como alvo de um comportamento que a coloca numa posição de inferioridade. A mudança no discurso reflecte-se na alteração da própria norma, com a alteração da lei, em 2011, que aparentemente transferiu para a vítima a responsabilidade do crime, em nome de “uma suposta autonomia, que ela, de facto, perdeu, pelas condicionantes deste crime” (Helena Pinto [BE], 2011, P21: 11).

A obtenção do estatuto de vítima passa a depender de um requerimento, em que “a vítima só passa a ser oficialmente considerada como tal (...) a partir do momento em que dá entrada no sistema formal de justiça, e a vigência desse benefício estatutário cessa no momento em que se encerra o processo criminal” (Mendes Bota [PSD], 2011, P21: 15). Esta formulação faz transferir para a vítima e para o seu estatuto, fixado no momento da denúncia da prática do crime de violência doméstica,



a reflexão acerca do que se passou com determinado acto e com os passos seguintes a tomar, sendo entendido por alguns como: “Vítimas mediante requerimento, Sras. e Srs. Deputados?! Isto é um retrocesso!” (Helena Pinto [BE], 2011, P21: 11).

Os homens, tanto enquanto vítimas como enquanto agressores, são outro aspecto em forte ascensão no último período de análise. Por um lado, começa a surgir no debate a ideia de que estes também são vítimas, apesar de em menor número, facto omissos nos diplomas discutidos na altura. Por outro lado, o seu envolvimento é bastante debatido, comparativamente com outros períodos, onde se apela a uma sensibilização maior para este fenómeno e a um maior empenhamento na sua prevenção e combate.

#### 4.2. CAUSAS PARA UM PROBLEMA HÁ MUITO DETECTADO

Passando para as causas consideradas pelos políticos para o problema da violência doméstica, chegámos ao conjunto de representações apresentados na tabela 7. Analisando os resultados, podemos concluir que a desigualdade género<sup>35</sup> aparece como a principal origem para o problema aqui analisado, sendo apontada em 301 parágrafos ao longo dos documentos analisados. Dentro deste *frame* incluímos temas como: a própria desigualdade, que retrata situações de uma desigualdade expressa entre homens e mulheres nos vários sectores da vida social, aqui com 63 ocorrências<sup>36</sup>; a igualdade ou falta dela, apontada 135 vezes, e que serve de causa para as situações de violência; e a discriminação (99 ocorrências), onde se encontram agregadas as situações em que são descritas circunstâncias de discriminação.

**Tabela 7: *Frames* - Causas para a violência doméstica (geral)**

<b><i>Frames</i> (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Desigualdade género (301)</b>	Igualdade	135
	Discriminação	99
	Desigualdade	63
	...	
<b>Económico-social (224)</b>	Sociedade	103
	Trabalho	103
	...	
<b>Família e conjugalidade (135)</b>	Família	100
	...	
<b>Valores sociais (117)</b>	Valores sociais	86
	Mentalidade	39
	...	
<b>Estado e Governo (62)</b>	Governo	44
	...	

De seguida temos os aspectos económico-sociais<sup>37</sup>, com a sociedade (103), por um lado, e o mercado de trabalho (103), por outro, a serem apontados como os principais potenciadores de situações violentas. Este *frame* agrega: as referências

<sup>35</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Desigualdade género”, ver ponto 4.2.1. (Des)Igualdade.

<sup>36</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 6.

<sup>37</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Económico-social”, ver ponto 4.2.2. Económico-social: trabalho e sociedade.

encontradas que apontam a sociedade como uma das causas para a violência doméstica, afirmações que nos dizem que a sociedade deve ser responsabilizada ou que a violência é reflexo da sociedade que existe; todas as menções a situações em que as dinâmicas existentes ou o que se passa em torno do mercado de trabalho criam situações de violência; e casos em que a economia é apontada como um dos motivos para que este problema exista ou prevaleça.

O *frame* família e conjugalidade surge em terceiro lugar com 135 ocorrências<sup>38</sup>. Dentro deste incluímos os temas: família, que registou 100 ocorrências, e que traduz todas as vezes que os políticos apontaram a família como causa ou espaço que potencia o acontecimento e encobrimento de situações de violência; conjugalidade, que inclui as referências a cônjuges e situações de conjugalidade, como o casamento, união de facto, namoro, etc.; coabitação, apontada sempre que há referência a situações de coabitação presente ou passada, habitualmente entre agressor e vítima; e a casa, identificada como espaço em que ocorrem várias situações de violência. Em quarto lugar temos os valores sociais<sup>39</sup>, com 117 ocorrências, e que incluem o tema com a mesma designação e a mentalidade. O tema valores sociais inclui as referências a valores, comportamentos, atitudes, preconceitos, aspectos culturais, padrões culturais e cultura apontados enquanto possíveis causas ou geradores de situações de violência. A mentalidade categoriza parágrafos onde são apontadas todas as situações em que a mentalidade das pessoas contribuiu como causa para o problema da violência doméstica.

De acordo com a tabela 8, em 1991, a desigualdade de género encontra-se como o factor mais apontado pelos políticos quando se fala nas causas da violência contra as mulheres. Estão aqui incluídos temas como a igualdade (86 ocorrências)<sup>40</sup>, o mais apontado neste período a nível individual, a discriminação (58) e a desigualdade (39). Os aspectos económico-sociais aparecem em segundo lugar na tabela de ocorrências, englobando como temas mais apontados o trabalho (73) e a sociedade (42). A família assume-se como principal referência (37) para o *frame* “família e conjugalidade”.

---

<sup>38</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Família e conjugalidade”, ver ponto 4.2.4. Família e conjugalidade: espaços de amor, espaços de violência.

<sup>39</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Valores sociais”, ver ponto 4.2.3. Representações sociais: valores e modelos socioculturais.

<sup>40</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 7.

**Tabela 8: *Frames* - Causas para a violência doméstica (1991)**

<i>Frames</i> (ocorrências)	Temas	Nº. de ocorrências
<b>Desigualdade género (178)</b>	Igualdade	86
	Discriminação	58
	Desigualdade	39
	...	
<b>Económico-social (126)</b>	Trabalho	73
	Sociedade	42
	...	
<b>Valores sociais (74)</b>	Valores sociais	54
	...	
<b>Família e conjugalidade (43)</b>	Família	37
	...	
	...	
<b>Estado e Governo (25)</b>	Governo	22
	...	

O Governo é apontado como uma das causas para este problema, não pelas suas decisões, mas pela falta delas. A não-acção e a não-decisão, que defendemos fazer parte das políticas públicas (Dye, 1992), assumem-se como um dos principais aspectos que caracteriza este momento. As políticas públicas, cortando com a sua concepção tradicional<sup>41</sup>, são aqui entendidas além da mera acção ou materialização da intervenção. Entendemos que elas também se constituem a partir da manutenção de determinada situação, de determinado *status*, da escolha por não agir, ou até menosprezo perante determinada questão, como nos mostra a afirmação de que existe uma “desvalorização institucional imposta (...) à problemática feminina” (Ilda Figueiredo [PCP], 1991, P9: 1948) com uma “demissão completa por parte do Governo” (idem). A desresponsabilização é também ela entendida como a escolha de um curso de acção, justificada, nesta altura, pela ideia de que, historicamente, o modelo de organização do próprio Estado fomenta a reprodução da desigualdade existente na família, baseada no “direito ao abuso do poder e no dever de obediência por parte dos oprimidos” (Odete Santos [PCP], 1991, P2: 1700).

Em 1998, e de acordo com a tabela 9, vemos que a desigualdade de género continua como sendo a causa mais apontada nos discursos, com os temas igualdade

<sup>41</sup> Ver ponto 2.3.

(34 ocorrências)<sup>42</sup> e discriminação (16) a terem papel de destaque no número de ocorrências. No entanto, se analisarmos os temas a um nível individual, constatamos que a sociedade (*frame* “económico-social”) e a família (*frame* “família e conjugalidade”) surgem como as causas mais apontadas. Assistimos a uma mudança nas dinâmicas de representação da altura, com a família a ganhar um papel de destaque, que irá manter no período seguinte. Pensamos que este resultado pode ser um efeito dos estudos da altura que apontavam o espaço família como o mais violento para as mulheres, levando, desta forma, este tema a aceso debate.

**Tabela 9: Frames - Causas para a violência doméstica (1998)**

<b>Frames (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Desigualdade género (63)</b>	Igualdade	34
	Discriminação	16
	Desigualdade	15
	...	
<b>Económico-social (46)</b>	Sociedade	35
	Trabalho	
	...	
<b>Família e conjugalidade (45)</b>	Família	35
	Conjugalidade	15
	...	
<b>Valores sociais (22)</b>	Valores sociais	17
	...	
<b>Estado e Governo (20)</b>	Governo	15
	...	

Nesta altura, quando se fala do Estado ou do Governo enquanto causa, aponta-se a sua actuação e a dificuldade em atribuir e clarificar as funções do Estado, com uma indefinição sobre o seu âmbito de acção e a dificuldade de gerir as várias valências que vão surgindo com a passagem do crime para semipúblico. De acordo com os discursos analisados, o Governo continua a ser responsabilizado pela acção e, não agindo, é visto como uma causa da violência doméstica. É a forma da política se assumir como causa, não como meio de resolução. A insuficiência na actuação levada a cabo é outra das causas apontadas. As alterações produzidas na lei não invalidam nem descartam “o Governo de assumir a sua responsabilidade, e acordo, até com

<sup>42</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 8.

compromissos que assumiu em todo o lado” (Isabel Castro [Os Verdes], 1998, P10: 2291). São apontadas falhas à sua actuação como demonstra a afirmação de que “o Governo não investe, não porque entenda que não deve ser o Estado a substituir-se à sociedade, mas porque efectivamente não quer investir e continua a não considerar como prioridade política o combate à violência” (Isabel Castro [Os Verdes], 1998, P10: 2295).

Em 2000, as causas relacionadas com a família e a conjugalidade são as mais referidas pelos actores (tabela 10). Pela primeira vez nos períodos em análise, a desigualdade de género não surge como o conjunto de temas mais salientado. A família em si é retratada como uma das principais causas (27 ocorrências)<sup>43</sup>, assumindo a conjugalidade (14) um papel de destaque dentro deste *frame*, comparativamente com os outros períodos. Salientamos que, numa época em que se discutia a passagem do crime a público, as questões do foro mais privado foram as mais apontadas, sendo uma extensão da mudança ocorrida no período anterior que remete para a preocupação crescente dos políticos em olhar para o espaço casa/família e para as relações de conjugalidade. A desigualdade de género assenta sobretudo nas referências à discriminação (14) e à igualdade (12), seguida pelas referências aos aspectos económico-sociais.

**Tabela 10: *Frames* - Causas para a violência doméstica (2000)**

<i>Frames</i> (ocorrências)	Temas	Nº. de ocorrências
<b>Família e conjugalidade (43)</b>	Família	27
	Conjugalidade	14
	...	
<b>Desigualdade género (31)</b>	Discriminação	14
	Igualdade	12
	...	
<b>Económico-social (20)</b>	Sociedade	8
	...	
<b>Valores sociais (16)</b>	Valores sociais	12
	...	
<b>Estado e Governo (7)</b>	...	

<sup>43</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 9.

As pressões económicas que os Estados sofrem começam a ganhar realce nesta altura. Os modelos económicos mais recentes implicam fortes limitações na disponibilização e prestação de serviços sociais à população, chegando a afectar os direitos sociais. São o resultado de “superestruturas económicas que servem o neoliberalismo (..) impõem ajustamentos estruturais em vários países com gravíssimas restrições” (2000, P18: 221). As restrições económicas que produzem ou que exigem contenções económicas no sector social encontram-se bastante presentes nos debates mais recentes, sendo um dos assuntos mais debatidos. Este problema, que começou a ser retratado nesta altura, tem vindo a ganhar cada vez mais importância e destaque nas causas apontadas, tanto ao nível do apoio social que os Estados podem proporcionar, como no problema da dependência económica das vítimas perante o agressor.

Da análise da tabela 11 podemos confirmar que, em 2011, os aspectos económico-sociais ganham cada vez mais predomínio sobre os restantes, secundados muito de perto pela desigualdade de género. O primeiro encontra bases na sociedade (18 ocorrências)<sup>44</sup> e no trabalho (13), o segundo na dependência (15) e na discriminação (11). A dependência aparece enquanto tema, sempre que existe uma referência explícita a situações em que mulheres dependem dos homens, uma dependência económica, mas também uma dependência social. Existe, nesta altura, uma estreita ligação entre a primeira e os aspectos económicos, reflectida na presença cada vez mais frequente destas questões nos discursos, face a períodos anteriores.

**Tabela 11: *Frames* - Causas para a violência doméstica (2011)**

<b><i>Frames</i> (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Económico-social (32)</b>	Sociedade	18
	Trabalho	13
	...	
<b>Desigualdade género (29)</b>	Dependência	15
	Discriminação	11
	...	
<b>Estado e Governo (10)</b>	Governo	6
	...	
<b>Valores sociais (5)</b>	...	
<b>Família e conjugalidade (4)</b>	...	

<sup>44</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 10.

O Estado e o Governo assumem, pela primeira vez, a terceira posição dentro das causas mais apontadas. Este *frame* inclui as referências a: Estado, intervenção estatal, ou órgãos estatais, entendidos como uma das causas ou que originam situações de violência; e Governo, órgãos e actores governamentais que por acção ou falta dela, contribuem para a existência deste problema.

Apesar do número de ocorrências ser relativamente baixo, apenas 10, pode indicar uma mudança de paradigma e uma auto-responsabilização ou, no mínimo, um sentido crítico mais visível na análise às origens. Assistimos neste momento a uma alteração na forma de representar a acção governamental como causa. Esta passa a ser considerada, não por não existir acção por parte do governo, como nos períodos anteriores, mas por esta se revelar insuficiente. Apela-se a uma acção mais abrangente do Governo, para que este assuma as suas responsabilidades e crie condições de modo a que o fenómeno não se continue a desenvolver e para que seja, inclusivamente, extinto. É responsabilizado na criação e no colocar em funcionamento “estruturas destinadas à prevenção da violência e à protecção e apoio das mulheres”.

#### 4.2.1. A (DES)IGUALDADE

A igualdade começa por surgir associada à promoção da democracia e à realização pessoal da mulher, através da “maternidade e da profissionalização” (Maria Luísa Ferreira [PSD], 1991, P2: 1703), promovidas pelos meios de comunicação social e nas escolas. É considerada como uma causa a falta de igualdade existente, que tende a prejudicar a mulher em relação ao homem, com potencial para originar situações de violência. São encontradas referências a representações de inferioridade, trazidas por padrões de significados carregados pela própria sociedade, que promovem uma desvalorização da mulher. Partilha-se a ideia de que a igualdade nem sempre existiu e são-nos apresentados alguns exemplos históricos onde, à vista de uma igualdade formal, não se reconheceram os mesmos direitos naturais à pessoa humana, a homens e mulheres. Como, por exemplo, a restrição ao direito de voto das mulheres e ao direito de associação.

Tanto a igualdade, ou falta dela, como a discriminação assumem-se como exemplo para representar um dos grandes problemas das políticas públicas, quando a



sociedade actua de forma contraditória relativamente ao que se encontra reflectido na lei. A vitimação das mulheres aparece, nos discursos analisados, representada a partir de “seculares discriminações” (Odete Santos [PCP], 1991, P2: 1700), indo contra a própria Constituição da República Portuguesa que proíbe qualquer comportamento deste tipo, em função do sexo, e que consagra expressamente nos seus princípios a igualdade entre homens e mulheres.

O papel da economia e do sistema económico surge quando se refere que “as transformações que o mundo moderno irá enfrentar na viragem do século serão mais penalizadoras para a mulher do que para o homem, sendo as mulheres as principais vítimas da «economia dual» defendida pelos neoliberais” (Edite Estrela [PS], 1991, P9: 1975). As percepções dominavam as políticas, resultantes de mudanças e crenças, neste caso, ao nível dos impactos de estratégias económicas que faziam antever dificuldades e um agravamento da situação.

Em 1998, a igualdade passa a ser encarada pela política não apenas como causa, nos casos em que ela não existe, mas como algo a implementar efectivamente. Procura-se, desta forma, produzir uma mudança no próprio campo da igualdade. Defende-se que:

“a mudança no campo da igualdade é complexa, não só porque as mentalidades e os valores culturais evoluem muito lentamente, mas porque implicam o abandono, por parte dos homens, de privilégios e poder que historicamente lhes foram atribuídos (...) tratar desigualmente o homem e a mulher onde são iguais e igualmente onde são diferentes (...) as desigualdades digam respeito, exclusivamente, às diferenças de aptidões e não ao sexo. Trata-se de garantir o direito de opção individual” (Isabel Sena Lino [PS], 1998, P4: 1589).

Ainda que as questões da igualdade e da desigualdade sejam encontradas transversalmente em todos os períodos, no último analisado, assiste-se a uma mudança relativamente ao enfoque dado: da igualdade, ou falta dela, passou-se a considerar mais a dependência. As representações focam-se na dimensão económica, na tentativa de desresponsabilizar sociedade e governo; dimensão onde pesam as condições financeiras das mulheres, do trabalho, do desemprego, da precariedade e dos baixos salários que fragilizam a sua situação económica e social.

A dependência é, na sua maioria, económica. Resulta de uma posição desfavorável da mulher relativamente ao homem, onde as primeiras, ou não têm rendimentos fixos, ou não têm acesso ao dinheiro que ganham. Situações que fazem com que as mulheres não tenham meios para cortar com as situações em que estão. Por não verem uma saída, uma solução viável para as suas vidas, nomeadamente por causa da questão da habitação. Ainda que, e como se afirma, “a dimensão do fenómeno da dependência económica não é o principal traço do perfil das vítimas em Portugal” (Mendes Bota [PSD], 2011, P23: 26), na medida em que, “de acordo com os dados do Ministério da Administração Interna, “«apenas» 23% das vítimas referenciadas em 2009 eram economicamente dependentes do agressor” (idem). Julgamos que estes dados podem não representar a realidade existente, já que sabemos, a partir dos resultados dos estudos realizados, que apenas uma pequena parte das vítimas apresenta queixa, sendo uma parcela muito pequena duma realidade que ainda se encontra escondida. O peso da dependência pode contribuir para não levantar esse véu.

Este ponto assume-se quase exclusivamente, e de acordo com a nossa abordagem teórica, como uma base simbólica para a concepção política. Esta questão serve de *background* para perceber as circunstâncias que podem dar origem a situações de violência, na medida em que são dinâmicas sociais pré-existentes que permitem aos políticos interpretar significativamente os motivos que promovem situações de violência.

#### 4.2.2. DIMENSÃO ECONÓMICO-SOCIAL: TRABALHO E SOCIEDADE

Podemos afirmar que os aspectos económico-sociais partem de uma discussão centrada no mundo do trabalho e nas desigualdades, que tendem a prejudicar mais a mulher. Uma estreita ligação entre temas de dois *frames* distintos na forma de percepcionar as causas da violência. Assistimos, na justificação deste tema, a um elevado nível de precarização, desigualdade no acesso a saídas profissionais, diferenças salariais e na ascensão aos lugares de topo das organizações, trabalho empobrecido ou mesmo sem rendimento, como o doméstico, que empurram as

mulheres para situações de desvantagem e dependência, em muitos casos, perante o seu agressor.

Em 1991, existe a concepção de que a entrada da mulher no mercado de trabalho e as alterações entretanto ocorridas ao nível dos direitos das mulheres produziram efeitos contrários às dinâmicas sociais e profissionais existentes. Apesar de, ser partilhado que devem ser dadas iguais condições no acesso e nas condições de trabalho a homens e a mulheres, esta concepção, não é generalizada. Existe a percepção que “também por necessidades próprias do sistema económico” (Odete Santos [PCP], 1991, P9: 1968) continua-se a exigir à mulher o trabalho doméstico.

Consideramos que a definição de violência adoptada em determinada altura determina a percepção das suas causas. Isto é, apareceu em 1991, associada a uma lei que visava proteger as mulheres contra situações de violência, violência numa forma geral, a discussão em torno do mundo do trabalho como uma das causas deste problema. Quando se começa a reflectir que a violência doméstica se passa no espaço doméstico, entre cônjuges ou ex-cônjuges, ou em situações análogas, as referências ao mundo do trabalho começam a desaparecer. Não significando isto que as dificuldades neste mundo se extinguiram, parece ser o resultado de uma mudança no discurso político, determinada por uma alteração na compreensão e definição de um problema. Deste modo, da análise ao desenvolvimento na definição da violência doméstica, comparando com as suas causas, vemos que estes dois âmbitos se encontram interligados. A construção simbólica depende da realidade envolvente. O que se fala e discute determina e é determinado pelo contexto.

Começa, em 1991, a surgir a ideia de que a falta de rendimentos e a necessidade de ficar em casa para cuidar dos filhos produzem efeitos que conduzem a situações de dependência, que, em casos de violência, podem potenciar a sua continuidade. As questões profissionais e do mercado de trabalho surgem, nos discursos analisados, ligadas à democracia em expressões como: “o sistema que assegura a igualdade democrática não evita o afastamento face às hierarquias estabelecidas pelo poder democrático” (Julieta Sampaio [PS], 1991, P9: 1953) e “é uma aberração da sociedade democrática ter no seu seio indivíduos que possam ser afectados no exercício legítimo do direito do trabalho” (idem). A democracia pode ser entendida como uma das bases políticas para a acção, individual, dos cidadãos, e

colectiva, dos governos e estados. Aqui encontrámos representado o modo como a sociedade e as dinâmicas não seguem o estabelecido pelo sistema político e suas políticas, constituindo esse desvio uma causa para alguns dos problemas existentes.

Em 1998, a questão financeira também é apontada como uma das principais causas para este problema, dada a dificuldade que muitas das mulheres enfrentam ao não terem qualquer rendimento fixo ou, mesmo quando o têm, em aceder ao dinheiro que ganham. Segundo os documentos analisados, chegam mesmo a verificar-se situações em que as mulheres se sentem praticamente sequestradas na sua própria casa, na sua própria família. A falta de condições financeiras aparece interligada às questões da habitação, questões públicas que determinam impactos privados, nomeadamente no acesso a uma casa. O Governo assume-se neste ponto como uma causa. Sendo-lhe atribuída uma obrigação de assegurar o direito à habitação às vítimas que não têm condições para usufruírem de uma de forma independente, ao não o fazerem, o problema prolonga-se.

Em 2011, o trabalho e as questões económicas associadas continuam a ser factores determinantes para a ocorrência de situações de violência e para a permanência nelas. Continua-se a interligar esta questão com a dependência, em que é reforçada a ideia de que as mulheres permanecem em contextos de violência porque:

“têm dependência económica, não têm forma de se sustentar a si e, muitas vezes, aos seus filhos e, porque estão dependentes economicamente do agressor, muitas vezes, acabam por não ver outra saída senão a da continuidade desta agressividade” (Heloísa Apolónia [Os Verdes], 2011, P23: 25).

É partilhada a opinião de que as vítimas de violência doméstica se submetem a maus tratos por não disporem de condições financeiras para subsistirem sozinhas, onde a “sobrevivência liga com dependência” (Mendes Bota [PSD], 2011, P23: 26). As mulheres nestas situações “sofrem, humilham-se, mas não se separam, porque não têm como se sustentar. A dependência económica é o principal obstáculo ao rompimento de uma relação malsã e violenta” (idem).

Ainda na perspectiva económica e profissional, as diferenças salariais são outro dos motivos apontados, com salários diferentes para trabalhos iguais, que são muito

mais baixos do que os homens, e um espaço onde as mulheres continuam a ser as maiores vítimas do desemprego e da pobreza. O trabalho, na maior parte das vezes doméstico, “informal e não remunerado (...) reforça a insegurança económica e a vulnerabilidade destas mulheres face à violência” (Mendes Bota [PSD], 2011, P23: 26), onde o agressor trata a mulher como uma extensão da sua propriedade. Após este primeiro momento de reflexão, a sociedade passa a servir de base para a discussão dos aspectos económico-sociais. É representada como violenta, que fomenta a violência familiar e, por sua vez, a violência doméstica. Surge a questão macroeconómica, em que se considera que, apesar deste tipo de violência não ser um fenómeno novo, conhece desenvolvimentos especiais com o capitalismo do século XIX.

As políticas aqui estudadas pretendem produzir uma mudança na sociedade, uma mudança de valores, de condutas, de comportamentos. As lógicas que aqui estudamos estão dependentes de inter-relações entre *frames* e políticas. Relações de influências e de determinação múltipla num jogo constante de interacção social. Verificamos que todas estas questões, apesar de debatidas há mais de 20 anos, continuam com contornos bastante semelhantes para as causas relativas ao problema da violência doméstica. Assistiram-se a enormes mudanças, especialmente no foro legal e normativo, no âmbito da intervenção política e na forma de olhar as relações familiares e de conjugalidade. Contudo, a sociedade, numa visão mais macro, parece não acompanhar essas mudanças. Assistimos a uma resistência à mudança em alguns âmbitos e sectores da vida social, mudanças ocorridas no sector político, mas que não encontraram voz nas várias esferas sociais. Continuam a ser apontados os mesmos problemas, as mesmas situações, que ao longo do tempo têm colocado as mulheres numa posição difícil e perigosa.

#### 4.2.3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: VALORES E MODELOS SOCIOCULTURAIS

Os valores sociais partem das considerações realizadas em torno dos comportamentos, das atitudes, da cultura existente, dos padrões culturais e dos preconceitos partilhados e presentes nas bases da acção levada a cabo pelas pessoas. São debatidos essencialmente nos períodos iniciais em análise e reflectem o “peso duma mentalidade ancestral que ainda se mantém em muitos contextos

socioculturais, sendo responsável por atitudes e situações de desigualdade entre os sexos” (José Sousa e Silva [PSD], 2000, P5: 1011). É referida também, e a este nível, a construção social da “inferioridade do género feminino” (Odete Santos [PCP], 2000, P5: 1007) que nasce da “exploração do seu trabalho gratuito em tarefas que devem ser cumpridas pelo Estado” (idem).

A definição da violência encontra-se interligada de forma bastante próxima com as próprias causas. Esta é descrita como de “âmbito social e psicológico” (2000, P19: 244) e que tem as suas raízes “no mais profundo dos indivíduos, mas também nas ideias, valores e mitos que estruturam a sociedade” (idem). Existe a consciência da enorme dificuldade para conseguir alterar comportamentos, sabendo-se que estes dificilmente mudam através de leis, como nos diz a afirmação de que a “alteração da lei não corresponde instantaneamente a igual alteração de comportamentos sociais” (José Sousa e Silva [PSD], 2000, P5: 1011).

Existe a concepção de que na sociedade se encontra uma estreita ligação entre os valores e a família, bastante presente numa relação entre “mentalidade tradicional” (2000, P19: 250), poder familiar e uso da força física, onde a “estrutura familiar portuguesa continua a compreender o direito/dever de os pais punirem fisicamente os filhos” (idem) e o acto de bater na mulher não são considerados actos desviantes. Neste contexto são destacados os valores tradicionais da família, onde este tipo de violência ganha força e se mantém no seu seio.

Defende-se que as mulheres são impedidas de desenvolverem a sua personalidade e participação activa nos vários sectores da vida social. A cultura “forma a opinião, contribui para a consciencialização individual e colectiva dos direitos” (Assunção Esteves, 1991, P7: 1763), estando ela marcada por uma matriz sociocultural, de chavões e de frases feitas que promovem a posição de inferioridade e dominação da mulher, e é considerado pelos políticos como uma tradição social que tem de ser invertida. É necessário alterar o discurso e as práticas sociais de modo a produzir mudanças de comportamentos e atitudes, especialmente em faixas etárias onde se “estruturam pensamentos e personalidades” (Maria Manuela Augusto [PS], 2011, P24: 47) e onde se pode agir com mais consistência.

No mesmo âmbito, a questão das mentalidades aparece presente nos discursos políticos como meio de produção de condições para a vitimação feminina. A maioria

das referências remete para a necessidade da sua mudança. Defende-se que as mentalidades se formaram a partir da aceitação de que bater na mulher é um comportamento normal, tão natural como nascer mulher; que elas evoluem muito lentamente e que dependem de uma ruptura de comportamentos e atitudes. São fundamentalmente mentalidades patriarcais que podem vir a ser alteradas formando crianças e jovens para uma cultura de igualdade e não discriminação, um problema ainda por resolver e com um longo caminho a percorrer.

A concepção acerca da realidade é-nos apresentada como dependente de “uma mentalidade e de uma cultura enraizada na sociedade portuguesa, fruto da ditadura que tivemos e que, infelizmente pautou o nosso desenvolvimento por traços muito característicos” (Ana Catarina Mendonça [PS], 1998, P10: 2290). A sociedade, na opinião da classe política, deve estar sensibilizada no sentido de interiorizar a violência sobre as mulheres como um crime punível por todos, sendo uma questão de cidadania e de justiça social que deve combater uma “concepção estatizante e asfixiante da sociedade civil” (idem). A própria política é aqui posta em discussão com a referência a uma suposta nova mentalidade e a uma nova forma de fazer política associada a uma sociedade democrática que “tem de revelar uma aspiração constante à igualdade de oportunidades (...) para além de um tratamento de não discriminação jurídica, política e social (...) a corrigir as limitações de base social e cultural de que as mulheres são ainda alvo” (Isabel Sena Lino [PS], 1998, P13: 3044).

Quando nos propusemos analisar políticas que pretendiam mudar comportamentos, abordando um problema que dependesse, mais do que de meios coercivos ou mais objectivos, da mudança de valores, comportamentos e atitudes, corríamos o risco de não ver isso reflectido nos discursos políticos. Este ponto é um dos principais meios para validar e justificar a nossa opção. Como vimos, é um problema que tem na sua base valores e mentalidades que necessitam de ser alterados. Cultura, matriz sociocultural, valores tradicionais, todos eles servem de base para, e como os próprios políticos apontam, exigir a necessidade de alterar comportamentos.

Existe uma base simbólica para a criação de *outputs* representada numa mudança difícil, já que as mentalidades evoluem lentamente, e a sua mudança passa pela sensibilização da sociedade. Opera-se uma construção social que pretende

determinar as dinâmicas sociais, isto é, pretende-se que as representações construídas no interior do sistema político influenciem e determinem os conjuntos de comportamentos e atitudes da sociedade que governam. Esta relação é bastante forte neste ponto, onde deve existir uma generalização dos enquadramentos partilhados pelos actores em estudo.

#### 4.2.4. FAMÍLIA E CONJUGALIDADE: ESPAÇOS DE AFECTO, ESPAÇOS DE VIOLÊNCIA

A representação de um espaço ganha destaque no ponto em que a família e a conjugalidade são apontadas como causas para o problema da violência doméstica. Trata-se, acima de tudo, de reflectir acerca de como se representa e olha para um espaço familiar, para uma relação. Procura-se definir e alterar, tanto a ideia construída acerca das dinâmicas existentes nestes casos, como os comportamentos realizados e esperados entre os elementos que partilham uma relação, seja ela familiar ou conjugal. Estas dinâmicas têm raízes bastante antigas e profundas, que o Estado tem vindo a procurar alterar, entrando num espaço anteriormente visto como privado.

A família, tradicionalmente olhada como um espaço seguro e afectivo, numa sociedade com uma “matriz cultural de violência” (Maria José Nogueira Pinto [CDS-PP], 1999, P10: 2290) bastante marcada, transformou-se num espaço de risco e de violência em que as mulheres são as principais vítimas, indício da “eficácia zero da sociedade” (idem). É um sintoma de que esta “está doente” (idem). É defendido por alguns políticos que, a par com outras sociedades ocidentais, a dimensão do grupo familiar diminuiu, alteraram-se os papéis e os estatutos dos seus membros e a privacidade aumentou. Com o perpetuar de padrões culturais fortemente enraizados que vêm passando de geração em geração, produz-se e reproduz-se o estatuto bastante subordinado da mulher na família, no trabalho, na comunidade e na sociedade. Defende-se que o que lá se passa é ainda um tema tabu, dependente de mitos familiares transmitidos ao longo de gerações através de crenças que defendem a resolução interna e privada dos seus problemas. Diz-se que “vivemos num país de brandos costumes” (Elisa Damião [PS], 1991, P2: 1702), onde se esconde no silêncio do lar uma “dupla moral – os vícios privados e as públicas virtudes” (idem).



A família, para além disto, é vista como um espaço de formação de mentalidades e, sendo este, como vimos no ponto anterior, um problema de mudança de mentalidades, assume-se como causa e possível meio de auxílio à resolução do problema. Os políticos procuram categorizar e compreender este espaço, de modo a poder intervir sobre ele. Identificando e atribuindo novos significados e alarmismos sobre o espaço familiar, justifica-se e legitima-se a intervenção neste novo âmbito. As práticas e dinâmicas existentes assim o exigem, já que os reflexos de uma violência dita privada tem reflexos nas mais variadas áreas e sectores sociais.

Buscam-se, através das políticas, transformações sociais no espaço família, que se reflectam na sociedade e vice-versa. A mulher é vista como principal vítima e como elemento essencial do quadro da família. Aparecem simbolicamente associadas a este espaço e são, pelos agressores, muitas vezes, responsabilizadas por ele. A violência, a que se desenvolve e tem origem no “quadro das relações familiares” (2000, P17: 60), constitui-se a partir de “uma das formas de exercício do poder e da preservação do *status* masculino, numa sociedade onde a mulher é o elo mais fraco, sobre o qual se pode despejar todo o tipo de frustrações” (idem).

Procura-se mobilizar a sociedade na criação de um novo quadro de acção colectiva da família, que difunda uma concepção aberta desta e que permita que “cada um dos seus membros seja responsabilizado perante os outros pela violação de deveres de relação que regem os valores correspondentes aos direitos humanos fundamentais” (Jovita Ladeira [PS], 1998, P13: 3040). Torna-se, para a classe política, necessário que sejam tomadas medidas efectivas que permitam olhar a família como um “espaço de dignificação” (idem) dos seus elementos.

A referência à conjugalidade, que surge nos períodos intermédios da investigação, visa, na sua maioria, a descrição das relações existentes entre vítima e agressor. Fala-se de cônjuges e coabitação e de condições análogas a estes. Serve sobretudo para contextualizar situações de dependência, de discriminação e de violência. Não é tanto um espaço de representação, é mais um espaço de contextualização das situações de violência.

#### 4.3. ACÇÃO: QUEM E QUANDO

Quando analisamos a forma como os actores políticos idealizaram ao longo do tempo a acção face ao problema da violência doméstica (tabela 12), vemos que ela é pensada, na sua maioria, através da acção estatal e governamental<sup>45</sup>. Este *frame*, apontado 428 vezes pelos políticos, inclui temas relacionados com o papel dos vários órgãos estatais e governamentais na acção que deve ser levada a cabo face ao problema da violência doméstica. Temos: as comissões, referidas enquanto comissões de origem governamental, como a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, (ex-CIDM), ou a Comissão para a Condição Feminina, que são referidas 143 vezes<sup>46</sup>; o Governo, que inclui todas as acções pensadas ou levadas a cabo por ele ou pelos seus elementos, neste caso reuniu 75 menções; e os restantes órgãos governamentais (73 ocorrências), que inclui referências à acção de Deputados, Ministros, Secretários de Estado, altos-comissários, entre outros membros de órgãos que tenham chancela governamental.

**Tabela 12: Frames - acção sobre a violência doméstica (geral)**

<b>Frames (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Estado e Governo (428)</b>	Comissões	205
	Governo	75
	Outros órgãos governamentais	73
	Indeminização	58
	...	
<b>Reacção (206)</b>	Protecção	80
	Apoio	42
	Combate	40
	...	
<b>Instituições (161)</b>	Associações	99
	Casa-abrigo	43
	...	
<b>Prevenção (120)</b>	Prevenção	50
	Educação	37
	...	

<sup>45</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Estado e Governo”, ver ponto 4.3.1. O papel do Estado e do Governo.

<sup>46</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 11.

Em seguida surgem as medidas que entendemos como reactivas<sup>47</sup>, apontadas em 206 ocasiões, e que incluem temas como a protecção (80 ocorrências), o apoio (42) e o combate (40). Por protecção entendemos todas as menções a situações, programas, acções, ideias e reflexões acerca da protecção das mulheres em geral e das vítimas em particular; por apoio, todas as acções que visam apoiar as vítimas ou promover o seu acompanhamento; e rotulámos de combate todos os parágrafos em que existem referências explícitas a acções levadas a cabo ou pensadas tendo em vista o combate ao problema.

As instituições<sup>48</sup>, com 161 ocorrências, aparecem como o terceiro grupo de temas mais apontado. Neste *frame* estão incluídos os temas: associações (99 ocorrências), sempre que se fala em associações de mulheres, organizações da sociedade civil que apoiam as mulheres ou as suas causas, organizações não-governamentais e instituições privadas; e as casas-abrigo (43), que traduzem todas as vezes que se falaram nelas de forma explícita ou implícita. Neste *frame* incluímos também as sugestões à intervenção levada a cabo através da criação ou desenvolvimento de redes de infraestruturas de apoio, abrigo, etc. a vítimas e não vítimas.

O *frame* prevenção<sup>49</sup> reflecte uma acção pensada para antecipar e precaver o aparecimento de condições ou situações de violência. Inclui como mais apontados o tema com o mesmo nome (50 ocorrências) e a educação (37). O tema prevenção engloba todas as menções a acções de prevenção pensadas ou levadas a cabo. A educação é identificada sempre que aparecem intenções de, através da educação, acções de formação, planos de estudos, escola e ensino, se visar ou tentar promover o desaparecimento do fenómeno da violência doméstica.

Podemos concluir que existe uma concepção para a intervenção sobre este problema, na sua maioria, através de medidas reactivas que visam entrar em acção após a consumação dos actos e de uma auto-responsabilização estatal e governamental para a intervenção. A acção sobre a violência doméstica tem sido desenvolvida, na sua maioria, por comissões, associações, órgãos e agentes

---

<sup>47</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Reacção”, ver ponto 4.3.2. Remediar: apoio, protecção e combate.

<sup>48</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Instituições”, ver ponto 4.3.4. Associações e organizações: a colaboração dos privados.

<sup>49</sup> Para aprofundamento acerca do *frame* “Prevenção”, ver ponto 4.3.3 Prevenir.

governamentais, que contam com o apoio directo ou indirecto do Estado e do sistema político. Ainda que uma acção muito importante seja desenvolvida por organizações não-governamentais e instituições privadas, não é despiciente o papel do sistema político, entendendo-se a sua importância para este estudo como agentes determinantes e significativos.

A tabela 13 apresenta, para 1991, as representações acerca da acção sobre o problema da violência contra as mulheres. O Estado e o Governo aparecem como os principais meios de acção com enorme destaque perante as outras categorias. A sua actuação é pensada através das comissões (76 ocorrências)<sup>50</sup>, pelos vários órgãos governamentais (17) e pelo próprio Governo (16). A prevenção passa por aspectos como a educação (20), o apoio à infância (18) e a informação (11). No apoio à infância estão incluídas a criação ou alargamento de redes de creches, infantários ou outras infraestruturas. A informação, na totalidade do estudo, reflecte as acções que visam a criação, desenvolvimento ou difusão de campanhas de informação, documentos ou guias que informem vítimas ou não vítimas sobre os meios que têm ao seu dispor, os direitos que têm ou o que devem fazer quando se deparam com situações de violência. Inclui também a utilização da comunicação social para divulgação de informação específica e a própria partilha de informação entre cidadãos e profissionais que actuam na área.

**Tabela 13: Frames - Acção sobre a violência doméstica (1991)**

<b>Frames (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Estado e Governo (129)</b>	Comissões	76
	Outros órgãos governamentais	17
	Governo	16
	...	
<b>Prevenção (51)</b>	Educação	20
	Apoio à infância	18
	Informação	11
	...	
<b>Reacção (36)</b>	Doação	10
	...	
<b>Instituições (29)</b>	Associações	20
	...	

<sup>50</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 11.

O *frame* da reacção aparece em terceiro lugar nas ocorrências registadas e as outras instituições em quarto lugar, com destaque para o papel das associações (20 ocorrências).

De acordo com a tabela 14, em 1998, apesar do Estado e do Governo continuarem a figurar como o tema que tem mais ocorrências, as instituições assumem o segundo lugar, cujo destaque se deve também ao debate acerca de uma lei das associações em discussão na altura. O papel do Estado e do Governo é entendido a partir das comissões (25 ocorrências)<sup>51</sup>, da intervenção do próprio Governo (25), do Estado (18) e dos outros órgãos governamentais (18). Dentro deste tipo de acção, as indemnizações atribuídas às vítimas ganham especial relevo (30), fruto de uma discussão parlamentar focada nesta questão. As associações privadas ganham destaque nas instituições (56), secundadas pelas casas-abrigo (17). Em terceiro lugar, aparece a reacção como meio de acção através de medidas de protecção e apoio às vítimas. A prevenção e a informação aparecem em último lugar.

**Tabela 14: *Frames* - Acção sobre a violência doméstica (1998)**

<b><i>Frames</i> (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Estado e Governo (111)</b>	Indeminização	30
	Comissões	25
	Governo	25
	Estado	18
	...	
<b>Instituições (81)</b>	Associações	56
	Casa-abrigo	17
	Redes	13
	...	
<b>Reacção (26)</b>	Protecção	10
	Apoio	6
	...	
<b>Prevenção (23)</b>	Prevenção	12
	Educação	8
	...	

Em 2000, a actividade levada a cabo pelo Estado, Governo e órgãos governamentais continua como o *frame* sobre o qual mais se reflecte nos textos

<sup>51</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 13.

(tabela 15). É dada visibilidade às comissões (23 ocorrências)<sup>52</sup> e a outros órgãos governamentais (23), assumindo-se como os temas mais apontados a nível individual. Em segundo lugar aparecem-nos os aspectos relativos à reacção, com a protecção da vítima (23) e o atendimento (15) a surgirem como os temas mais apontados. Em terceiro lugar temos as referências às instituições privadas, com as associações (15) e as casas-abrigo (14) a assumirem papel de destaque. A prevenção surge no final.

**Tabela 15: *Frames* - Acção sobre a violência doméstica (2000)**

<b><i>Frames</i> (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Estado e Governo (76)</b>	Comissões	23
	Outros órgãos governamentais	23
	Outros actores governamentais	11
	...	
<b>Reacção (61)</b>	Protecção	23
	Atendimento	15
	Afastamento	13
	...	
<b>Instituições (29)</b>	Associações	15
	Casa-abrigo	14
	...	
<b>Prevenção (19)</b>	Prevenção	14
	...	

Numa altura em que se fala de mudança de mentalidades e se reflecte há já algum tempo acerca das diversas causas da violência contra as mulheres e da violência doméstica, causas que podem ser antecipadas e eliminadas à partida, é de destacar que a prevenção aparece como o conjunto de temas menos referido nos períodos intermédios em análise. Parece descurar-se esta questão. Neste momento, o foco está cada vez mais centrado na resposta aos comportamentos e aos resultados nefastos produzidos. Mais do que prevenir, procura-se remediar.

Em 2011, o perfil de *frames* revelados é muito semelhante (tabela 16) aos períodos anteriores. No entanto, analisando os temas de forma isolada, verificamos que existem bastantes referências à protecção (42 ocorrências)<sup>53</sup>. Uma protecção às vítimas do crime de violência doméstica, levada a cabo de uma forma que permite

<sup>52</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 14.

<sup>53</sup> Número de ocorrências registadas ao nível dos temas individuais, para as restantes consultar anexo 8, ponto 15.

desresponsabilizar o Estado para a acção incidindo o foco na tarefa da sociedade, atribuindo-lhe a “obrigação de garantir protecção às vítimas” (Teresa Caeiro [CDS-PP], 2011, P21: 12). O Estado e Governo são referidos a partir do papel do Governo (27) e das indemnizações atribuídas às vítimas. A reacção desenrola-se através da protecção (42), combate (21) e apoio às vítimas (17). A prevenção surge de seguida e as instituições encerram a listagem.

**Tabela 16: Frames - Acção sobre a violência doméstica (2011)**

<b>Frames (ocorrências)</b>	<b>Temas</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
<b>Estado e Governo (112)</b>	Governo	27
	Indeminização	25
	Comissões	19
	...	
<b>Reacção (86)</b>	Protecção	42
	Combate	21
	Apoio	17
	...	
<b>Prevenção (27)</b>	Prevenção	21
	...	
<b>Instituições (22)</b>	Casa-abrigo	11
	...	

#### 4.3.1. O PAPEL DO ESTADO E DO GOVERNO

Desde o início da investigação que pudemos prever que a intervenção face ao problema da violência doméstica é fundamentalmente idealizada através do sector do Estado ou Governo e, dentro deste, passa substancialmente por uma orientação política que tende a conceder o papel principal e a maioria das atribuições às comissões constituídas ou em funcionamento nos diferentes momentos. Começa por existir uma preocupação em discutir e trabalhar as funções da Comissão da Condição Feminina e “dotá-la de meios legislativos que lhe permitam orientar uma política de igualdade de oportunidades” (Julieta Sampaio [PS], 1991, P2: 1707). Às comissões são atribuídas funções na área da “informação e apoio das vítimas e seu agregado familiar” (2000, P18: 223), na área do atendimento e criação de centros especializados para o efeito.

A Comissão da Condição Feminina constituiu-se como um instrumento de grande importância para a implementação de uma política de igualdade de oportunidades. A ela equaciona-se atribuir meios legais e poderes legislativos que lhe permitiriam desenvolver iniciativas que visassem atingir uma igualdade efectiva, não apenas formal, de modo a cumprir os compromissos internacionais assumidos. Descentraliza-se o poder político, até no principal meio de acção, que é a atribuição de capacidades legislativas a este tipo de organizações. Por detrás da construção de uma política pública temos quase sempre um instrumento; as comissões assumem neste ponto esse papel. São o principal meio para realizar a regulação e a afectação imperativa dos valores à sociedade.

Desloca-se do núcleo central do Governo a intervenção a realizar, definem-se e enumeram-se assistentes para a acção, através do debate, por exemplo, acerca da criação de uma Comissão Nacional de Prevenção de Violência sobre as Mulheres, à qual se deveria atribuir funções de coordenação da prevenção e da protecção e que funcionaria na dependência de um dos ministérios do Governo da altura. As comissões são idealizadas como mediadoras, coordenadoras, e têm como funções “planificar a intervenção do Estado e coordenar, acompanhar e avaliar a acção dos organismos públicos e da comunidade na protecção e apoio às mulheres vítimas de violência” (2000, P18: 222).

No período intermédio em análise, quando se fala em comissões, fala-se na maior parte das vezes, na Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), actual Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), à qual foram atribuídas valências de apoio, acompanhamento e encaminhamento das mulheres que requisitam os seus serviços. Existe uma maior especificação dos meios e objectivos para estes instrumentos das políticas públicas. São discutidas as suas funções de uma forma mais particular, já não apresentadas como meros assistentes da acção, com uma acção geral que visava objectivos genéricos, como os inicialmente definidos, mas que, neste momento, começam a visar funções mais específicas na acção governamental. A sua acção é definida segundo um enquadramento comum, em que as comissões devem reflectir o modelo de intervenção da altura.

Considera-se que o trabalho de atendimento realizado pela CIDM (actual CIG), que recolheu durante anos o “testemunho doloroso” (Isabel Castro [Os Verdes], 1998,



P10: 2288) das vítimas, veio indiciar as conclusões do estudo, por ela financiado, sobre a violência contra as mulheres, que deu “amplitude a um problema cuja percepção há muito existia” (idem). Dá-se extrema importância à informação recolhida, com o entendimento que o conhecimento que os seus técnicos têm sobre estas matérias é valorizado em sede parlamentar.

O Governo, na maior parte das vezes na opinião dos elementos dos partidos da oposição, deve apoiar, estimular a criação e financiar estas organizações. É visto essencialmente como parceiro, estímulo ou fonte de financiamento para a acção a ser desenvolvida pelos diversos actores. Apela-se ao princípio da solidariedade, “ pilar fundamental para a coesão social” (Isabel Sena Lino [PS], 1998, P10: 2294), onde, com a proximidade com as outras instâncias públicas e privadas, se pode redefinir os papéis de homens e mulheres na sociedade.

Sobre o Governo, especialmente em 1991 e 1998, recaem responsabilidades de legislar e ratificar convenções internacionais. Encontramos presente a ideia de que o Governo deve seguir determinadas convenções internacionais, logo, imposições externas na definição da sua acção e consequentemente na concepção das políticas públicas. Isto, no nosso entender, reflecte que os políticos têm, por vezes, seguido linhas de actuação que lhes são recomendadas por instâncias externas à sociedade Portuguesa. As políticas públicas, nesta dimensão da acção por via do papel do Estado e do Governo, foram assim definidas segundo impulsos exteriores ao núcleo particular que os concebia, isto é, as políticas pensadas para intervir sobre a realidade portuguesa e implementadas pelo sistema político nacional eram definidas por instâncias internacionais. Exemplificando, em 1998, começa por existir uma obrigação atribuída pelos deputados ao Governo e aos seus membros para cumprir e seguir com as recomendações internacionais no que se refere ao princípio de igualdade e ao combate à discriminação contra as mulheres.

Mais recentemente, o tipo de discurso mudou e são os próprios elementos do Governo e da sua bancada parlamentar que falam acerca da intervenção governamental. Estes focam-se mais no que tem sido desenvolvido ao longo do tempo do que propriamente em novas iniciativas. Fala-se de propostas “claras, estruturadas e coerentes, sem floreios de aproveitamento” (Ana Maria Rocha [PS], 2011, P21: 18) com vista a proteger as vítimas, sejam elas “homens, mulheres, crianças e idosos”

(idem). O governo intervém por meios normativos, decretos, planos e leis, que lhe permite estar “atento a um fenómeno fundamental da nossa sociedade que temos de erradicar, que é a violência doméstica” (Paula Nobre de Deus [PS], 2011, P21: 19). Existe, desta forma, uma enumeração das actividades que têm vindo a ser realizadas e uma autovalorização da acção levada a cabo.

As iniciativas do Governo, em 2011, focam-se na correcção de aspectos imperfeitos na acção até então levada a cabo, incorporando aperfeiçoamentos que pretendem tornar o sistema político e de intervenção mais justo, mais eficaz, mais célere e de mais fácil operacionalização. As políticas públicas da altura definem-se como instrumento de correcção e melhoramento das políticas anteriores. Deixa-se de agir de forma original e empreendedora e passa-se a focar numa reparação do que se tem feito de forma incorrecta. Procura-se “trabalhar no sentido de melhorar aquilo que já foi feito, ouvindo as críticas feitas de forma construtiva, para que possamos trabalhar em conjunto e reunir os nossos esforços nesta matéria” (Maria Manuela Augusto [PS], 2011, P24: 53).

Face a períodos anteriores, em 2011, assiste-se a uma alteração importante nas bases de definição das políticas. Desaparecem as referências a obrigações e imposições, pensamos nós, relacionadas também com o decréscimo das referências internacionais. Começa-se a assistir a uma acção por iniciativa, por um lado, de correcção das políticas anteriores, como já vimos, e, por outro, de uma nova lógica de acção, até aqui pouco presente dos discursos, que é a questão da escolha, da tomada de uma posição, de uma opção, representada na afirmação que nos diz que a “política é uma escolha, e é uma escolha entre decisões fundamentais. Esta é a escolha (...) é a aposta deste Governo” (Paula Nobre de Deus [PS], 2011, P21: 20). Uma nova lógica de acção ganha, desta forma, configuração a partir de uma atenção e dedicação governamental, em que o Governo “está atento e tudo tem feito para diminuir – pois temos consciência de que isto não se faz numa geração, nem em duas ou três – este flagelo” (Maria Manuela Augusto [PS], 2011, P24: 53). Uma estratégia de longo prazo que representa uma alteração dos processos de tomada de decisão e afecta o curso de acção tomado.

As actividades governativas relativas às políticas aqui em estudo não se limitam às comissões e ao Governo. Relativamente aos outros órgãos governamentais, fala-se

da Assembleia da República, dos vários Ministérios e do Conselho de Ministros. A primeira deve fundamentalmente contribuir para estimular a geração de uma nova ética, desenhar e implementar instrumentos de acção sobre a questão em estudo, procurar combater a desigualdade. É uma força real e mobilizadora no referencial democrático e que deve servir de guia para ultrapassar e eliminar todos os obstáculos a criar uma sociedade justa e igualitária. A sua acção deve ser articulada com as autarquias locais (aparece já em 1991 a referência a uma intervenção local), organizações políticas, sociais e especialmente, de mulheres. Assistimos, desde cedo, a uma intenção em interligar vários níveis de intervenção, internacional, nacional e local. Temos também presente nos debates a acção levada a cabo por órgãos de polícia criminal, magistrados judiciais, administrações regionais e autarquias que vêm alargados os seus âmbitos e responsabilidades de intervenção. Existe desta forma, um reforço ao que vem sendo debatido, de mudar a lógica de acção para um nível mais local, mais próximo da comunidade, que não se limite à estrutura central do Estado. No entanto, não encontramos uma apresentação e definição clara dessa lógica de acção política. As referências são pouco objectivas e o seu entendimento não passa, nos documentos analisados, de uma mera enunciação.

Podemos concluir que a acção do Estado e do Governo tem vindo a ser repartida pelos vários actores governamentais e estatais. As responsabilidades são distribuídas pelas várias comissões ou agentes. Apesar de se falar de estratégia integrada e de entendermos que a deslocalização e a implementação da acção, por exemplo, a nível local será o caminho a seguir para fazer face ao problema da violência doméstica de forma eficaz, não conseguimos detectar um empenho na concepção e operacionalização dessa acção local. Por outro lado, apesar de não nos termos apercebido da existência de diferentes lógicas de acção consoante os diversos actores, parece não existir uma estratégia e uma dinâmica comum a todo o aparelho estatal e governativo que sustente de forma coesa a intervenção face ao problema da violência doméstica. Verificámos que existe uma representação da acção do sistema político sobre o problema da violência doméstica que, apesar de dividida, nos instrumentos, nas valências e nas condutas a serem tomadas pelos diversos actores, tem uma lógica de representação sobre o problema da violência doméstica, apesar de comum, repartida segundo os diferentes agentes e organizações governamentais. Consideramos que, para se evoluir nesta matéria, a representação e a concepção

acerca da própria acção sobre este problema, têm de ser partilhadas e implementadas de forma mais ampla e abrangente, a par de uma estratégia de acção comum e prolongada no tempo. Isto é, apesar de se contar com os vários agentes e organismos públicos para a acção sobre o problema da violência doméstica, a sua intervenção encontra-se demasiado particularizada nos diversos períodos em análise. Deve-se procurar chegar a um entendimento geral acerca da estratégia a adoptar e implementá-la de forma progressiva e por um período alargado de tempo, envolvendo todos os actores numa acção conjunta, e não demasiado particularizada, como vimos assistindo. A resolução deste ponto nas políticas públicas pode originar um avanço significativo na erradicação da violência doméstica.

#### 4.3.2. REMEDIAR: APOIO, PROTECÇÃO E COMBATE

Aquando do desenho da primeira lei de protecção às mulheres vítimas de violência procurava-se essencialmente o reforço dos mecanismos de protecção legal, pretendendo garantir o acesso ao direito por parte da vítima, assim como prestar-lhe toda a informação e meios para garantir a sua segurança. Pretendeu-se criar instrumentos e gerar um sentimento de que as vítimas podiam encontrar respostas alternativas às situações de violência em que viviam, tendo como exemplo disso uma acção desenvolvida através do atendimento em secções especiais criadas para o efeito e de serviços telefónicos implementados no sentido de informar correctamente acerca da matéria legal, do acesso ao direito ou às instâncias judiciais.

No período intermédio de análise, 1998 e 2000, a acção desenvolvida dentro deste *frame* passa essencialmente pela protecção associada à aplicação de medidas de coacção e sanção aos agressores. Surge a partir de acções preventivas de afastamento do agressor da residência das vítimas e da aplicação de penas acessórias. Existe uma punição para garantir a protecção; a acção é repressiva e visa dissuadir os comportamentos abusivos por parte dos agressores. Assistimos a uma preocupação com uma das componentes das políticas públicas, a avaliação. Afirma-se que se pretende medir a eficácia dos mecanismos de apoio através do impacto do efeito de dissuasão que tem nos autores ou possíveis autores de práticas ofensivas. Defende-se que, se bem aplicadas estas medidas e soluções, desenvolvidas a partir de indicadores

de carácter processual penal, podem contribuir de forma eficaz para o combate à violência doméstica. A acção política incide, desta forma, na penalidade sobre os comportamentos, não, como seria de esperar, sobre a mudança de mentalidades pela via da socialização. Assiste-se aqui, talvez da forma mais evidente ao longo deste estudo, à componente mais instrumental e tradicional<sup>54</sup> das políticas públicas, fugindo à dimensão mais cognitiva destas. A sociedade, ao invés de ser mobilizada por iniciativa e mudança própria, é coagida a seguir determinada lógica por via da lei.

Mais recentemente, o debate centra-se sobre questões em torno do tipo de investigação criminal existente e das medidas a aplicar aos agressores, de modo a garantir a protecção da vítima. As referências aos meios e acções de punição estão cada vez mais presentes nos debates, indiciando uma presença mais forte de idealizar a acção na construção simbólica dos políticos. Mais do que apoiar a vítima, procura-se protegê-la por meios repressivos aplicados sobre os agressores. Mais uma vez, as situações de violência são estancadas, não pela mudança da forma de pensar da população, ou alteração voluntária dos comportamentos, mas através da repressão, sanção e medo do que pode acontecer a alguém se praticar um acto de violência doméstica.

A lógica de enquadramento acerca da protecção sustenta-se no foco, cada vez maior, na necessidade de “responsabilização dos agressores, sobre a necessidade de uma protecção às vítimas que não as vitimize ainda mais, com as deslocações e as fugas” (Catarina Martins [BE], 2011, P23: 30). Defende-se a criação de medidas de coacção aplicáveis num curto espaço de tempo após a denúncia, com vista à constituição de arguido e uma clara protecção das vítimas e das testemunhas no que concerne à recolha de meios de prova. Pretende-se, deste modo, além de criar mecanismos de coacção de afastamento dos agressores, promover uma rápida assistência às vítimas.

Quando os quadros políticos de acção colectiva se centram na vítima, a sua protecção desenha-se a partir do desenvolvimento de vários mecanismos de protecção que vão desde o acompanhamento jurídico, ao acompanhamento psicológico, a uma protecção imediata, que conta com assistência médica e apoio que “muitas vezes não podem esperar” (Luís Fazenda [BE], 2011, P21: 22). Representa-se a vítima, em

---

<sup>54</sup> Ver ponto 2.2.

situação relacional, como “a parte mais fraca” (idem), que muitas vezes se encontra limitada na sua “capacidade de decisão” (idem). A protecção, de um ponto de vista político, pretende substituir-se a quem, por diversas razões, não tenha uma “autonomia de vontade” (idem) própria. A política e a sua acção substituem-se à vontade da vítima, entram em acção quando esta, pelos seus próprios meios, não se consegue salvar. Existe, desta forma, um alargamento do âmbito de acção política, constituindo-se, além de políticas significativas, políticas que prevêem uma acção estatal quando não existem condições para a acção individual.

Outra forma de idealizar uma acção reactiva, com o foco a permanecer na vítima, é o apoio. Este é cada vez mais alargado e visto como iminente, seja ele social, judicial ou ao nível da saúde física e psicológica. Todos estes tipos devem ser accionados em situações de emergência imediata da forma mais célere e eficaz possível. O Estado deve aplicar a justiça, cumprir com as funções de um Estado de Direito, garantir estes sistemas e assumir o papel no “ressarcimento das vítimas de crimes violentos e, também, de violência doméstica” (Helena Pinto [BE], 2011, P22: 38).

#### 4.3.3. PREVENIR

Com as desigualdades descritas no mercado de trabalho em prejuízo das mulheres baseadas em torno da ideia de que existem dificuldades no seu acesso, que resultam, muitas vezes, de situações em que estas estão sujeitas às tarefas domésticas e a cuidar dos filhos. A prevenção, no primeiro momento em análise, foca-se na educação e nos apoios à infância. Estes apoios são idealizados a partir da criação de creches, jardins-de-infância, redes públicas e privadas de apoio às crianças e pais. Partilha-se a noção de que, com a criação de uma rede de infraestruturas sociais de apoio, se podem eliminar ou atenuar algumas das causas para a discriminação e violência exercida sobre as mulheres. Usufruindo de uma rede efectiva e abrangente, as mulheres podiam libertar-se de algumas tarefas, como a de cuidar dos filhos, podendo sair de casa e usufruir de iguais direitos aos dos homens. Por outro lado, a prevenção é representada a partir da formação e educação. É partilhada a ideia de que apostar nestas é “um dos caminhos que contribui para a igualdade e elimina a

discriminação” (Correia Afonso [PSD], 1991, P9: 1974). É através da educação que se podem formar novas mentalidades num quadro de igualdade que, conseqüentemente, não potenciem situações de violência.

Em 2000, a ideia de prevenção passa de uma concepção isolada para uma estratégia coordenada e um modo de acção que integre as várias instituições ou actores sociais, envolvendo tanto o Estado como a comunidade. São propostas medidas na área da prevenção e apoio às “mulheres vítimas de violência, de toda a violência (...) envolvendo a comunidade, já que este é um problema do Estado e assim, um problema da comunidade” (Isabel Castro [Os Verdes], 1998, P10: 2291). Mobiliza-se a comunidade na acção com a esperança, defendemos nós, de a envolver na forma de pensar e agir.

A estratégia é considerada como “fundamental quando se pretende atingir uma resolução rápida e eficaz de situações de risco ou de violência” (Sónia Fertuzinhos [PS], 2000, P5: 1010). Percebe-se, nos documentos analisados, a existência de uma reflexão acerca das políticas postas em prática, por um lado, a partir da sua ineficácia, por outro, da necessidade de corrigir a forma isolada como são aplicadas. A acção política passa a ser pensada, neste ponto, a partir de uma noção de estratégia, de uma acção concertada e comum. Numa perspectiva de uma acção conduzir a uma reacção, garantir a prevenção e a eficácia dos mecanismos criados deve criar um “efeito de dissuasão nos agressores e potenciais agressores, bem como um efeito de confiança nas vítimas de violência” (idem). A prevenção de um fenómeno que é complexo e atravessa todos os estratos sociais e onde a “estratégia de intervenção, para além de prevenir, encontrar soluções de apoio (...) não pode fazer com que esse crime permaneça impune” (Isabel Castro [Os Verdes], 2000, P5: 1012). A acção é, desta forma, pensada agregando dois conceitos: um pensado há algum tempo, a prevenção; outro, que começa a surgir nesta altura e que pretende marcar um novo estilo de intervenção, o agir de forma coerente, comum e concertada através de uma estratégia integrada e abrangente.

Mais recentemente, alarga-se a representação da acção sobre a violência doméstica, incorporando na mesma ideia, na mesma forma de pensar, a intervenção, dois ou mais *frames* que à partida poderiam parecer distintos. A prevenção aparece associada à protecção, construindo desta forma quadros de acção colectiva que

agregam diferentes formas de representar um tipo de acção nas políticas públicas, com vista a agir de forma mais correcta, segundo as representações da maioria dos deputados em estudo, e a procurar implementar uma mudança na sociedade. Fala-se de medidas relacionadas com a prevenção da violência, mas também com a protecção e apoio às mulheres vítimas, com regimes jurídicos que se destinam à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das vítimas. Ao Estado deve ser atribuída a responsabilidade de criação e bom funcionamento de “estruturas destinadas à prevenção da violência e à protecção e apoio das mulheres que dela são vítimas, bem como do seu agregado familiar” (João Oliveira [PCP], 2011, P21: 14).

Uma outra alteração a que assistimos, em 2011, é uma elevada prevalência de referências a medidas de coacção quando se fala em prevenção. Apesar de estarmos a falar de um tema que visa prevenir actos condenáveis, é evidente que a estratégia passou de mudar aspectos na área da educação e formação para uma dimensão mais coerciva. Entende-se que “há sempre muito mais a fazer para acabar com a violência e para acabar em concreto, com a violência doméstica. Porém, a aposta deve ser feita na prevenção (...) aplicando as medidas de coacção previstas na lei” (Maria Manuela Augusto [PS], 2011, P23: 29).

Consideramos que, com esta opção recente, não se trata de prevenir mudando a sociedade por forma a ser interiorizado que não se devem cometer determinados actos, porque são socialmente inaceitáveis, através da educação e formação das pessoas. Trata-se de procurar fazer com que estas pessoas não cometam determinados actos violentos contra as mulheres, por receio das implicações criminais que podem vir a ter. Passou-se de uma mudança de mentalidades pela via da socialização para o peso coercivo da lei, o que, pensamos nós, pode implicar uma alteração negativa nas políticas públicas face ao problema da violência doméstica. Encontrámos, de forma transversal, uma prevenção mais imposta que voluntária. Talvez o meio mais fácil mas, arriscamos dizer, menos eficaz, quando o que se pretende é mudar mentalidades, mudar a sociedade.

Seria de esperar que, tratando-se de políticas de significação, este fosse o *frame* mais referido nos discursos quando se fala na acção face ao problema violência doméstica visto que, segundo as considerações teóricas em que baseámos a nossa investigação, este é um problema cuja resolução passa por uma mudança de



mentalidades. Pensamos nós que a melhor forma de se conseguir mudar mentalidades é através da prevenção, alterando valores, comportamentos e práticas sociais pela via da educação e formação. Apesar das inúmeras iniciativas políticas tidas em consideração pelos deputados e postas em prática pelos vários governos, estas têm-se manifestado insuficientes. A representação de acção política tem passado pouco por esta dimensão, tornando a mudança de comportamentos e atitudes, infelizmente bastante frequentes na sociedade portuguesa, muito morosa e difícil de atingir. Ela só pode ser conseguida alterando as representações, atitudes, comportamentos, formas de pensar e de agir e as estruturas sociais que impeçam as mulheres de sofrerem actos violentos e “livremente desenvolverem a sua personalidade e a sua participação activa na cultura, no trabalho e na política” (Julieta Sampaio [PS], 1991, P7: 1761). A construção das políticas públicas deveria privilegiar esse caminho.

#### 4.3.4. ASSOCIAÇÕES E ORGANIZAÇÕES: A COLABORAÇÃO DE INSTITUIÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Como temos vindo a assistir, a representação da acção sobre a violência doméstica tende a ser bastante diversificada. Ao longo destes vintes anos, os políticos têm vindo a pensar e implementar estratégias de acção com actores bastante diversos. Um dos seus principais elementos são as associações, organizações e instituições de cariz não-governamental que actuam na área da violência, da igualdade e na defesa das causas das mulheres. Assistimos, em 1998, a uma ocorrência bastante elevada deste *frame*, relativamente às outras formas de representar a acção. No entanto, verificámos uma diminuição progressiva da sua ocorrência, nos debates analisados, à medida que fomos avançando no tempo.

Dentro do *frame* das instituições não-governamentais incluímos os temas associações, casas-abrigo e redes. Este último surge sempre que num parágrafo aparece a acção sobre o problema da violência doméstica, equacionada sob a forma de intervenção ou implementação em rede. As associações referem-se às associações de mulheres, organizações da sociedade civil que apoiam as mulheres ou as suas causas, organizações não-governamentais ou instituições privadas. Das instituições privadas descritas em 1991, passando pelas associações de mulheres, às organizações não-

governamentais e da sociedade civil presentes em 2011, encontramos várias formas de descrever e apresentar a evolução deste meio de intervenção.

Atribui-se aos movimentos feministas um papel determinante na visibilidade dada a determinados comportamentos contra as mulheres, comportamentos esses que ao longo dos anos têm vindo a ser considerados como reprováveis, tanto social como legalmente. Defende-se que foram estes movimentos que vieram chamar a atenção para as situações graves que estavam a acontecer, diariamente, contra mulheres de todas as idades e estratos sociais. Actualmente continua a esperar-se deste tipo de organizações um importante papel no apoio e mobilização, em especial das mulheres, com vista a uma sociedade mais igualitária e solidária.

Ao nível do tipo de acção a desempenhar, as associações são representadas como assistentes na intervenção estatal, constituindo-se como uma fonte inquestionável de recursos e possibilidades oferecidos às mulheres, resultado de uma “solidariedade associativa e institucional, de natureza pública ou privada” (José Luís Ramos [PSD], 1991, P2: 1710) que muito tem oferecido a quem a elas recorre. A estas associações têm sido atribuídos direitos, legítimos a todos os níveis, de modo a regular esta relação de assistência e a criar condições para apoiar, incentivar e dar autonomia à sua intervenção. Elas têm, na opinião política, “uma voz cada vez mais activa, mobilizando cada vez mais mulheres” (Leonor Beleza [PSD], 1991, P9: 1960) com vista a atingir uma situação de plena igualdade.

É-lhes atribuído, em 1991, um papel “fundamental nesta mudança de mentalidades que se impõe” (Teresa Santa Clara Gomes [PS], 1991, P9: 1958) e que, em 1998, continua a ser visto como “importantíssimo na sociedade aos mais variados níveis” (Isabel Sena Lino [PS], 1998, P13: 3043), devendo caminhar-se no sentido de “alargar os [seus] direitos de participação, intervenção e direito de antena”(idem). Na opinião de alguns políticos, as instituições não-governamentais deveriam merecer um maior apoio directo do Governo, para poderem prestar apoio e encaminhar as mulheres que a elas recorrem.

Encontramos presente, de forma bastante frequente, uma lógica de cooperação entre estas organizações e as governamentais. É defendido pelos deputados que deve ser dado apoio por parte do Governo às organizações não-governamentais, um apoio directo e activo que as torne assistentes na actuação

desenvolvida. São frequentemente vistas como um complemento à acção governamental, muitas vezes por não existirem estruturas públicas para apoio e acolhimento de mulheres vítimas de violência. A representação da protecção e apoio às vítimas encontra-se ligada às associações que actuam na área, onde a protecção e o apoio passam em grande medida pela intervenção e reforço dos meios de actuação destas organizações. A mudança de mentalidades, através da defesa da igualdade entre mulheres e homens, encontra-se também bastante relacionada a estas associações, na medida em que estas desenvolvem várias actividades que têm como objectivo uma efectiva igualdade de oportunidades e tratam de dar visibilidade a casos em que isso não acontece.

São dos actores mais importantes na acção sobre a violência doméstica mas representados enquanto assistentes, colaboradores, uma extensão do que é feito a nível governamental. Encontramos, algumas vezes, subentendido que estas actuam onde não existem ou não chegam as estruturas e a intervenção pública. Apesar disto, defendem alguns actores políticos que ainda têm pouca representatividade institucional e oficial, quando, de um ponto de vista operacional, desempenham um “papel extremamente importante no apoio a mulheres carenciadas e na execução de projectos relacionados com a igualdade e com a participação das mulheres na vida social, profissional, cultural e política” (Maria de Lourdes Lara [PSD], 1998, P13: 3043).

Dentro da acção representada através das instituições não-governamentais, e ligadas às associações, temos a questão das casas-abrigo, casas de apoio ou casas de acolhimento, consoante foram sendo definidas pelos actores políticos nos diversos contextos em análise. Este conceito surge, no nosso estudo, em 1991, através da noção de abrigo provisório para as mulheres maltratadas, em centros de atendimento, onde existe a obrigação de lhes prestar a informação necessária, garantir a sua segurança e integridade física em casos em que exista o risco de a vítima ser submetida a novos episódios de violência.

Defende-se, ao longo dos vários momentos em análise, a criação e disponibilização de espaços de abrigo que proporcionem, numa situação em que o risco é iminente, um local onde as vítimas onde possam permanecer longe do agressor. Um local, confidencial e não violento, onde as vítimas disponham de todas as condições necessárias para a sua sobrevivência e bem-estar e que lhes permita, de

forma progressiva, um tomar de consciência de si próprias e da capacidade de tomar as decisões para a mudança das suas vidas.

Apela-se a “uma implementação séria da rede de casas de abrigo e adequada protecção face à recorrente pressão do agressor” (Luís Fazenda [BE], 2000, P5: 1006). Chega-se a afirmar que não é possível resolver o problema da violência doméstica existente sem “casas de refúgio, onde as mulheres possam recuperar a sua liberdade e segurança” (2000, P19: 277) e que “quaisquer tentativas, políticas, legislativas ou sociais no sentido de combater e prevenir o flagelo da violência doméstica serão infrutíferas sem a existência de estruturas concretas, eficazes e gratuitas de auxílio à vítima, em particular no que se refere a uma rede de casas de apoio” (idem).

Recentemente, o debate acerca deste tema foca-se na sua distribuição geográfica e financiamento. Afirma-se que existem 34 casas-abrigo pertencentes a 31 entidades particulares sem fins lucrativos, não existindo nenhuma pública. O debate apela à sua criação, ao envolvimento, mais uma vez, por parte do Governo na criação de infraestruturas de apoio às vítimas. Por outro lado, procura-se o reforço do financiamento das existentes que, em sede orçamental, contam, cada vez mais, com um valor inferior às expectativas existentes. É necessário o seu reforço para a implementação de uma estrutura forte a este nível que ultrapasse a carência existente e cubra todo o país.

As várias instituições de cariz não-governamental que actuam na área da igualdade e violência contra as mulheres são entendidas como um dos principais meios para a acção sobre o problema da violência doméstica. Seja pela via da colaboração, seja por iniciativa própria, a acção levada a cabo por estas organizações tem sido tida em grande consideração pelos parlamentares. São representados como um dos principais agentes no terreno que ajudam a promover a assistência aos problemas da sociedade. São entendidos como assistentes e parceiros de uma intervenção alargada que, apesar de independentes, são fortemente regulados pelo poder governamental. O seu financiamento depende bastante de dinheiros públicos e o seu reforço está intimamente ligado a opções políticas. Funcionam onde as organizações governamentais não conseguiram, ou não querem chegar. Promovem, nas opiniões dos deputados, um papel muito importante aos mais vários níveis, excepto, defendemos nós, na decisão e construção das políticas públicas.

Dever-se-ia, por um lado, automatizar o seu financiamento e procurar reduzir a componente pública e, por outro, dar mais poder e voz a este tipo de organizações e aos seus técnicos, constituindo-se como parte integrante na concepção das políticas públicas na construção de um sistema comum de significados, que ajude a erradicar uma mentalidade que promove situações de violência contra as mulheres. Os enquadramentos construídos em torno da violência doméstica nas políticas públicas analisadas raramente partem deste tipo de organizações, mas têm nelas um dos seus alvos, nomeadamente na representação da acção a ser levada a cabo.

#### 4.4. PARTIDOS E QUADROS IDEOLÓGICOS

Tendo em conta a perspectiva adoptada neste estudo, que defende que as representações encontradas sob a forma de temas que revelam os *frames*, reflectem a forma de pensar e de agir dos actores políticos, procurámos tentar perceber se existem diferenças entre as representações segundo o partido ou o Governo que representam. Tínhamos como hipótese de estudo a existência de uma relação entre a origem partidária dos políticos e os *frames* identificados. Aos deputados dos vários partidos juntámos as intervenções feitas pelos elementos do Governo ou órgãos governamentais de modo a verificar se o facto de estar num cargo de decisão política governamental também poderia produzir diferenças nos temas trazidos a debate. Para atingir este objectivo realizámos uma análise às diferenças encontradas entre o que foi referido pelos vários actores, examinando as co-ocorrências<sup>55</sup> entre os *frames* e a origem dos políticos. Verificámos, por um lado, se existe uma relação de dependência entre a distribuição dos *frames* e a origem dos actores políticos e, por outro, se dentro de um tema ou um conjunto de temas existem diferenças consideráveis ao nível do conteúdo do que afirmam os deputados dos vários partidos com representação parlamentar nos diversos momentos em análise.

Tendo como objectivo verificar se a origem partidária ou governamental influencia o que os actores políticos transmitem, os *frames*, começámos por realizar

---

<sup>55</sup> Ver anexo 9.

vários testes de independência do *Qui-quadrado*. Para a totalidade do estudo<sup>56</sup>, verificámos que existe uma relação entre as representações e a origem política ( $\chi^2_{(126)} = 542,268$ )<sup>57</sup>. Esta relação é, contudo, muito fraca ( $VCramer_{(3287)} = 0,154$ ), demonstrando que não existem diferenças consideráveis entre o que foi transmitido nos discursos entre os elementos do Governo e deputados dos vários partidos presentes na Assembleia da República. Ao analisarmos as relações entre as várias categorias das variáveis<sup>58</sup>, verificamos que existe uma maior probabilidade de encontrarmos afirmações dos deputados do Bloco de Esquerda que remetem para os *frames*: âmbito; aspectos do acto; definição de crime e definição de violência. Para o PCP existe uma relação significativa com o Estado e/ou Governo como causa para a violência doméstica e sua prevenção como meio de acção para fazer face a este problema. Para o PRD, destacam-se os valores sociais como causa e a mulher enquanto forma de se olhar e entender o problema. Contudo este resultado pode ser reflexo de apenas existirem elementos deste partido nos momentos iniciais do estudo, onde assistimos a uma frequência elevada deste *frame*. O PS com o Estado e/ou Governo como meio de acção e a família e conjugalidade como causa. Por último, o PSD com valores superiores ao esperado na desigualdade de género apontada como causa.

Relacionando os *frames* com a origem partidária dos deputados dos partidos que estiveram presentes em todos os momentos analisados (PCP, Os Verdes, PS, PSD, CDS-PP), apuramos que existe uma relação ( $\chi^2_{(72)} = 131,737$ ) muito fraca ( $VCramer_{(2811)} = 0,108$ ) entre o que foi dito e o partido a que pertenciam. Verificamos desta forma que apesar de existirem diferenças entre os discursos dos deputados consoante a sua origem partidária, essa influência não é determinante. A nível mais particular, percebe-se uma relação mais forte entre: Os Verdes e o tema da definição de violência; o PCP, a definição de crime e a prevenção; e o PS com o Estado e/ou Governo enquanto meio de acção contra a violência doméstica.

---

<sup>56</sup> Procurámos analisar os vários momentos em separado, mas não estavam verificadas as condições para aplicação do teste do *Qui-quadrado* (existem valores esperados inferiores a 1 e mais de 20% das células com frequência esperada inferior a 5).

<sup>57</sup> Os testes foram realizados para um nível de confiança de 95%. Foram verificadas as condições para a aplicação do teste.

<sup>58</sup> Análise dos resíduos ajustados superiores a 1,96. Estes indicam que o número de casos de cada célula de uma tabela de contingência é significativamente superior ao esperado se a hipótese nula fosse verdadeira e as variáveis não tivessem relação.

Se analisarmos as co-ocorrências dos partidos da esquerda em conjunto (BE, Os Verdes, PCP, PRD e PS) e de direita (PSD e CDS-PP), verificamos que não existe relação entre os *frames* apontados e a origem ideológica dos deputados ( $\chi^2_{(18)} = 28,486$ ). Se desdobrarmos a nossa análise em três categorias – partidos de esquerda (BE, Os Verdes e PCP), de centro (PS, PRD e PSD) e direita (CDS-PP) – verificamos que existe uma relação ( $\chi^2_{(36)} = 106,944$ ) mas que continua a ser fraca ( $VCramer_{(3091)} = 0,131$ ). Encontrámos relações particulares entre: os partidos de centro e o Estado e/ou Governo como meio de acção sobre a violência doméstica e também os valores sociais apontados como causa para este problema; e os partidos de esquerda com os aspectos do acto, a definição de crime e a definição de violência, todos eles *frames* da dimensão da definição do problema de violência doméstica que tem afectado a nossa sociedade.

Analisando os *frames*<sup>59</sup> e os temas<sup>60</sup> mais referidos nos discursos o Estado e/ou Governo, apontado enquanto meio de acção para a erradicação da violência doméstica, aparece como um dos dois *frames* mais referidos por cada um dos partidos, excepto pelo BE. A lei e os aspectos normativos surgem em segundo lugar nas co-ocorrências mais registadas e estão entre os três *frames* mais apontados pelo BE, PS, PSD, CDS-PP e elementos do Governo. A desigualdade de género aparece como a causa mais apontada por todos os partidos, excepto pelo BE e pelo PRD. O tema individual mais referido, a violência doméstica, está entre os três temas mais referidos pelo BE, CDS-PP, PS e PSD. As comissões e a igualdade que aparecem em segundo e terceiro lugares na listagem de temas mais referidos, são dois dos três mais apontados nos discursos do PS e PSD. O PCP apresenta um comportamento um pouco diferente, com os discursos dos seus deputados a focar mais os aspectos em torno da definição de violência, das mulheres vítimas e das questões relacionadas com o mundo do trabalho, enquanto causa para as situações de violência doméstica.

Verificamos, desta forma, que, apesar de estatisticamente existir uma relação entre os *frames* e os partidos, esta relação é muito fraca, o que indicia que não existem diferenças consideráveis nos temas mais falados entre os vários partidos. Aquilo que os preocupa e o que se discute é muito similar entre eles, não sendo, de uma forma global, a ideologia partidária um factor preponderante neste ponto.

---

<sup>59</sup> Ver anexo 9, ponto 1.

<sup>60</sup> Ver anexo 9, ponto 8.

Ao nível da própria opinião sobre a ideologia partidária e as diferenças que poderiam ocorrer entre os diversos partidos encontramos algumas opiniões que nos dizem que a acção face à violência doméstica não conhece grandes diferenças e barreiras entre os diversos partidos como vemos demonstrado nas opiniões recolhidas no período inicial e no final do estudo: em 1991, Maria Santos (Os Verdes) afirmou, a propósito das questões de igualdade na sociedade, que “um País não se constrói só nas instâncias do poder político, faz-se sobretudo no quotidiano e aí, estamos todos nós, independentemente dos nossos posicionamentos ideológicos” (1991, P7: 1756); em 2011, Paula Nobre de Deus (PS) afirma, acerca do debate sobre violência doméstica, que “esta matéria não conhece fronteiras ideológicas e tem estado, ao longo dos tempos, no centro das preocupações de todos os partidos (2011, P21: 19).

Mesmo as diferenças que possam existir nos vários momentos nas formas de pensar dos deputados tendem a esbater-se com o evoluir do debate, como nos demonstra Francisco Louçã (BE) quando, em 2000, nos diz que “esta iniciativa (acerca projectos de lei nº. 21/VIII - Violência contra a mulher na família - «crime público»), que foi proposta e agendada pelo Bloco de Esquerda, foi Importante para todos os grupos parlamentares. Foi importante para se fazer um balanço daquilo que já foram discussões e medidas legislativas anteriores, foi importante para propor novas resoluções e novas medidas legislativas. Verifica-se até que todos evoluíram nesta discussão, havendo algum sinal de convergência (...) Mas se é importante para os grupos parlamentares, é essencial para o País, não nos perderemos em discussões sobre quem começou primeiro (...) Preocupar-nos-emos, em contrapartida com a coerência das medidas que possam resultar da discussão construtiva que aqui seja feita (2000, P5: 1012). Em 2011, a deputada Maria Manuela Augusto (PS) disse, dirigindo-se às deputadas Rita Rato (PCP) e Francisca Almeida (PSD), que, relativamente ao combate à violência doméstica, “esta é uma matéria que deve merecer, de facto, o nosso esforço colectivo – e eu disse-o ali, há pouco, na tribuna –, não deve servir para exhibir qualquer tipo de confronto entre as nossas bancadas, entre os nossos grupos parlamentares, porque estamos aqui todos e todas numa atitude construtiva a trabalhar sobre este problema que constitui um fenómeno que nos preocupa e que queremos erradicar (2011, P24: 50).

No entanto, é normal não existir um acordo total em todas as iniciativas apresentadas, como vemos exemplificado nas palavras da deputada Ana Maria Rocha



(PS): “Mas, a esta postura coerente e articulada do Governo, contrapõem-se a dos restantes grupos parlamentares. O projecto de lei que o PCP apresenta é o resultado de uma visão parcial e estreita desta problemática” (2011, P21: 17). A mesma deputada afirma que “as iniciativas apresentadas pelos grupos parlamentares não merecem aceitação desta bancada, mormente por serem incompletas, apresentarem medidas de complexa exequibilidade e mínimo grau de eficácia, mas sobretudo por não se integrarem quer no ordenamento jurídico português quer no europeu, ao qual estamos embrionariamente ligados” (2011, P21: 18).

Abordando um assunto como a família e a conjugalidade enquanto causas das situações de violência doméstica, verificamos que a frequência registada deste *frame* é relativamente próxima à esperada, para os vários partidos, assistindo-se apenas a registos significativamente superiores ao esperado nos discursos dos deputados do PS, o que significa que esta relação de causa-efeito se constitui como uma ideia transversal aos vários partidos com assento parlamentar. Segundo uma perspectiva qualitativa, verificamos que entre as declarações proferidas pelos deputados desses partidos existem algumas diferenças que não são, contudo, consideráveis.

As representações dos deputados do PCP focam-se nas questões relativas à situação mulher no seio da família e na estrutura de organização familiar, como encontramos demonstrado na afirmação de que “as razões profundas que conduziram [a situações de violência] (...) encontramo-las numa estrutura de organização familiar precedendo a formação do Estado” (Odete Santos [PCP], 1991, P2: 1700).

Os discursos dos deputados do PS incidem mais sobre os comportamentos e as situações que ocorrem no seio da família e as razões para as situações de violência são “fundamentadas no conservadorismo político-cultural da sociedade portuguesa no que às doenças sociais diz respeito. O que se passa no interior da família é tabu, sujeito aos mitos familiares. Enraizados em crenças que se transmitem através das gerações” (Elisa Damião [PS], 1991, P2: 1702). Defende-se que a questão da violência contra as mulheres “não deve ser dissociada das transformações profundas que nos últimos anos se têm feito sentir ao nível dos processos sociais e dos modelos familiares, nomeadamente no que se refere ao papel social e familiar da mulher e às desigualdades entre os sexos, profundamente enraizadas no corpo social em que essas mudanças se operam” (Isabel Sena Lino [PS], 1998, P10: 2293).

Os deputados do PSD focam-se mais nas condições a serem dadas às famílias no sentido de “proporcionar à família uma maior estabilidade diminuindo-lhe o stress diário” (Maria Luísa Ferreira [PSD], 1991, P2: 1703). Referem-se ao espaço casa e família como o espaço em que esta violência é a mais denunciada. A família e as relações de conjugalidade são influenciadas por factores externos, como as questões financeiras e a agressividade na sociedade, e que é nesse “ambiente de agressividade e violência que se desenvolvem as relações familiares em geral e, obviamente, as relações conjugais” (Correia de Jesus [PSD], 1998, P13: 3039). Pretende-se uma “política de família moderna, em que a família é vista como uma comunidade familiar, como um espaço de participação, igualdade e diálogo” (Correia Afonso [PSD], 1991, P9: 1974).

Nos discursos dos deputados do CDS-PP encontramos uma concepção do espaço família tradicionalmente entendido como um espaço seguro e que hoje é considerado um espaço de violência. Este tornou-se num “espaço que não é securizante, que não é afectivo, é um espaço de risco e de violência” (Maria José Nogueira Pinto [CDS-PP], 1998, P10: 2290). Fala-se na família como um local “onde os problemas se cruzam e onde também, tradicionalmente, se resolveram” (idem).

Verificamos que não existem diferenças substanciais entre o que é transmitido pelos actores políticos dos diversos partidos a família e a conjugalidade são apontadas de forma transversal por todos como uma das causas para o problema da violência doméstica. Observa-se, sim, uma diferença nos aspectos que uns e outros focam mais. Uns falam mais sobre a organização da família, outros dos aspectos que influenciam externamente a família e quem determinadas consequências no seu interior. Mais do que diferenças entre os discursos dos partidos com representação parlamentar encontramos alterações mais profundas entre os vários momentos em estudo. Em 1991, as ocorrências acerca da família apontavam à sua organização e às relações familiares. Em 1998 e 2000, fala-se mais das representações em redor do espaço casa e família, o espaço em que ocorrem as situações de violência, talvez consequência dos resultados dos estudos que o apontam como o local onde acontecem a maioria das ocorrências de violência contra as mulheres. Em 2011, os comentários focam-se nos aspectos relacionados com a conjugalidade e relações existentes. Deixa-se de focar o espaço família numa perspectiva geral para se falar nas relações de intimidade, mesmo que não exista coabitação.

Vemos que existem factores que influenciam mais as percepções e as representações que a origem partidária dos deputados e que, ao longo do tempo, assistimos a alterações profundas em diversos *frames* em análise. Acreditamos que aquilo que é aconselhado pelas instâncias internacionais e os resultados dos estudos realizados em Portugal nos últimos anos possam ser factores mais decisivos para as diferentes representações encontradas.

## CONCLUSÃO

A violência doméstica é um problema social e político que tem estado presente na agenda política e que tem sido alvo de debate ao longo das duas últimas décadas. Para termos uma ideia, a expressão «violência doméstica» foi encontrada, nos sumários dos diários da Assembleia da República (I Série), em 26 ocasiões<sup>61</sup>. Se alargarmos a pesquisa ao texto integral dos diários vemos que a mesma expressão é encontrada em 437 páginas de 155 diários. As primeiras referências nos sumários remontam a 13 de Janeiro de 2000 e a primeira vez que se falou de violência doméstica no parlamento foi em 11 de Março de 1998. Desde essa altura que assistimos a um aumento progressivo no número de debates em que são discutidos aspectos relacionados com a violência doméstica. Sendo um problema social relativamente recente na sociedade portuguesa, este trabalho permitiu-nos avaliar as principais preocupações e representações que os políticos têm na concepção das políticas públicas que incidem sobre esta área. Permitiu-nos avaliar o que os preocupa mais e quais os valores que estão por detrás daquilo que transmitem e realizam.

Ao longo dos vários momentos em análise tivemos oportunidade de verificar o que constava da sua agenda política, reflectidos nos resultados que observámos e apresentámos no capítulo 4. Os assuntos escolhidos para debate influenciam o que nele se encontra presente permitindo, desta forma, para além de avaliar de uma forma particular as representações dos políticos, expor, numa perspectiva mais ampla, os assuntos mais importantes para o debate tendo em conta a agenda que foi sendo definida para agir sobre a violência doméstica. Em 1991, temos o início do debate acerca da violência doméstica, centrado na violência contra as mulheres, uma violência mais geral, em grande medida fundamentada pela desigualdade existente entre homens e mulheres nos vários sectores da vida social. Para 2000, abordámos alguns textos referentes à II Série dos Diários da Assembleia da República, que ainda que não incluindo debates, são também reveladores das suas representações. Vieram reflectir a evolução e as mudanças ocorridas em 1998. Em 2011, assistimos à continuidade da evolução na forma de olhar e abordar este problema, com a preocupação em debater

---

<sup>61</sup> Dados da ferramenta de pesquisa do portal dos Debates Parlamentares da Assembleia da República (<http://debates.parlamento.pt>)

a violência doméstica de uma forma mais específica, apresentar as suas bases e desenvolver acções com vista à sua erradicação.

O problema social e político da violência doméstica surge da visibilidade dada pelos movimentos feministas e associações de mulheres a determinados comportamentos, como o acto de bater na mulher, que eram considerados como normais e faziam parte do quotidiano da sociedade portuguesa. A par das recomendações que foram surgindo a nível internacional, revelaram um tipo de violência que afectava as mulheres nas mais diversas áreas da sua vida. Surgiu, desta forma, na agenda política, um debate que visava proteger as mulheres das situações de violência e desigualdade por que passam na sociedade, culminando, em 1991, com a apresentação da primeira lei que visava garantir a protecção adequada às mulheres vítimas de violência (Lei n.º 61/91). Em 1995, os dados resultantes do inquérito nacional “Violência contra as mulheres” confirmaram a dimensão deste fenómeno com dados de elevada prevalência de situações de violência que tinham como principal alvo as mulheres.

Entre 1991 e 2000, assistimos a uma evolução considerável na definição do problema sobre o qual os políticos se foram debruçando ao longo desses anos, com uma explicitação mais rigorosa sobre a violência doméstica e o que está por detrás desta definição. Fruto dos resultados dos estudos e, mais uma vez, das recomendações internacionais, passou-se a definir e a falar cada vez mais de uma violência com contornos específicos que afecta, na sua maioria, as mulheres no espaço casa ou família. Após a realização do Inquérito Nacional sobre Violência de Género exercida contra mulheres e homens (2007), vemos, em 2011, que os debates são marcados por questões cada vez mais específicas da violência doméstica, começando a revelar-se um novo conceito, violência de género, que vem trazer novas e importantes considerações a esta discussão. As políticas públicas acompanharam, tanto na definição deste problema como das suas causas, as principais conclusões dos estudos que foram sendo realizados, ponto sobre o qual nos vamos debruçar de uma forma mais aprofundada um pouco adiante.

As primeiras representações dos políticos acerca do problema da violência doméstica e da sua evolução foram concebidas a partir dos elementos dados pelas associações, instâncias internacionais e pelos vários estudos realizados, fornecendo o

*background* cognitivo dos deputados. Foram os primeiros dispositivos simbólicos partilhados em torno do problema da violência doméstica e com os quais os actores políticos têm interagido e partilhado nos debates parlamentares.

A origem das principais considerações e motivações para a concepção e implementação de políticas aparece, em 1991 e 1998, bastante marcada pelas considerações que nos foram dadas pelas instâncias internacionais. Várias são as referências a convenções e recomendações partilhadas a um nível internacional, posteriormente adoptadas ou adaptadas à realidade portuguesa. Assistimos desta forma a uma concepção política que parte do exterior do sistema político nacional, que é trazida a debate público e à agenda política pelo movimentos feministas e associações de mulheres, e que é desenvolvida a partir de acordos internacionais. A origem da política é externa e o seu destino é a norma.

Em praticamente todos os momentos em análise, os aspectos normativos predominam nas representações dos políticos. São dos temas mais referidos em todos os períodos investigados, servindo para dar forma às políticas públicas através de leis, decretos-lei e alterações ao Código Penal. O debate em torno dos aspectos normativos é uma preocupação constante de todos os políticos e partidos presentes na Assembleia da República. É certo que é o principal meio de instrumentalização das políticas por parte deste órgão legislativo, no entanto são apontadas inúmeras limitações a esta estratégia e a esta forma de fazer política, que parte do texto da lei, que põem em causa uma mudança que se pretende de mentalidades e comportamentos face às mulheres no espaço casa ou família, nas relações de conjugalidade ou de ex-conjugalidade. Vários são os exemplos apresentados de que a realidade presente na lei não encontra correspondência prática na vida das pessoas, a alteração da lei não implica uma alteração directa dos comportamentos. Os políticos demonstram nos discursos um enorme dilema e ambiguidade que não têm conseguido ultrapassar. Por um lado, compreendem que esta forma de agir tem inúmeras limitações, por outro, continuam a intervir desta forma, procurando, nos últimos debates analisados, aperfeiçoar iniciativas normativas já existentes e implementadas.

As representações em torno da mulher e do seu papel na sociedade foram em 1991, um dos temas mais presentes nos discursos. Os políticos demonstraram uma enorme preocupação em apresentar situações de desigualdade ou violência sobre as

mulheres, situações que colocavam as mulheres numa posição de inferioridade face aos homens, acompanhadas de exemplos históricos de mulheres e homens que tinham contribuído para as erradicar. Vários foram os discursos que defendiam um novo papel da mulher na sociedade, na família e na sua vida pessoal. Os elementos que apareciam associados à representação e à imagem da mulher trazidos a debate pretendiam a sua valorização, a conquista de um lugar de igualdade das mulheres perante os homens e a sua valorização na sociedade nos seus diversos domínios. Nos momentos posteriores, especialmente em 2011, a mulher aparece associada à sua vitimação. Na maioria das vezes que se fala da mulher fala-se da sua situação enquanto vítima, descrevendo-se os actos de que sofrem, aquilo a que estão sujeitas e todos os meios e acções de apoio, acompanhamento, protecção, abrigo e acompanhamento. Assistimos a uma mudança nas estruturas de pensamento dos políticos, os elementos associados à mulher alteraram-se e a forma de entender e enquadrar este tema sofreu uma conversão, acabando num extenso debate acerca do estatuto da vítima.

A representação do próprio acto em si sofreu alterações. A violência que partiu de uma consideração em torno de maus tratos, passou a ser vista mais recentemente a partir de uma interpretação significativa bastante mais formal. O enquadramento passou a ser realizado a partir do conceito de crime, focando-se mais uma vez na lei e na norma. Seguir esta estratégia pode dificultar a mudança de mentalidades e impor sérios limites à capacidade de afectação de valores à sociedade. Ao determinados actos não serem criminalizados, ou as pessoas não entenderem que determinado acto é um crime ou não, da mesma forma que se encontra expresso na lei, pode estar-se a contribuir para uma perpetuação de determinadas condutas violentas contra as mulheres. Mais uma vez, a dimensão normativa é o meio de tentar introduzir um novo enquadramento, uma nova representação e forma de agir na sociedade. A conversão das representações das pessoas tem-se mostrado extremamente difícil por esta via. Consideramos que algo de diferente tem de ser pensado e realizado.

Ao nível dos actos e das vítimas, temos assistido, ao longo do tempo a uma maior abrangência e explicitação dos vários tipos considerados. Inicialmente visto como um problema que partia apenas da violência física ou maus tratos, as representações encontradas nos discursos permitem-nos concluir que passaram a estar presentes no foco de atenção dos políticos outras formas de violência, como o

caso da violência psicológica e da sexual. Aparece reflectida nos discursos uma preocupação cada vez maior em enumerar e distinguir novos tipos de violência, conceptualizando cada um deles de forma diferente, com opiniões específicas sobre as consequências e meios de detecção das situações em que ocorrem. Ao nível das vítimas, entre os vários períodos analisados, fala-se cada vez mais dos idosos e das crianças. No último período, surge na discussão que os homens também são vítimas. Este alargar das considerações acerca das vítimas pode trazer alguns efeitos negativos à acção face à violência doméstica. Se, por um lado, é positivo debater e procurar proteger deste problema todas as suas vítimas, os dados apontam para o facto de serem as mulheres maioritariamente quem mais sofre com estes actos. Ao estar a desconsiderar-se esta dimensão e a alargar de uma forma demasiado trivializada as percepções acerca das principais vítimas deste fenómeno, podem-se estar a criar representações difusas para a sociedade, quando o que se pretende atingir é uma maior clarividência nas políticas e nas acções que visam erradicar este fenómeno.

Outro aspecto, relacionado com os homens, que tem surgido de forma cada vez mais frequente nos debates mais recentes, é o foco no agressor e na acção pensada com vista à sua reabilitação. Em 2011, são inúmeras as referências que referem e prevêem programas de reabilitação dos agressores de modo a prevenir a sua reincidência, algo que ainda não foi suficientemente avaliado de modo a poder-se aferir a sua eficácia. Por outro lado, surge uma preocupação em envolver os homens na discussão e no combate à violência doméstica. Mesmo no grupo de deputados que intervêm nos debates parlamentares analisados, com as mulheres a dominarem no primeiro momento, 1991, as intervenções, assistimos com o passar dos anos, especialmente em 2011, a um debate cada vez mais dividido entre homens e mulheres. Assiste-se a uma preocupação cada vez maior em envolver todos os elementos da sociedade na erradicação da violência doméstica, a estratégia de procurar mobilizar os homens na acção e na mudança de mentalidades é importante, mas não deve ser menosprezado nunca o aspecto que estes são os principais agressores de mulheres que quotidianamente sofrem actos brutais de violência, só pelo facto de serem mulheres.

Quando analisamos as causas apresentadas para o problema da violência doméstica que afecta a sociedade portuguesa, vemos que estas se encontram relacionadas com a definição específica a cada momento para este problema. Quando,



em 1991, é debatida uma violência mais geral, com contornos pouco específicos e que afecta as mulheres em todos os domínios da sua vida, as causas apontam maioritariamente a um problema com origem na desigualdade existente entre mulheres e homens nos vários domínios sociais. Quando em 2000, se apresenta no debate dados que apontam para o espaço casa ou família como o local onde ocorrem a maioria dos actos, as causas mais debatidas são em torno da família e da conjugalidade e começa-se a afirmar uma violência com contornos mais específicos, a violência doméstica. Existe uma relação de duplo sentido entre estas dimensões, uma correspondência indispensável à compreensão e acção sobre o problema, como aparece inclusivamente representado nas palavras dos deputados quando em 1991, Herculano Pombo (Os Verdes) afirmou que o “conhecimento profundo das causas objectivas (...) são factores fundamentais para equacionar o problema, tendo em vista encontrar soluções” (1991, P9: 1963). Aquilo com o qual interagem e a forma como equacionam determinada questão determina a estrutura de pensamento dos políticos, influenciando o modo como pensam e o que dizem relativamente a um problema, inter-relacionando todas as suas dimensões. As bases para as representações que aqui analisámos vão além dos limites da definição, das causas ou do tipo de acção a desempenhar, o que rodeia os políticos e o seu *background* cognitivo constituído pelos *frames* molda as suas representações e acção social. Em 2011 focam-se os aspectos económico-sociais como principais causas para as situações de violência. Esta alteração poderá ser o resultado da realidade envolvente e da preocupação mais recente focada nas questões financeiras e no estado da sociedade. Isto ajuda a provar que a interacção dos indivíduos com a realidade que os envolve, mesmo com assuntos que não tenham a ver com o que aqui tratamos acaba por influenciar o problema da violência doméstica. Vemos que o que se passa nos outros domínios políticos e sociais influencia e determina domínios mais específicos como este que aqui analisamos.

Dois dos principais objectivos de um Estado ou Governo são a regulação e a transformação de uma sociedade, neste caso através de uma afectação de valores que pretende corrigir uma situação que se passa transversalmente em toda a sociedade e que pode afectar mulheres de todos os estratos sociais. Os políticos em análise representam grande parte da acção levada a cabo face à violência doméstica a partir do papel e do poder estatal e governamental. Existe a percepção de que se está a agir sobre uma sociedade com um problema enraizado nos seus hábitos quotidianos, um

problema que deve ser resolvido através de uma alteração de mentalidades e comportamentos com uma acção abrangente que promova uma nova afectação de valores, símbolos e significados à população sobre a qual agem. Mais do que um problema que se muda ou extingue com medidas de tipo mais instrumental, em que uma política promove uma reacção e essa reacção pode ser medida em termos de indicadores de realização e de metas, neste caso, a avaliação da mudança de comportamentos e representações é bastante difícil.

Os dados recolhidos pelos órgãos policiais e dos estudos realizados constituem-se como as principais fontes de dados que podem dar-nos respostas acerca da evolução do fenómeno. As participações às polícias são condicionadas pela vontade das vítimas em apresentar queixa e relatar as situações de violência, comportamento que os estudos realizados demonstram que é feito em poucas ocasiões, contribuindo para que o conhecimento estatístico criminal acerca da dimensão deste fenómeno seja ainda bastante incerto e os dados recolhidos não reflectam a realidade existente. Ainda que se tenha assistido a um aumento progressivo do número de queixas apresentadas aos órgãos criminais, ele fica aquém dos valores de prevalência revelados pelos estudos realizados. Muito trabalho há ainda por fazer para a erradicação de um fenómeno que ainda se encontra bastante imerso no silêncio da cumplicidade, entre as paredes de um lar.

A acção é idealizada pelos deputados a partir das Comissões e outros órgãos governamentais, contando com a parceria das associações e organizações privadas e não-governamentais. O que encontramos expresso não é tanto uma lógica de cooperação e trabalho conjunto, mas mais uma estratégia em que as associações e organizações actuam onde o Estado e o Governo não conseguem chegar. São regularmente apresentadas justificações de ordem financeira que impossibilitam uma maior abrangência da acção governamental e dos serviços estatais, não existindo um debate profundo acerca das razões porque isto acontece. O Governo, nas palavras dos deputados, não actua directamente sobre este problema, ele atribui responsabilidades às Comissões e apoia e financia as associações. As Comissões devem promover a implementação de políticas e actividades que generalizem comportamentos e atitudes de igualdade, entre homens e mulheres, e que apoiem, aconselhem e protejam as mulheres vítimas. A actuação conjunta de uns e outros é fundamentada numa parceria onde não existe uma responsabilização clara e uma liderança efectiva nestas matérias.

A própria acção governamental é dividida entre os vários órgãos governamentais, políticos e de intervenção que desempenham funções variadas consoante as suas valências.

Investigar as políticas públicas relativamente ao problema da violência doméstica permitiu-nos analisar as funções e atribuições do Estado e do Governo, que passaram a incidir sobre um âmbito mais privado da vida das pessoas. A acção política entrou no espaço privado da casa, da família e das relações. Sectores da sociedade que anteriormente eram vistos como autónomos da acção política, onde os problemas eram resolvidos internamente pelos seus elementos, começam a ser entendidos como um problema do Estado, do Governo e da sociedade em geral. Este ponto é um dos mais positivos na avaliação que fazemos neste trabalho relativamente à acção política concebida em sede parlamentar. Apesar de ainda haver um longo caminho a percorrer, percebem-se já diferenças na consideração de determinados comportamentos das pessoas. Já não existe um enfoque na sociedade apenas no agressor e na vítima, a responsabilidade é de todos para a visibilidade e o repúdio de determinados actos.

Relativamente às restantes estratégias de acção equacionadas, a prevenção, inicialmente concebida a partir da educação e formação, no último período em análise (2011) aparece associada à protecção. É idealizada a partir de meios coercivos que têm como principal objectivo dissuadir os agressores de realizarem determinados actos. Constitui-se, desta forma, uma prevenção representada a partir de medidas de coacção e do empoderamento das vítimas, por forma a ultrapassarem e abandonarem situações adversas que sofrem no seio das suas relações mais íntimas. Está, deste modo, a apostar-se sobretudo em medidas reactivas e punitivas, o que pode produzir efeitos diferente dos esperados e assim prolongar a existência do problema da violência doméstica.

Da análise às dimensões da definição, das causas e da acção a ser levada a cabo no âmbito do nosso estudo, verificámos que entre os diversos momentos em análise, existiram diferenças consideráveis na forma de entender e agir face ao problema da violência doméstica. Um dos aspectos que mais determina essas diferenças na forma de conceber as políticas públicas são os estudos e os seus resultados. Apesar de não ser um tema com um elevado número de ocorrências, vemos que, em todas as

dimensões, se tem seguido as principais considerações dos inquéritos nacionais realizados em 1995 e 2007. Sobre este tema, vemos nos discursos que o Estado tem promovido a realização de estudos e a produção de conhecimento na área. É a partir da investigação que é produzida informação científica, fundamental para a mudança de mentalidades. Esta informação, validada por critérios científicos, é reproduzida pela classe política servindo de fundamento às discussões e às práticas a atingir. As suas conclusões são apontadas como uma base para a discussão sobre a violência doméstica, investigações que apontam as mulheres como as principais vítimas, que falam de um fenómeno que não é novo, sendo “apenas nova a sua visibilidade como fenómeno, bem como novas são as valorizações de alguns actos que no passado eram tidos como fazendo parte do relacionamento dito “normal” entre homem e mulher” (Jovita Ladeira [PS], 1998, P13: 3040).

Em 1991, os estudos são considerados como insuficientes para abordar correctamente a violência contra as mulheres, visto que ainda não se conheciam todos os pormenores deste fenómeno, onde a sua verdadeira dimensão ainda era mal conhecida, em grande medida por não existirem estatísticas suficientes. Nas palavras de Odete Santos, o Estado deve “apoiar a criação de centros de estudo e investigação sobre a mulher e o apoio às actividades editoriais privadas e cooperativas no domínio dos direitos da mulher contribuirá para a mudança de mentalidades” (1991. P2: 1701). Por outro lado, e de acordo com palavras da mesma deputada, “Num inquérito feito pela Comissão da Condição Feminina só 12% das mulheres interrogadas são de opinião que uma mulher agredida pelo marido deve apresentar queixa às autoridades. Isto porque, em Portugal, em 1990, a violência sobre as mulheres é ainda entendida como uma prática cultural e não como a prática do delinquente” (1991, P9: 1968).

Em 1998, Jovita Ladeira refere num debate parlamentar que, num estudo recente de 1995, “efectuado pela Universidade Nova de Lisboa e encomendado pela Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres, é traçado um quadro da situação da violência contra as mulheres algo preocupante. Este quadro assentou nas seguintes conclusões: as situações mais frequentes de violência correspondem a casos em que os autores são homens; quando as acções se fazem no espaço familiar, são sobretudo os maridos ou companheiros que as praticam; o espaço onde a violência física contra as mulheres é mais frequente é o da casa/família; é notória a falta de reacção das mulheres aos actos de que são vítimas, ou o remeterem-se a simples

reações passivas; são muito pouco frequentes os casos de reação violenta e de reações jurídico-penais. Acresce a estas conclusões o facto de mais de 50% das mulheres dizem ter sido alvo de, pelo menos, um acto de violência ou discriminação” (1998, P13: 3040). Assistimos, desta forma, ao resumir de forma bastante clara e precisa das principais conclusões do inquérito realizado em 1995. Estes dados são mencionados também em 2000, no relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na discussão do projecto de lei n.º 21/VIII – Violência contra a mulher na família – «crime público» (2000, P19: 242).

Em 2011, os debates parlamentares incidem mais sobre os dados resultantes das estatísticas recolhidas pelos diversos órgãos criminais e associações, apoiados pelas conclusões das investigações realizadas, em particular do inquérito nacional Violência de Género, realizado em 2007. Apresentam-se e debatem-se dados recolhidos acerca do número de homicídios, em especial, entre cônjuges. Os dados dos inquéritos são utilizados para comparar com as estatísticas recolhidas pelas autoridades, com Jorge Lacão (Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros) a referir que, “sendo inquestionável que os números relativos à violência doméstica têm vindo a subir todos os anos nos dados identificados pelos órgãos de polícia criminal, não é menos verdade que o conhecido Inquérito Nacional sobre Violência de Género vem revelar uma diminuição, no período de uma década, de cerca de 10% do nível de vitimização entre as mulheres” (2011, P21: 7). Por outro lado, para relatar e sustentar outras abordagens, temos como exemplo as palavras de Ana Maria Rocha (PS) ao referir que “Sabemos – e há estudos sobre essa matéria, nomeadamente o estudo do Professor Manuel Lisboa – que os homens, ainda que em menor número, também são vítimas de violência doméstica. E quanto a estes o diploma é completamente omissivo” (2011, P21: 17). Neste período, apesar de ser frequente o número de estatísticas apresentadas, os estudos continuam a constituir boa parte do suporte para a abordagem deste problema. No entanto, deve sempre existir algum cuidado na contextualização dos dados e conclusões apresentadas. Porque se, por um lado, vemos que os dados são usados para relatar uma diminuição na vitimação, quando sabemos que a sua prevalência, apesar de ter diminuído, ainda é bastante elevada, são por outro lado, utilizados para abordar a vitimação dos homens. Uma análise dos resultados do inquérito mostra-nos, no entanto, que eles, apesar de também vítimas, são-no de uma violência com traços diferentes da das mulheres. A

maioria das ocorrências contra os homens têm como agressores pessoas do mesmo sexo e ocorrem sobretudo no espaço público.

Em jeito de súmula, podemos afirmar que as políticas públicas concebidas em torno do problema da violência doméstica procuram fundamentalmente a difusão e partilha de novas representações para a sociedade. Explicita-se um problema e as suas especificidades, alteram-se os discursos de acordo com o conhecimento que vem sendo partilhado tanto internamente como de fora de Portugal, age-se de modo a consciencializar uma população para uma mudança que se apresenta como urgente e indispensável. Estas políticas têm como um dos princípios fundamentais envolver pessoas e mobilizar a sociedade para a alteração de comportamentos, uma mudança de representações socialmente partilhadas. Verificámos, nos debates, uma dificuldade em promover essas mudanças, uma resistência a políticas que pretendem agir sobre aspectos cognitivos da sociedade que regulam. Existe uma resistência à alteração por parte da sociedade, é um jogo de poderes de influências entre políticos e pessoas através das políticas públicas, uma abordagem do sector político sobre uma questão anteriormente entendida como privada.

Assistimos a um triângulo entre a sociedade, o poder político e os problemas sociais, num jogo constante de imposição de valores partilhados politicamente e que pretendem afectar a vida social. O processo de concepção de políticas públicas começa pelo alerta na sociedade, passa por um processo de inovação ao nível dos discursos, atitudes e das próprias políticas, e termina numa tentativa de resolver determinado problema através da partilha de um conjunto de símbolos e significados comuns entre políticos e cidadãos. No processo de tentar atingir na sociedade uma nova forma de olhar e agir sobre determinados comportamentos, presenciámos alguns entraves, especialmente na generalização que se pretende entre a norma e a sociedade, entre os políticos e as pessoas que aqueles governam. No caso que abordámos no nosso trabalho, o problema da violência doméstica, existe uma indefinição na mudança que se pretende atingir, não encontra uma estratégia integrada de pensamento e acção que permita generalizar representações. Apesar da diminuição das participações e da vitimação, assistimos a uma resistência na alteração de comportamentos da população relativamente aos actos de violência, estando ainda longe da erradicação do problema.

Ao longo dos vários períodos em análise, não existem *feedbacks* acerca das políticas que foram sendo criadas e pouco se comenta acerca dos impactos produzidos na sociedade. Apesar de estarmos a falar de políticas de significação que pretendem mudar mentalidades, dimensão difícil de quantificar, esperávamos encontrar avaliações, que contivessem mais do que indicadores de execução e implementação de indicadores ou número de acções, avaliações objectivas com base em opiniões de técnicos, pareceres oficiais e resultados de investigações acerca da adequabilidade das políticas criadas à realidade portuguesa e do seu impacto na sociedade. É verdade, que em 2011, encontrámos algumas referências ao aperfeiçoamento das políticas existentes, o que pressupõe, à partida, que foram identificadas algumas falhas, mas não existe uma apresentação ou discussão clara dessas falhas, quais são, se são estruturais ou não, ou que problemas apresentam.

Concluindo podemos apresentar algumas considerações gerais que defendemos deveriam ser tomadas tendo em vista a erradicação de um problema que afecta a sociedade, cujo impulso para a mudança, de algo profundamente enraizado nos hábitos e nas concepções mentais de acção das pessoas, está nas mãos não só dos decisores políticos mas também da população em geral. O foco para a erradicação deste problema deve passar pela prevenção, uma prevenção baseada nos princípios de uma violência de género, e que promovam um combate a uma diferença de papéis entre homens e mulheres, de desigualdade de poder em favor dos primeiros. As representações sociais são das causas com mais impacto nesta área. Tem de se mudar a sociedade; mudar as leis, em 20 anos, não chegou.

Numa perspectiva futura seria interessante alargar o âmbito deste estudo. Por um lado, realizar uma investigação interdisciplinar que cruzasse as várias abordagens que se podem fazer ao nível da análise da acção política. Analisar as políticas, as leis, os planos e entrevistar os políticos e informadores privilegiados na área, de modo a construir um mapa de representações, formais e informais, acerca da acção política sobre a violência doméstica. Por outro lado, seria interessante analisar do lado da população, entre vítimas e não vítimas, as representações existentes acerca dos actos de violência contra as mulheres e, mais do que isso, recolher as percepções e a análise que esses dois grupos fazem relativamente às políticas públicas nesta área. Qual será a avaliação que as pessoas fazem às políticas que têm sido implementadas na área? Qual será o seu nível de conhecimento? Que pontos positivos ou negativos são apontados?

Uma avaliação deste tipo seria ímpar na nossa sociedade: avaliar de que forma têm evoluído as bases do pensamento das pessoas e a influência que os políticos e a acção pública tem sobre estas seria algo inovador e, por certo, bastante produtivo para a prossecução ou não de determinadas políticas, a escolha de um estilo, opção por uma estratégia de acção política e de concepção de políticas públicas.



## BIBLIOGRAFIA

- Anderson, J. E. (1975). *Public Policy-Making*. London: Thomas Nelson & Sons.
- Badia, M. C. (Ed.). (2008). *Manual de ciencia política* (3.ª ed.). Madrid: Editorial Tecnos.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barroso, Z. (2007). *Violência nas Relações Amorosas*. Lisboa: Edições Colibri/SociNova.
- Benford, R., & Snow, D. (2000). Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, N.º 26, pp. 611-639.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. New York: The Free Press.
- Blay, E. A. (2003). Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, 17 (49), pp. 87-98.
- Blumer, H. (1986). *Symbolic interactionism: perspective and method*. Berkeley: University of California Press.
- Capucha, L., Ferreira de Almeida, J., Pedroso, P., & Vieira da Silva, J. (1996). Metodologias de avaliação: o estado da arte em Portugal. *Sociologia - Problemas e Práticas*, Nº22, pp. 9-27.
- Casimiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: a questão da simetria de género. *Análise Social*, vol. XLIII (3ª), pp. 579-601.
- Cefaï, D. (2001). Les cadres de l'action collective. In D. Cefaï, & D. Trom, *Les formes de l'action collective* (pp. 51-98). Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2005). *The sage handbook of qualitative research*. London: Sage.
- Dye, T. (1992). *Understanding public policy* (7th ed.). New Jersey: Prentice Hall.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), pp. 51-58.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

- Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1989). Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. *American Journal of Sociology*, Vol. 95, N.º 1, pp. 1-37.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- Goffman, E. (1986 [1974]). *Frame analysis* (1986 ed.). Boston: Northeastern University Press.
- Gonos, G. (1977). "Situation" versus "frame": the "interactionist" and the "struturalist" analyses of everyday life. *American Sociological Review*, Vol. 42, pp. 854-867.
- Goodin, R. E. (1982). *Political theory and public policy*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Guerra, I. C. (2006a). *Participação e Acção Colectiva*. Cascais: Princípia.
- Guerra, I. C. (2006b). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia.
- Hagemann-White, C. (2006). *Combating violence against women*. Strasbourg: Directorate General of Human Rights.
- Hajer, M., & Laws, D. (2008). Ordering thought discourse. In *The Oxford Handbook of Public Policy* (pp. 251-268). New York: Oxford Univesity Press.
- Hiernaux, J.-P. (2005). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (2.ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Howlett, M., Ramesh, M., & Perl, A. (2009). *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems* (3ª ed.). Canada: Oxford University Press.
- Jodelet, D. (1989). Repésentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (dir.), *Les Représentations Sociales* (pp. 31-61). Paris: Presses Universitaires de France.
- John, P. (1998). *Analysing public policy*. London and New York: Continuum.
- Johnson, M. P., & Ferraro, K. J. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: Making distictions. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 4, pp. 948-962.
- Johnston, H. (1995). A Methology for Frame Analysis: From Discourse to Cognitive Schemata. In H. Johnston, & B. Klandermans, *Social Movements and Culture* (pp. 217-245). Minneapolis: University of Minnesota Press.

- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: an introduction to its methodology* (2ª Ed.). London: SAGE.
- Lehrner, A., & Allen, N. E. (2008). Social Change Movements and the Struggle Over Meaning-Making: A Case Study of Domestic Violence Narratives. *American Journal of Community Psychology*, 42, pp. 220-234.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Lisboa, M. et al. (2006). *Prevenir ou remediar: os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Colibri.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1992). *Representações da violência*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Marvasti, A. B. (2005). *Qualitative research in sociology*. London: Sage.
- Moran, M., Rein, M., & Goodin, R. E. (Edits.). (2006). *The Oxford Handbook of Public Policy*. New York: Oxford University Press.
- Moscovici, S. (1988). Notes toward a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, Vol.18, 211-250.
- Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales. In D. Jodelet (dir.), *Les représentations sociales* (pp. 62-86). Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (2000). *Social Representations – Explorations in social psychology*. Cambridge: Polity Press.
- Moscovici, S., & Hewstone, M. (1983). Social Representations and Social Explanations: From the "Naive" to the "Amateur" Scientist. In M. Hewstone, *Attribution theory* (pp. 98-125). Oxford: Basil Blackwell.
- Muller, P. (2009). *Les politiques publiques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Mutpfay, P. (1997). Domestic Violence Legislation and the Police. *Women & Politics*, 18: 2, pp. 27-53.

- Nachmias, D. (1979). *Public policy evaluation: approaches and methods*. New York: St. Martin's Press.
- Neto, O. C., & Moreira, M. R. (1999). A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência & Saúde Colectiva*, 4(1), pp. 33-52.
- Nunes, J. A. (1993). Erving Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, pp. 33-49.
- Pais, E. (2010). *Homícidio conjugal em Portugal: rupturas violentas da conjugalidade* (2.ª ed.). Lisboa: INCM.
- Pasquino, G. (2002). *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia.
- Peters, B., & van Nispen, F. (Edits.). (1998). *Public policy instruments: evaluation the tools of public administration*. UK, USA: Edward Elgar.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5.ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, C. M. (2001). Políticas Públicas: o espelho da Política. Conjecturas de ordem. In *A Reforma do Estado em Portugal - Problemas e Perspectivas* (pp. 641-658). Lisboa: Bizâncio.
- Snow, D. (2001). Analyse de cadres et mouvements sociaux. In D. Cefaï, & D. Trom, *Les formes de l'action collective* (pp. 27-50). Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Snow, D., Benford, R., Rochford, E., & Worden, S. (1986). Frame alignment processes, microbilization, and movement participation. *American Sociological Review*, Vol. 51, pp. 464-481.
- Snow, D., & Benford, R. (1988). Ideology, frame resonance, and participant mobilization. In *International Social Movement Research*, Vol. 1 (pp. 197-217).
- Schon, D., & Rein, M. (1994). *Frame Reflection: Toward the Resolution of Infractable Policy Controversies*. New York: Basic Books.
- Trevisan, A. P., & van Bellen, H. M. (2008). Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *RAP - Revista de Administração Pública* 42(3), pp. 529-550.
- Turner, B. S. (Ed.). (2002). *Teoria Social*. Algés: Difel.

Vala, J. (2007). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto, *Metodologia das ciências sociais* (14.ª ed., pp. 29-54). Porto: Edições Afrontamento.

Verloo, M., & Lombardo, E. (2007). Contested Gender Equality and Policy Variety in Europe: Introduction a Critical Frame Analysis Approach. In M. Verloo, *Multiple Meanings of Gender Equality: A Critical Frame Analysis of Gender Policies in Europe* (pp. 21-50). Budapest - New York: CEU PRESS.

Vimieiro, A. C., & Dantas, M. (2009). Entre o explícito e o implícito: Proposta para a análise de enquadramentos da mídia. Actas do II ECOMIG, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Zippelius, R. (1997). *Teoria geral do estado* (3.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

#### LEGISLAÇÃO, RELATÓRIOS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Adopção da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim (1995)
- Campanha de combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, do Conselho da Europa (2006)
- Carta das Mulheres (2010)
- Código de Processo Penal
- Código Penal
- Council of Europe (2006). *Combating violence against women: Stocktaking study on the measures and actions taken in Council of Europe member States*. Strasbourg: Council of Europe. Gender Equality Division.
- Council of Europe (2008). *Administrative data collection on domestic violence in Council of Europe member states*. Strasbourg: Council of Europe. Directorate General of Human Rights and Legal Affairs.
- Council of Europe Task Force to Combat Violence Against Women, including Domestic Violence (2008). *Final Activity Report*. Strasbourg: Council of Europe.
- Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência sobre as Mulheres e a Violência Doméstica (2011)

- Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979)
- Decreto-Lei n.º48/95, de 15 de Março
- Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1993)
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada e proclamada pela Resolução 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas (1948)
- Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2010-2015)
- I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (1999-2002)
- II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003-2006)
- III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010)
- IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013)
- Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto
- Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro
- Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio
- Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro
- Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro
- Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Violência doméstica contra mulheres» (2006/C 110/15)
- Recomendação adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 30 de Abril de 2008
- Recomendação Rec (2002) 5 do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos Estados-membros Sobre a Protecção de Mulheres Contra a Violência
- Resolução da Assembleia da República n.º 31/99
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 55/99
- Resolução da Assembleia da República n.º 7/2000
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 88/2003
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 83/2007
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 100/2010
- Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres (2006-2010)

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ocorrências das dimensões em análise

Tabela 2: *Frames* - Definição da violência doméstica (geral)

Tabela 3: *Frames* - Definição da violência doméstica (1991)

Tabela 4: *Frames* - Definição da violência doméstica (1998)

Tabela 5: *Frames* - Definição da violência doméstica (2000)

Tabela 6: *Frames* - Definição da violência doméstica (2011)

Tabela 7: *Frames* - Causas para a violência doméstica (geral)

Tabela 8: *Frames* - Causas para a violência doméstica (1991)

Tabela 9: *Frames* - Causas para a violência doméstica (1998)

Tabela 10: *Frames* - Causas para a violência doméstica (2000)

Tabela 11: *Frames* - Causas para a violência doméstica (2011)

Tabela 12: *Frames* - Acção sobre a violência doméstica (geral)

Tabela 13: *Frames* - Acção sobre a violência doméstica (1991)

Tabela 14: *Frames* - Acção sobre a violência doméstica (1998)

Tabela 15: *Frames* - Acção sobre a violência doméstica (2000)

Tabela 16: *Frames* - Acção sobre a violência doméstica (2011)

## **ANEXOS**



## Índice

ANEXO 1: LISTAGEM DE DOCUMENTOS.....	iii
ANEXO 2: LISTAGEM TEMAS - DEFINIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	v
ANEXO 3: LISTAGEM TEMAS - CAUSAS PARA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	vii
ANEXO 4: LISTAGEM TEMAS - ACÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	viii
ANEXO 5: LISTAGEM FRAMES - DEFINIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	x
ANEXO 6: LISTAGEM FRAMES - CAUSAS PARA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	xi
ANEXO 7: LISTAGEM FRAMES - ACÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	xii
ANEXO 8: TABELAS DE OCORRÊNCIAS.....	xiii
1. Temas: definição da violência doméstica (geral).....	xiii
2. Temas: definição da violência doméstica (1991).....	xv
3. Temas: definição da violência doméstica (1998).....	xvi
4. Temas: definição da violência doméstica (2000).....	xvii
5. Temas: definição da violência doméstica (2000).....	xviii
6. Temas: causas para a violência doméstica (geral).....	xix
7. Temas: causas para a violência doméstica (1991).....	xx
8. Temas: causas para a violência doméstica (1998).....	xx
9. Temas: causas para a violência doméstica (2000).....	xxi
10. Temas: causas para a violência doméstica (2011).....	xxi
11. Temas: acção sobre a violência doméstica (geral) .....	xxii
12. Temas: acção sobre a violência doméstica (1991) .....	xxiii
13. Temas: acção sobre a violência doméstica (1998) .....	xxiv
14. Temas: acção sobre a violência doméstica (2000) .....	xxv

15. Temas: acção sobre a violência doméstica (2011) .....	xxvi
ANEXO 9: TABELAS DAS CO-OCORRÊNCIAS.....	xxvii
1. Cruzamento entre partidos e <i>frames</i> (geral) .....	xxvii
2. Cruzamento entre partidos e <i>frames</i> (1991) .....	xxviii
3. Cruzamento entre partidos e <i>frames</i> (1998) .....	xxix
4. Cruzamento entre partidos e <i>frames</i> (2000) .....	xxx
5. Cruzamento entre partidos e <i>frames</i> (2011) .....	xxxi
6. Cruzamento entre partidos e <i>frames</i> (geral) .....	xxxii
7. Cruzamento entre partidos e <i>frames</i> (geral) .....	xxxiii
8. Cruzamento entre partidos e temas (geral) .....	xxxiv

## ANEXO 1: LISTAGEM DE DOCUMENTOS

Designação	Descrição	Nº. parágrafos analisados	Momento
P2	Reunião plenária de 8 de Março de 1991 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l5sl4n52-1673&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l5sl4n52-1673&amp;type=texto</a> )	190	1991
P4	Reunião plenária de 11 de Março de 1998 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l7sl3n47-1573&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l7sl3n47-1573&amp;type=texto</a> )	46	1998
P5	Reunião plenária de 13 de Janeiro de 2000 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l8sl1n26-0989&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l8sl1n26-0989&amp;type=texto</a> )	123	2000
P7	Reunião plenária de 8 de Março de 1989 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l5sl2n49-1753&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l5sl2n49-1753&amp;type=texto</a> )	128	1991
P9	Reunião plenária de 22 de Março de 1990 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l5sl3n55-1945&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l5sl3n55-1945&amp;type=texto</a> )	396	1991
P10	Reunião plenária de 18 de Março de 1999 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l7sl4n61-2253&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l7sl4n61-2253&amp;type=texto</a> )	185	1998
P12	Reunião plenária de 5 de Maio de 1999 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l7sl4n81-2911&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l7sl4n81-2911&amp;type=texto</a> )	72	1998
P13	Reunião plenária de 12 de Maio de 1999 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l7sl4n84-3003&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l7sl4n84-3003&amp;type=texto</a> )	113	1998
P14	Reunião plenária de 29 de Março de 2001 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l8sl2n66-2583&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l8sl2n66-2583&amp;type=texto</a> )	20	2000
P17	2ª Série - A – Número 5, de 27 de Novembro de 1999 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar_s2&amp;diary=s2al8sl1n5-0051&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar_s2&amp;diary=s2al8sl1n5-0051&amp;type=texto</a> )	7	2000
P18	2ª Série - A – Número 13, de 8 de Janeiro de 2000 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar_s2&amp;diary=s2al8sl1n13-0219&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar_s2&amp;diary=s2al8sl1n13-0219&amp;type=texto</a> )	47	2000
P19	2ª Série - A – Número 14, de 13 de Janeiro de 2000 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar_s2&amp;diary=s2al8sl1n14-0241&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar_s2&amp;diary=s2al8sl1n14-0241&amp;type=texto</a> )	110	2000
P20	2ª Série - A – Número 16, de 31 de Janeiro de 2000 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar_s2&amp;diary=s2al8sl1n16-0283&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar_s2&amp;diary=s2al8sl1n16-0283&amp;type=texto</a> )	29	2000
P21	Reunião plenária de 12 de Fevereiro de 2009 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l10sl4n45-0001&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l10sl4n45-0001&amp;type=texto</a> )	183	2011

<b>P22</b>	Reunião plenária de 9 de Julho de 2009 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l10sl4n102-0001&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l10sl4n102-0001&amp;type=texto</a> )	59	2011
<b>P23</b>	Reunião plenária de 17 de Setembro de 2010 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l11sl2n3-0001&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l11sl2n3-0001&amp;type=texto</a> )	66	2011
<b>P24</b>	Reunião plenária de 17 de Fevereiro de 2011 ( <a href="http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l11sl2n53-0001&amp;type=texto">http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&amp;diary=s1l11sl2n53-0001&amp;type=texto</a> )	68	2011

## ANEXO 2: LISTAGEM TEMAS - DEFINIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

<b>Tema</b>	<b>Descrição</b>
<b>Agressão</b>	Referências a actos ou descrições de agressão
<b>Agressor</b>	Referências feitas aos agressores
<b>Crianças</b>	Referências a quando as crianças são apontadas como vítimas de situações de violência
<b>Crime</b>	Referências ao tratamento da questão da violência numa perspectiva, de crime
<b>Crime público</b>	Referências a um tipo de crime público
<b>Crime semipúblico</b>	Referências a um tipo de crime semipúblico
<b>Democracia</b>	Referências à democracia, aos propósitos democráticos de uma sociedade e aos princípios da própria democracia
<b>Dia da mulher</b>	Referências ao dia da mulher ou ao dia 8 de Março
<b>Direitos</b>	Referências ao direito penal, ao acesso ao direito, aos direitos de cada um, incluindo os direitos fundamentais e os restantes de uma forma geral
<b>Direitos humanos</b>	Referências aos direitos humanos
<b>Direitos da mulher</b>	Referências aos direitos atribuídos ou por atribuir às mulheres
<b>Estado de direito</b>	Referências ao estado de direito
<b>Estudos</b>	Referências a estudos realizados, ao conhecimento produzido e ao que advém dele, à investigação que é levada a cabo nestas áreas e a estatísticas
<b>Exemplos históricos</b>	Referências a exemplos de mulheres e de homens que contribuíram para a promoção de causas femininas ou que servem de exemplo a determinadas acções, ideias ou pensamentos
<b>Femicídio</b>	Referências a casos de femicídio e a mulheres assassinadas pelo facto de serem mulheres
<b>Feminismo</b>	Referências ao próprio feminismo, a movimentos feministas, a dirigentes feministas, à cultura ou feminismos históricos
<b>Idosos</b>	Referência a idosos quando são apontados como vítimas de situações de violência
<b>Internacional</b>	Referências a documentos, recomendações, cartas, conferências, reuniões, conclusões ou comentários internacionais
<b>Lei</b>	Referências feitas a leis, projectos lei, sistema legal, legislação em geral, código penal e todas as outras alusões a aspectos normativos
<b>Maus-tratos</b>	Referência a situações de violência que se processam através de maus-tratos infligidos às vítimas
<b>Mulheres vítimas</b>	Referências a situações que descrevem as mulheres como vítimas de situações de violência
<b>Outros problemas das mulheres</b>	Referências a problemas que são apontados às mulheres, tais como o álcool, as drogas, a prostituição ou a pobreza
<b>Papel da mulher</b>	Referências ao papel da mulher, à situação da mulher, ao seu estatuto ou posicionamento em qualquer sector da sociedade
<b>Participação da mulher</b>	Referências à participação da mulher ou de mulheres em qualquer sector ou actividade

<b>Privado</b>	Referências a situações em que aparece a palavra privado quando diz respeito à intimidade (pessoal, particular) de uma pessoa
<b>Problemas das mulheres</b>	Referências de âmbito mais geral com o mesmo nome ou a situações com cariz negativo por que as mulheres atravessam
<b>Público</b>	Referências ao âmbito de uma acção pública, dimensão ou problema público
<b>Semipúblico</b>	Referências ao termo semipúblico quando se remete para um determinado domínio da sociedade
<b>Vítima</b>	Referências sobre quem é vítima de um qualquer acto de violência, sem existir uma especificação
<b>Violência</b>	Referências a situações de violência de cariz mais geral, sem qualquer especificação
<b>Violência conjugal</b>	Referências à violência conjugal
<b>Violência contra as mulheres</b>	Referências à violência contra as mulheres
<b>Violência de género</b>	Referências à violência de género
<b>Violência doméstica</b>	Referências à violência doméstica
<b>Violência familiar</b>	Referências à violência familiar
<b>Violência física</b>	Referências à violência física
<b>Violência psicológica</b>	Referências à violência psicológica
<b>Violência sexual</b>	Referências à violência sexual

### ANEXO 3: LISTAGEM TEMAS - CAUSAS PARA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Tema	Descrição
<b>Casa</b>	Referências ao espaço casa ou do lar quando apontados como locais onde decorrem as situações de violência
<b>Coabitação</b>	Referências a situações de coabitação presente ou passada, habitualmente entre agressor e vítima
<b>Conjugalidade</b>	Referências a cônjuges, situações de conjugalidade, como o casamento, união de facto, namoro, etc.
<b>Dependência</b>	Referências a situações de dependência a vários níveis
<b>Desigualdade</b>	Referências à existência de desigualdade ou situações de desigualdade
<b>Discriminação</b>	Referências a discriminações ou situações de discriminação
<b>Economia</b>	Referências à Economia, sistema ou sistemas económicos, situações financeiras, apoios financeiros e o próprio mercado enquanto causas de situações de cariz negativo para as mulheres
<b>Estado</b>	Referências ao Estado apontado enquanto causa para o problema da violência doméstica
<b>Família</b>	Referências à família ou situações familiares apontadas como causas para situações de violência
<b>Governo</b>	Referências ao Governo apontado enquanto causa para o problema da violência doméstica
<b>Igualdade</b>	Referências a situações de inexistência de igualdade que originam ou provocam situações prejudiciais para as mulheres
<b>Mentalidade</b>	Referências à mentalidade das pessoas quando esta contribui para situações de violência
<b>Valores sociais</b>	Referências a valores, comportamentos, atitudes, preconceitos, aspectos culturais, padrões culturais e cultura apontados enquanto possíveis causas ou geradores de situações de violência
<b>Poder</b>	Referências a relatos de situações de poder e dominação masculina, de homens sobre mulheres, da luta pelo poder entre sexos e do abuso de poder
<b>Sociedade</b>	Referências à sociedade enquanto causa
<b>Trabalho</b>	Referências ao trabalho, mercado de trabalho, emprego, desemprego, mundo profissional ou a situação profissional das mulheres

## ANEXO 4: LISTAGEM TEMAS - ACÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

<b>Tema</b>	<b>Descrição</b>
<b>Afastamento</b>	Referências a medidas de afastamento do agressor
<b>Apoio</b>	Referências a medidas de apoio às vítimas e seus familiares, assim como o seu acompanhamento
<b>Apoio à infância</b>	Referências a redes de creches e apoio similares
<b>Associações</b>	Referências a associações de mulheres, organizações da sociedade civil que apoiam as mulheres ou as suas causas, organizações não-governamentais e instituições privadas
<b>Atendimento</b>	Referências ao atendimento feito às vítimas, linhas ou gabinetes próprios de atendimento
<b>Benefícios fiscais</b>	Referências a apoios ou descontos fiscais relacionados com a acção perante a violência doméstica, prestações sociais para as mulheres vítimas ou não vítimas e outras medidas similares
<b>Campanhas</b>	Referências a campanhas de sensibilização, publicitárias e de promoção de valores ou ideias que se entendem como pertinentes para a acção
<b>Casas-abrigo</b>	Referências a casas-abrigo e refúgio para as vítimas
<b>Combate</b>	Referência a acção é levada a cabo ou pensada através do combate ao problema
<b>Comissões</b>	Referências a comissões de origem governamental, como a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), ou a Comissão para a Condição Feminina
<b>Doação</b>	Referências a situações de doações de pessoas, empresários ou empresas
<b>Educação</b>	Referências à educação, acções de formação, planos de estudos
<b>Estado</b>	Referências a todas as formas pensadas de o Estado, a máquina estatal ou a acção estatal contribuírem para a acção sobre a violência doméstica
<b>Estratégia</b>	Referências a situações de acção com base numa estratégia coordenada entre instituições ou organizações de vários tipos, meios de coordenação gerais ou sistemas integrados de acção
<b>Forças de segurança</b>	Referências a acções levadas a cabo pelas forças de segurança nacionais
<b>Governo</b>	Referências a todas as acções pensadas ou levadas a cabo pelo Governo e seus elementos
<b>Indeminização</b>	Referências às situações em que são referidas situações de indemnização, na maioria dos casos, a vítimas de situações de violência
<b>Informação</b>	Referências a campanhas de informação, criação de documentos, partilha de informação, criação de guias para distribuição, utilização da comunicação social para divulgação de informação específica
<b>Orçamento</b>	Referências a situações orçamentais que influenciam ou



	determinam a acção contra o problema, como as verbas disponibilizadas no orçamento de Estado, os orçamentos disponíveis para determinada acção ou os orçamentos de instituições e organizações com apoio governamental
<b>Outros actores governamentais</b>	Referências à acção de deputados, ministros, secretários de Estado, altos-comissários, entre outros membros de órgãos que tenham chancela governamental
<b>Outros órgãos governamentais</b>	Referências à Assembleia da República, Ministério Público, Conselho de Ministros, Ministérios e outros órgãos governamentais, que não directamente o Governo
<b>PNCVD</b>	Referências feitas aos Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica
<b>Prevenção</b>	Referências a acções de prevenção perante a violência
<b>Protecção</b>	Referências a situações, programas, acções, ideias, reflexões acerca da protecção das mulheres em geral e das vítimas em particular
<b>Redes</b>	Referências a redes de infraestruturas de apoio a vítimas e não vítimas

## ANEXO 5: LISTAGEM FRAMES - DEFINIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Frame	Tema
Aspectos do acto	Agressão
	Agressor
	Crime
	Maus-tratos
	Violência
Âmbito	Privado
	Público
	Semipúblico
Definição de crime	Crime público
	Crime semipúblico
Definição de violência	Femicídio
	Violência conjugal
	Violência contra as mulheres
	Violência de género
	Violência doméstica
	Violência familiar
	Violência física
	Violência psicológica
Direitos	Violência sexual
	Democracia
	Direitos
	Direitos humanos
	Direitos da mulher
Estudos	Estado de direito
	Estudos
Internacional	Internacional
Lei	Lei
Mulher	Dia da mulher
	Exemplos
	Feminismo
	Outros problemas das mulheres
	Papel da mulher
	Participação da mulher
	Problemas das mulheres
Vítimas	Crianças
	Idosos
	Mulheres vítimas
	Vítimas

## ANEXO 6: LISTAGEM FRAMES - CAUSAS PARA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Frame	Tema
Família e conjugalidade	Casa
	Coabitação
	Conjugalidade
	Família
Desigualdade de género	Dependência
	Desigualdade
	Discriminação
	Igualdade
	Poder
Económico-social	Economia
	Sociedade
	Trabalho
Estado e Governo (enquanto causa)	Estado (enquanto causa)
	Governo (enquanto causa)
Valores sociais	Mentalidade
	Valores sociais

## ANEXO 7: LISTAGEM FRAMES - ACÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Frame	Tema
Estado e Governo (enquanto acção)	Benefício fiscal
	Comissões
	Estado (enquanto instituição acção)
	Estratégia
	Forças de segurança
	Governo (enquanto instituição acção)
	Indeminização
	Orçamento
	Outros actores governamentais
	Outros órgãos governamentais
	Plano Nacional Contra a Violência Doméstica
Instituições	Associações
	Casas abrigo
	Redes
Prevenção	Apoio à infância
	Campanhas
	Educação
	Informação
	Prevenção
Reacção	Afastamento
	Apoio
	Atendimento
	Combate
	Doação
	Protecção

## ANEXO 8: TABELAS DE OCORRÊNCIAS

### 1. TEMAS: DEFINIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (GERAL)

	P 2	P 4	P 5	P 7	P 9	P10	P12	P13	P14	P17	P18	P19	P20	P21	P22	P23	P24	Totais
<b>Lei</b>	30	2	28	9	28	42	31	46	2	1	13	42	3	64	13	12	8	374
<b>Violência doméstica</b>	0	1	13	0	0	9	6	4	1	1	3	15	1	60	16	27	25	182
<b>Internacional</b>	15	3	3	8	32	17	11	8	4	1	6	9	7	3	0	2	1	130
<b>Mulheres vítimas</b>	12	0	11	1	3	20	11	10	2	0	17	13	4	10	0	7	1	122
<b>Crime</b>	1	0	4	0	1	12	4	9	0	2	6	13	3	30	14	7	6	112
<b>Violência</b>	1	1	3	5	2	21	3	9	1	0	13	20	2	19	0	7	5	112
<b>Violência contra as mulheres</b>	6	1	12	3	2	25	5	3	0	3	6	17	8	11	0	3	3	108
<b>Vítima</b>	1	0	3	0	0	7	4	4	0	0	0	4	2	33	24	15	6	103
<b>Papel mulher</b>	8	6	1	8	32	2	0	5	0	2	0	2	0	1	0	3	0	70
<b>Estudos</b>	2	0	1	2	10	11	4	5	0	1	1	7	0	4	0	2	13	63
<b>Agressor</b>	2	0	8	0	0	6	0	0	0	0	2	5	3	13	2	12	6	59
<b>Direitos</b>	8	3	2	7	8	4	2	5	0	0	2	6	0	5	0	1	0	53
<b>Direitos da mulher</b>	3	0	1	10	22	2	0	1	1	0	1	1	1	2	0	2	2	49
<b>Direitos humanos</b>	0	1	5	0	3	7	2	4	0	2	2	2	2	6	0	0	6	42
<b>Participação da mulher</b>	1	4	0	8	16	2	0	4	5	0	0	0	0	1	0	1	0	42
<b>Crime público</b>	1	0	16	0	0	0	0	0	0	2	2	6	6	5	0	1	2	41
<b>Maus tratos</b>	3	0	2	0	0	6	2	6	0	1	5	12	3	0	0	1	0	41

<b>Exemplos</b>	0	3	1	4	26	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36
<b>Criança</b>	7	0	0	0	1	5	1	0	0	1	3	4	2	9	0	0	1	34
<b>Privado</b>	7	0	1	0	0	7	0	2	0	0	1	9	0	4	1	1	0	33
<b>Dia mulher</b>	8	10	0	11	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
<b>Público</b>	5	0	2	4	2	2	0	0	0	0	1	5	3	5	1	1	0	31
<b>Democracia</b>	1	4	0	11	6	3	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	29
<b>Outros problemas</b>	0	0	0	0	6	2	1	2	0	0	4	0	0	5	1	2	6	29
<b>Violência psicológica</b>	1	0	0	0	1	6	1	4	0	1	1	7	1	2	0	1	0	26
<b>Violência física</b>	0	0	0	0	0	3	2	4	0	1	0	7	1	4	0	1	0	23
<b>Problemas</b>	0	1	0	0	12	3	1	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	21
<b>Violência conjugal</b>	0	0	0	0	0	0	4	7	0	1	0	3	3	1	0	1	0	20
<b>Violência sexual</b>	2	0	1	0	2	4	0	2	0	1	0	4	1	1	0	0	0	18
<b>Agressão</b>	1	0	3	1	1	1	2	0	0	0	0	3	0	0	2	1	0	15
<b>Femicídio</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	11	14
<b>Feminismo</b>	0	0	0	4	8	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	13
<b>Idosos</b>	4	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	1	0	5	0	0	0	13
<b>Violência familiar</b>	0	0	2	0	1	2	0	1	0	0	0	4	3	0	0	0	0	13
<b>Crime semipúblico</b>	1	0	1	0	0	3	0	1	0	0	0	4	2	0	0	0	0	12
<b>Estado de direito</b>	0	0	2	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	8
<b>Violência de gênero</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	1	6
<b>Semipúblico</b>	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	5

## 2. TEMAS: DEFINIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (1991)

	P 2	P 7	P 9	Totais
Lei	30	9	28	67
Internacional	15	8	32	55
Papel mulher	8	8	32	48
Direitos da mulher	3	10	22	35
Exemplos	0	4	26	30
Participação mulher	1	8	16	25
Direitos	8	7	8	23
Dia mulher	8	11	1	20
Democracia	1	11	6	18
Mulheres vítimas	12	1	3	16
Estudos	2	2	10	14
Feminismo	0	4	8	12
Problemas	0	0	12	12
Público	5	4	2	11
Violência contra as mulheres	6	3	2	11
Criança	7	0	1	8
Violência	1	5	2	8
Privado	7	0	0	7
Outros problemas	0	0	6	6
Idosos	4	0	0	4
Violência sexual	2	0	2	4
Agressão	1	1	1	3
Direitos humanos	0	0	3	3
Maus tratos	3	0	0	3
Agressor	2	0	0	2
Crime	1	0	1	2
Violência psicológica	1	0	1	2
Crime público	1	0	0	1
Crime semipúblico	1	0	0	1
Estado de direito	0	0	1	1
Semipúblico	1	0	0	1
Violência familiar	0	0	1	1
Vítima	1	0	0	1
Femicídio	0	0	0	0
Violência conjugal	0	0	0	0
Violência de gênero	0	0	0	0
Violência doméstica	0	0	0	0
Violência física	0	0	0	0

### 3. TEMAS: DEFINIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (1998)

	P 4	P10	P12	P13	Totais
<b>Lei</b>	2	42	31	46	121
<b>Mulheres vítimas</b>	0	20	11	10	41
<b>Internacional</b>	3	17	11	8	39
<b>Violência</b>	1	21	3	9	34
<b>Violência contra as mulheres</b>	1	25	5	3	34
<b>Crime</b>	0	12	4	9	25
<b>Estudos</b>	0	11	4	5	20
<b>Violência doméstica</b>	1	9	6	4	20
<b>Vítima</b>	0	7	4	4	15
<b>Direitos</b>	3	4	2	5	14
<b>Direitos humanos</b>	1	7	2	4	14
<b>Maus tratos</b>	0	6	2	6	14
<b>Papel mulher</b>	6	2	0	5	13
<b>Dia mulher</b>	10	1	0	1	12
<b>Violência conjugal</b>	0	0	4	7	11
<b>Violência psicológica</b>	0	6	1	4	11
<b>Democracia</b>	4	3	2	1	10
<b>Participação mulher</b>	4	2	0	4	10
<b>Privado</b>	0	7	0	2	9
<b>Violência física</b>	0	3	2	4	9
<b>Agressor</b>	0	6	0	0	6
<b>Criança</b>	0	5	1	0	6
<b>Violência sexual</b>	0	4	0	2	6
<b>Exemplos</b>	3	0	2	0	5
<b>Outros problemas</b>	0	2	1	2	5
<b>Problemas</b>	1	3	1	0	5
<b>Crime semipúblico</b>	0	3	0	1	4
<b>Agressão</b>	0	1	2	0	3
<b>Direitos da mulher</b>	0	2	0	1	3
<b>Idosos</b>	0	2	1	0	3
<b>Violência familiar</b>	0	2	0	1	3
<b>Estado de direito</b>	0	2	0	0	2
<b>Público</b>	0	2	0	0	2
<b>Crime público</b>	0	0	0	0	0
<b>Femicídio</b>	0	0	0	0	0
<b>Feminismo</b>	0	0	0	0	0
<b>Semipúblico</b>	0	0	0	0	0
<b>Violência de gênero</b>	0	0	0	0	0



#### 4. TEMAS: DEFINIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (2000)

	P 5	P14	P17	P18	P19	P20	Totais
<b>Lei</b>	28	2	1	13	42	3	89
<b>Mulheres vítimas</b>	11	2	0	17	13	4	47
<b>Violência contra as mulheres</b>	12	0	3	6	17	8	46
<b>Violência</b>	3	1	0	13	20	2	39
<b>Violência doméstica</b>	13	1	1	3	15	1	34
<b>Crime público</b>	16	0	2	2	6	6	32
<b>Internacional</b>	3	4	1	6	9	7	30
<b>Crime</b>	4	0	2	6	13	3	28
<b>Maus tratos</b>	2	0	1	5	12	3	23
<b>Agressor</b>	8	0	0	2	5	3	18
<b>Direitos humanos</b>	5	0	2	2	2	2	13
<b>Privado</b>	1	0	0	1	9	0	11
<b>Público</b>	2	0	0	1	5	3	11
<b>Criança</b>	0	0	1	3	4	2	10
<b>Direitos</b>	2	0	0	2	6	0	10
<b>Estudos</b>	1	0	1	1	7	0	10
<b>Violência psicológica</b>	0	0	1	1	7	1	10
<b>Violência familiar</b>	2	0	0	0	4	3	9
<b>Violência física</b>	0	0	1	0	7	1	9
<b>Vítima</b>	3	0	0	0	4	2	9
<b>Crime semipúblico</b>	1	0	0	0	4	2	7
<b>Violência conjugal</b>	0	0	1	0	3	3	7
<b>Violência sexual</b>	1	0	1	0	4	1	7
<b>Agressão</b>	3	0	0	0	3	0	6
<b>Direitos mulher</b>	1	1	0	1	1	1	5
<b>Papel mulher</b>	1	0	2	0	2	0	5
<b>Participação mulher</b>	0	5	0	0	0	0	5
<b>Outros problemas</b>	0	0	0	4	0	0	4
<b>Problemas</b>	0	2	1	1	0	0	4
<b>Semipúblico</b>	2	0	0	0	2	0	4
<b>Estado de direito</b>	2	0	0	0	0	0	2
<b>Exemplos</b>	1	0	0	0	0	0	1
<b>Feminismo</b>	0	0	0	0	1	0	1
<b>Idosos</b>	0	0	0	0	1	0	1
<b>Democracia</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>Dia mulher</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>Femicídio</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>Violência de género</b>	0	0	0	0	0	0	0

## 5. TEMAS: DEFINIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (2000)

	P21	P22	P23	P24	Totais
<b>Violência doméstica</b>	60	16	27	25	128
<b>Lei</b>	64	13	12	8	97
<b>Vítima</b>	33	24	15	6	78
<b>Crime</b>	30	14	7	6	57
<b>Agressor</b>	13	2	12	6	33
<b>Violência</b>	19	0	7	5	31
<b>Estudos</b>	4	0	2	13	19
<b>Mulheres vítimas</b>	10	0	7	1	18
<b>Violência contra as mulheres</b>	11	0	3	3	17
<b>Femicídio</b>	0	0	3	11	14
<b>Outros problemas</b>	5	1	2	6	14
<b>Direitos humanos</b>	6	0	0	6	12
<b>Criança</b>	9	0	0	1	10
<b>Crime público</b>	5	0	1	2	8
<b>Público</b>	5	1	1	0	7
<b>Direitos</b>	5	0	1	0	6
<b>Direitos mulher</b>	2	0	2	2	6
<b>Internacional</b>	3	0	2	1	6
<b>Privado</b>	4	1	1	0	6
<b>Violência de gênero</b>	5	0	0	1	6
<b>Idosos</b>	5	0	0	0	5
<b>Violência física</b>	4	0	1	0	5
<b>Papel mulher</b>	1	0	3	0	4
<b>Agressão</b>	0	2	1	0	3
<b>Estado de direito</b>	0	3	0	0	3
<b>Violência psicológica</b>	2	0	1	0	3
<b>Participação mulher</b>	1	0	1	0	2
<b>Violência conjugal</b>	1	0	1	0	2
<b>Democracia</b>	0	0	1	0	1
<b>Maus tratos</b>	0	0	1	0	1
<b>Violência sexual</b>	1	0	0	0	1
<b>Crime semipúblico</b>	0	0	0	0	0
<b>Dia mulher</b>	0	0	0	0	0
<b>Exemplos</b>	0	0	0	0	0
<b>Feminismo</b>	0	0	0	0	0
<b>Problemas</b>	0	0	0	0	0
<b>Semipúblico</b>	0	0	0	0	0
<b>Violência familiar</b>	0	0	0	0	0

## 6. TEMAS: CAUSAS PARA A VIOÊNCIA DOMÉSTICA (GERAL)

	P 2	P 4	P 5	P 7	P 9	P10	P12	P13	P14	P17	P18	P19	P20	P21	P22	P23	P24	Totais
Igualdade	18	13	1	20	48	2	1	18	5	0	0	6	0	1	0	1	1	135
Sociedade	0	2	4	14	28	23	2	8	0	0	0	4	0	7	0	6	5	103
Trabalho	5	0	4	10	58	6	0	4	1	0	0	2	0	4	0	7	2	103
Família	20	0	4	5	12	21	1	13	1	4	0	17	1	1	0	0	0	100
Discriminação	12	4	6	12	34	2	0	10	0	0	1	6	1	6	0	3	2	99
Valores sociais	16	5	9	14	24	9	0	3	0	0	0	3	0	0	0	2	1	86
Desigualdade	6	8	5	15	18	5	0	2	0	0	0	1	0	1	0	2	0	63
Governo (enquanto causa)	0	1	0	4	18	10	1	3	1	0	0	0	0	2	3	1	0	44
Mentalidade	7	1	6	2	12	3	0	4	0	0	0	1	0	2	0	0	1	39
Conjugalidade	1	0	0	0	0	0	6	6	0	0	2	12	0	0	0	0	3	30
Economia	3	2	1	0	15	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	1	0	26
Dependência	3	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	2	0	0	0	14	1	24
Estado (enquanto causa)	2	0	5	1	1	4	0	2	0	0	1	0	0	3	0	1	0	20
Poder	0	0	0	3	7	2	0	0	0	1	0	2	0	0	0	2	0	17
Casa	4	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	8
Coabitação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	0	0	0	0	0	8

7. TEMAS: CAUSAS PARA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (1991)

	P 2	P 7	P 9	Totais
Igualdade	18	20	48	86
Trabalho	5	10	58	73
Discriminação	12	12	34	58
Valores sociais	16	14	24	54
Sociedade	0	14	28	42
Desigualdade	6	15	18	39
Família	20	5	12	37
Governo (enquanto causa)	0	4	18	22
Mentalidade	7	2	12	21
Economia	3	0	15	18
Poder	0	3	7	10
Casa	4	0	0	4
Estado (enquanto causa)	2	1	1	4
Dependência	3	0	0	3
Coabitação	1	0	0	1
Conjugalidade	1	0	0	1

8. TEMAS: CAUSAS PARA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (1998)

	P 4	P10	P12	P13	Totais
Família	0	21	1	13	35
Sociedade	2	23	2	8	35
Igualdade	13	2	1	18	34
Valores sociais	5	9	0	3	17
Discriminação	4	2	0	10	16
Desigualdade	8	5	0	2	15
Governo (enquanto causa)	1	10	1	3	15
Conjugalidade	0	0	6	6	12
Trabalho	0	6	0	4	10
Mentalidade	1	3	0	4	8
Estado (enquanto causa)	0	4	0	2	6
Dependência	0	0	0	4	4
Casa	0	2	1	0	3
Economia	2	0	0	0	2
Poder	0	2	0	0	2
Coabitação	0	0	0	0	0

9. TEMAS: CAUSAS PARA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (2000)

	P 5	P14	P17	P18	P19	P20	TOTALS:
<b>Família</b>	4	1	4	0	17	1	27
<b>Conjugalidade</b>	0	0	0	2	12	0	14
<b>Discriminação</b>	6	0	0	1	6	1	14
<b>Igualdade</b>	1	5	0	0	6	0	12
<b>Valores sociais</b>	9	0	0	0	3	0	12
<b>Sociedade</b>	4	0	0	0	4	0	8
<b>Coabitação</b>	0	0	0	3	4	0	7
<b>Mentalidade</b>	6	0	0	0	1	0	7
<b>Trabalho</b>	4	1	0	0	2	0	7
<b>Desigualdade</b>	5	0	0	0	1	0	6
<b>Estado (enquanto causa)</b>	5	0	0	1	0	0	6
<b>Economia</b>	1	0	1	2	1	0	5
<b>Poder</b>	0	0	1	0	2	0	3
<b>Dependência</b>	0	0	0	0	2	0	2
<b>Casa</b>	0	0	0	0	1	0	1
<b>Governo (enquanto causa)</b>	0	1	0	0	0	0	1

10. TEMAS: CAUSAS PARA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (2011)

	P21	P22	P23	P24	Totais
<b>Sociedade</b>	7	0	6	5	18
<b>Dependência</b>	0	0	14	1	15
<b>Trabalho</b>	4	0	7	2	13
<b>Discriminação</b>	6	0	3	2	11
<b>Governo (causa)</b>	2	3	1	0	6
<b>Estado (causa)</b>	3	0	1	0	4
<b>Conjugalidade</b>	0	0	0	3	3
<b>Desigualdade</b>	1	0	2	0	3
<b>Igualdade</b>	1	0	1	1	3
<b>Mentalidade</b>	2	0	0	1	3
<b>Valores sociais</b>	0	0	2	1	3
<b>Poder</b>	0	0	2	0	2
<b>Economia</b>	0	0	1	0	1
<b>Família</b>	1	0	0	0	1
<b>Casa</b>	0	0	0	0	0
<b>Coabitação</b>	0	0	0	0	0

# 11. TEMAS: ACÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (GERAL)

	P 2	P 4	P 5	P 7	P 9	P10	P12	P13	P14	P17	P18	P19	P20	P21	P22	P23	P24	Totais
Comissões	33	0	2	15	28	6	9	10	0	1	11	9	0	2	12	0	5	143
Associações	10	2	6	1	9	9	3	42	2	0	2	5	0	5	0	1	2	99
Protecção	4	1	2	0	1	8	0	1	0	0	3	13	5	24	9	6	3	80
Governo (enquanto combate)	5	0	5	3	8	13	4	8	1	0	0	1	0	10	6	2	9	75
Outros órgãos governamentais	4	1	3	5	8	8	4	5	1	0	10	7	2	5	2	2	6	73
Indeminização	0	0	0	0	0	0	15	15	0	0	1	2	0	0	25	0	0	58
Prevenção	2	0	4	1	0	10	1	1	0	0	4	4	2	11	0	5	5	50
Estado (enquanto combate)	4	0	3	0	4	7	5	6	1	0	2	4	0	3	5	2	0	46
Casa abrigo	1	0	7	0	0	17	0	0	2	0	1	4	0	7	0	3	1	43
Apoio	1	0	0	0	6	2	1	3	1	0	6	3	2	10	1	3	3	42
Combate	7	0	7	0	0	2	1	1	0	0	0	1	0	10	0	3	8	40
Educação	0	2	1	2	18	2	1	0	0	0	2	1	0	0	0	2	6	37
Outros actores governamentais	0	0	1	3	5	2	1	3	0	1	6	3	0	7	1	0	3	36
Afastamento	1	0	1	0	0	5	0	0	0	1	4	5	2	5	0	3	2	29
Atendimento	5	1	4	0	1	3	1	0	0	0	3	7	1	1	0	0	1	28
Redes	4	0	1	0	5	13	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	1	28
Informação	6	0	0	0	5	3	1	4	0	0	2	0	1	1	0	0	0	23
Orçamento	3	0	2	1	6	2	0	0	0	0	1	3	0	1	2	1	0	22
Apoio infância	7	0	0	4	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18
Benefício fiscal	8	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	2	2	17
Forças segurança	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	5	0	1	5	17
PNCVD	0	0	5	0	0	0	1	0	0	0	0	3	0	2	0	0	2	13
Doação	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Estratégia	0	0	1	1	0	3	0	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	9
Campanhas	2	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	7

## 12. TEMAS: ACÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (1991)

	P 2	P 7	P 9	Totais
<b>Comissões</b>	33	15	28	76
<b>Associações</b>	10	1	9	20
<b>Educação</b>	0	2	18	20
<b>Apoio infância</b>	7	4	7	18
<b>Outros órgãos governamentais</b>	4	5	8	17
<b>Governo (enquanto acção)</b>	5	3	8	16
<b>Informação</b>	6	0	5	11
<b>Doação</b>	10	0	0	10
<b>Orçamento</b>	3	1	6	10
<b>Benefício fiscal</b>	8	0	1	9
<b>Redes</b>	4	0	5	9
<b>Estado (enquanto acção)</b>	4	0	4	8
<b>Outros actores governamentais</b>	0	3	5	8
<b>Apoio</b>	1	0	6	7
<b>Combate</b>	7	0	0	7
<b>Atendimento</b>	5	0	1	6
<b>Protecção</b>	4	0	1	5
<b>Campanhas</b>	2	0	1	3
<b>Prevenção</b>	2	1	0	3
<b>Afastamento</b>	1	0	0	1
<b>Casa abrigo</b>	1	0	0	1
<b>Estratégia</b>	0	1	0	1
<b>Forças segurança</b>	1	0	0	1
<b>Indeminização</b>	0	0	0	0
<b>PNCVD</b>	0	0	0	0

### 13. TEMAS: ACÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (1998)

	P 4	P10	P12	P13	Totais
Associações	2	9	3	42	56
Indeminização	0	0	15	15	30
Comissões	0	6	9	10	25
Governo (enquanto acção)	0	13	4	8	25
Estado (enquanto acção)	0	7	5	6	18
Outros órgãos governamentais	1	8	4	5	18
Casa abrigo	0	17	0	0	17
Redes	0	13	0	0	13
Prevenção	0	10	1	1	12
Protecção	1	8	0	1	10
Informação	0	3	1	4	8
Apoio	0	2	1	3	6
Outros actores governamentais	0	2	1	3	6
Afastamento	0	5	0	0	5
Atendimento	1	3	1	0	5
Educação	2	2	1	0	5
Combate	0	2	1	1	4
Estratégia	0	3	0	0	3
Campanhas	0	2	0	0	2
Forças segurança	1	1	0	0	2
Orçamento	0	2	0	0	2
PNCVD	0	0	1	0	1
Apoio infância	0	0	0	0	0
Benefício fiscal	0	0	0	0	0
Doação	0	0	0	0	0



#### 14. TEMAS: ACÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (2000)

	P 5	P14	P17	P18	P19	P20	Totais
<b>Comissões</b>	2	0	1	11	9	0	23
<b>Outros órgãos governamentais</b>	3	1	0	10	7	2	23
<b>Protecção</b>	2	0	0	3	13	5	23
<b>Associações</b>	6	2	0	2	5	0	15
<b>Atendimento</b>	4	0	0	3	7	1	15
<b>Casa abrigo</b>	7	2	0	1	4	0	14
<b>Prevenção</b>	4	0	0	4	4	2	14
<b>Afastamento</b>	1	0	1	4	5	2	13
<b>Apoio</b>	0	1	0	6	3	2	12
<b>Outros actores governamentais</b>	1	0	1	6	3	0	11
<b>Estado (enquanto acção)</b>	3	1	0	2	4	0	10
<b>Combate</b>	7	0	0	0	1	0	8
<b>PNCVD</b>	5	0	0	0	3	0	8
<b>Governo (enquanto acção)</b>	5	1	0	0	1	0	7
<b>Orçamento</b>	2	0	0	1	3	0	6
<b>Educação</b>	1	0	0	2	1	0	4
<b>Forças segurança</b>	1	0	0	0	2	0	3
<b>Indeminização</b>	0	0	0	1	2	0	3
<b>Informação</b>	0	0	0	2	0	1	3
<b>Benefício fiscal</b>	0	2	0	0	0	0	2
<b>Estratégia</b>	1	0	0	1	0	0	2
<b>Campanhas</b>	1	0	0	0	0	0	1
<b>Apoio infância</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>Doação</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>Redes</b>	1	0	0	0	0	0	1

15. TEMAS: ACÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (2011)

	P21	P22	P23	P24	Totais
Protecção	24	9	6	3	42
Governo (enquanto acção)	10	6	2	9	27
Indeminização	0	25	0	0	25
Combate	10	0	3	8	21
Prevenção	11	0	5	5	21
Comissões	2	12	0	5	19
Apoio	10	1	3	3	17
Outros órgãos governamentais	5	2	2	6	15
Casa abrigo	7	0	3	1	11
Forças segurança	5	0	1	5	11
Outros actores governamentais	7	1	0	3	11
Afastamento	5	0	3	2	10
Estado (enquanto acção)	3	5	2	0	10
Associações	5	0	1	2	8
Educação	0	0	2	6	8
Benefício fiscal	2	0	2	2	6
Redes	4	0	0	1	5
Orçamento	1	2	1	0	4
PNCVD	2	0	0	2	4
Estratégia	3	0	0	0	3
Atendimento	1	0	0	1	2
Campanhas	1	0	0	0	1
Informação	1	0	0	0	1
Apoio infância	0	0	0	0	0
Doação	0	0	0	0	0

## ANEXO 9: TABELAS DAS CO-OCORRÊNCIAS

### 1. CRUZAMENTO ENTRE PARTIDOS E *FRAMES* (GERAL)

<b>Partidos</b> <i>Frames</i>	<b>BE</b>	<b>CDS-PP</b>	<b>Governo</b>	<b>Os Verdes</b>	<b>PCP</b>	<b>PRD</b>	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>Total</b>
<b>Âmbito</b>	6	1	1	4	12	0	12	7	43
<b>Aspectos do acto</b>	31	36	20	20	72	0	43	27	249
<b>Definição de crime</b>	16	3	1	1	11	0	3	2	37
<b>Definição de violência</b>	39	33	20	27	61	0	65	34	279
<b>Desigualdade de género</b>	4	25	4	20	78	8	72	70	281
<b>Direitos</b>	9	15	6	14	40	3	31	35	153
<b>Económico-social</b>	2	21	9	17	60	3	52	46	210
<b>Estado (causa)</b>	1	11	0	5	24	0	8	11	60
<b>Estado (acção)</b>	17	42	44	22	72	14	116	70	397
<b>Estudos</b>	4	5	4	5	15	0	15	11	59
<b>Família e conjugalidade</b>	5	9	5	2	31	0	37	17	106
<b>Instituições</b>	6	17	13	13	30	4	42	22	147
<b>Internacional</b>	1	14	3	6	36	0	24	27	111
<b>Lei</b>	20	41	38	15	71	2	81	56	324
<b>Mulher</b>	2	30	2	16	46	25	43	48	212
<b>Prevenção</b>	1	6	4	4	48	1	23	23	110
<b>Reacção</b>	17	23	8	8	49	3	42	25	175
<b>Valores sociais</b>	3	13	2	7	20	11	30	30	116
<b>Vítimas</b>	19	26	12	21	56	3	48	33	218
<b>Total</b>	203	371	196	227	832	77	787	594	3287

## 2. CRUZAMENTO ENTRE PARTIDOS E *FRAMES* (1991)

<b>Partidos</b> <i>Frames</i>	<b>BE</b>	<b>CDS-PP</b>	<b>Governo</b>	<b>Os Verdes</b>	<b>PCP</b>	<b>PRD</b>	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>Total</b>
<b>Âmbito</b>	0	0	0	1	5	0	7	2	15
<b>Aspectos do acto</b>	0	0	0	0	10	0	3	2	15
<b>Definição de crime</b>	0	0	0	0	1	0	0	0	1
<b>Definição de violência</b>	0	0	0	1	11	0	4	0	16
<b>Desigualdade de género</b>	0	14	1	11	45	8	49	49	177
<b>Direitos</b>	0	6	3	6	20	3	10	25	73
<b>Económico-social</b>	0	8	7	8	37	3	23	38	124
<b>Estado (causa)</b>	0	3	0	0	10	0	8	2	23
<b>Estado (acção)</b>	0	5	1	5	19	14	44	41	129
<b>Estudos</b>	0	0	1	1	5	0	3	4	14
<b>Família e conjugalidade</b>	0	0	0	1	21	0	17	6	45
<b>Instituições</b>	0	0	0	0	13	4	7	6	30
<b>Internacional</b>	0	10	0	0	15	0	13	17	55
<b>Lei</b>	0	1	0	1	19	2	22	19	64
<b>Mulher</b>	0	15	0	10	21	25	24	41	136
<b>Prevenção</b>	0	2	0	0	28	1	5	16	52
<b>Reacção</b>	0	0	0	0	13	3	8	12	36
<b>Valores sociais</b>	0	4	2	4	13	11	24	17	75
<b>Vítimas</b>	0	0	0	0	12	3	6	4	25
<b>Total</b>	0	68	15	49	318	77	277	301	1105

### 3. CRUZAMENTO ENTRE PARTIDOS E *FRAMES* (1998)

<b>Partidos</b> <i>Frames</i>	<b>BE</b>	<b>CDS-PP</b>	<b>Governo</b>	<b>Os Verdes</b>	<b>PCP</b>	<b>PRD</b>	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>Totais</b>
<b>Âmbito</b>	0	0	1	1	0	0	5	2	9
<b>Aspectos do acto</b>	0	6	9	13	14	0	19	10	71
<b>Definição de crime</b>	0	0	1	1	0	0	2	0	4
<b>Definição de violência</b>	0	1	8	15	12	0	29	9	74
<b>Desigualdade de género</b>	0	5	3	3	18	0	21	9	59
<b>Direitos</b>	0	2	3	7	5	0	15	4	36
<b>Económico-social</b>	0	5	1	4	10	0	21	5	46
<b>Estado (causa)</b>	0	4	0	3	6	0	0	7	20
<b>Estado (acção)</b>	0	7	24	10	16	0	37	14	108
<b>Estudos</b>	0	1	2	3	8	0	6	1	21
<b>Família e conjugalidade</b>	0	6	5	1	6	0	18	9	45
<b>Instituições</b>	0	6	10	10	11	0	31	10	78
<b>Internacional</b>	0	1	3	6	9	0	10	8	37
<b>Lei</b>	0	12	27	6	20	0	32	23	120
<b>Mulher</b>	0	9	2	5	7	0	15	5	43
<b>Prevenção</b>	0	1	2	3	7	0	4	3	20
<b>Reacção</b>	0	2	1	7	4	0	7	3	24
<b>Valores sociais</b>	0	4	0	2	3	0	5	8	22
<b>Vítimas</b>	0	4	3	11	9	0	23	8	58
<b>Totais</b>	0	76	105	111	165	0	300	138	895

#### 4. CRUZAMENTO ENTRE PARTIDOS E *FRAMES* (2000)

<b>Partidos</b> <i>Frames</i>	<b>BE</b>	<b>CDS-PP</b>	<b>Governo</b>	<b>Os Verdes</b>	<b>PCP</b>	<b>PRD</b>	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>Totais</b>
<b>Âmbito</b>	2	1	0	0	4	0	0	1	8
<b>Aspectos do acto</b>	10	7	0	0	31	0	2	4	54
<b>Definição de crime</b>	11	3	0	0	9	0	0	1	24
<b>Definição de violência</b>	12	8	0	1	20	0	4	5	50
<b>Desigualdade de género</b>	2	4	0	1	7	0	0	2	16
<b>Direitos</b>	5	4	0	1	5	0	2	1	18
<b>Económico-social</b>	1	1	0	0	8	0	1	0	11
<b>Estado (causa)</b>	0	3	0	0	4	0	0	0	7
<b>Estado (acção)</b>	5	15	0	0	22	0	5	3	50
<b>Estudos</b>	1	0	0	0	1	0	0	1	3
<b>Família e conjugalidade</b>	4	2	0	0	4	0	0	2	12
<b>Instituições</b>	4	8	0	0	4	0	1	1	18
<b>Internacional</b>	1	2	0	0	10	0	0	0	13
<b>Lei</b>	6	13	0	2	19	0	2	4	46
<b>Mulher</b>	2	6	0	0	6	0	0	0	14
<b>Prevenção</b>	1	0	0	1	10	0	2	0	14
<b>Reacção</b>	5	8	0	1	19	0	5	0	38
<b>Valores sociais</b>	3	3	0	0	3	0	0	5	14
<b>Vítimas</b>	6	7	0	1	24	0	0	4	42
<b>Totais</b>	81	95	0	8	210	0	24	34	452

## 5. CRUZAMENTO ENTRE PARTIDOS E *FRAMES* (2011)

<b>Partidos</b> <i>Frames</i>	<b>BE</b>	<b>CDS-PP</b>	<b>Governo</b>	<b>Os Verdes</b>	<b>PCP</b>	<b>PRD</b>	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>Totais</b>
<b>Âmbito</b>	4	0	0	2	3	0	0	2	11
<b>Aspectos do acto</b>	21	23	11	7	17	0	19	11	109
<b>Definição de crime</b>	5	0	0	0	1	0	1	1	8
<b>Definição de violência</b>	27	24	12	10	18	0	28	20	139
<b>Desigualdade de género</b>	2	2	0	5	8	0	2	10	29
<b>Direitos</b>	4	3	0	0	10	0	4	5	26
<b>Económico-social</b>	1	7	1	5	5	0	7	3	29
<b>Estado (causa)</b>	1	1	0	2	4	0	0	2	10
<b>Estado (acção)</b>	12	15	19	7	15	0	30	12	110
<b>Estudos</b>	3	4	1	1	1	0	6	5	21
<b>Família e conjugalidade</b>	1	1	0	0	0	0	2	0	4
<b>Instituições</b>	2	3	3	3	2	0	3	5	21
<b>Internacional</b>	0	1	0	0	2	0	1	2	6
<b>Lei</b>	14	15	11	6	13	0	25	10	94
<b>Mulher</b>	0	0	0	1	12	0	4	2	19
<b>Prevenção</b>	0	3	2	0	3	0	12	4	24
<b>Reacção</b>	12	13	7	0	13	0	22	10	77
<b>Valores sociais</b>	0	2	0	1	1	0	1	0	5
<b>Vítimas</b>	13	15	9	9	11	0	19	17	93
<b>Total</b>	122	132	76	59	139	0	186	121	835

## 6. CRUZAMENTO ENTRE PARTIDOS E *FRAMES* (GERAL)

<b>Partidos</b> <i>Frames</i>	<b>BE</b>	<b>CDS-PP</b>	<b>Governo</b>	<b>Os Verdes</b>	<b>PCP</b>	<b>PRD</b>	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>Totais</b>
<b>Âmbito</b>	6	1	1	4	12	0	12	7	43
<b>Aspectos do acto</b>	31	36	20	20	72	0	43	27	249
<b>Definição de crime</b>	16	3	1	1	11	0	3	2	37
<b>Definição de violência</b>	39	33	20	27	61	0	65	34	279
<b>Desigualdade de género</b>	4	25	4	20	78	8	72	70	281
<b>Direitos</b>	9	15	6	14	40	3	31	35	153
<b>Económico-social</b>	2	21	9	17	60	3	52	46	210
<b>Estado (causa)</b>	1	11	0	5	24	0	8	11	60
<b>Estado (acção)</b>	17	42	44	22	72	14	116	70	397
<b>Estudos</b>	4	5	4	5	15	0	15	11	59
<b>Família e conjugalidade</b>	5	9	5	2	31	0	37	17	106
<b>Instituições</b>	6	17	13	13	30	4	42	22	147
<b>Internacional</b>	1	14	3	6	36	0	24	27	111
<b>Lei</b>	20	41	38	15	71	2	81	56	324
<b>Mulher</b>	2	30	2	16	46	25	43	48	212
<b>Prevenção</b>	1	6	4	4	48	1	23	23	110
<b>Reacção</b>	17	23	8	8	49	3	42	25	175
<b>Valores sociais</b>	3	13	2	7	20	11	30	30	116
<b>Vítimas</b>	19	26	12	21	56	3	48	33	218



## 7. CRUZAMENTO ENTRE PARTIDOS E *FRAMES* (GERAL)

<b>Partidos</b> <i>Frames</i>	<b>BE</b>	<b>CDS-PP</b>	<b>Governo</b>	<b>Os Verdes</b>	<b>PCP</b>	<b>PRD</b>	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>Totais</b>
<b>Âmbito</b>	6	1	1	4	12	0	12	7	43
<b>Aspectos do acto</b>	31	36	20	20	72	0	43	27	249
<b>Definição de crime</b>	16	3	1	1	11	0	3	2	37
<b>Definição de violência</b>	39	33	20	27	61	0	65	34	279
<b>Desigualdade de género</b>	4	25	4	20	78	8	72	70	281
<b>Direitos</b>	9	15	6	14	40	3	31	35	153
<b>Económico-social</b>	2	21	9	17	60	3	52	46	210
<b>Estado (causa)</b>	1	11	0	5	24	0	8	11	60
<b>Estado (acção)</b>	17	42	44	22	72	14	116	70	397
<b>Estudos</b>	4	5	4	5	15	0	15	11	59
<b>Família e conjugalidade</b>	5	9	5	2	31	0	37	17	106
<b>Instituições</b>	6	17	13	13	30	4	42	22	147
<b>Internacional</b>	1	14	3	6	36	0	24	27	111
<b>Lei</b>	20	41	38	15	71	2	81	56	324
<b>Mulher</b>	2	30	2	16	46	25	43	48	212
<b>Prevenção</b>	1	6	4	4	48	1	23	23	110
<b>Reacção</b>	17	23	8	8	49	3	42	25	175
<b>Valores sociais</b>	3	13	2	7	20	11	30	30	116
<b>Vítimas</b>	19	26	12	21	56	3	48	33	218

## 8. CRUZAMENTO ENTRE PARTIDOS E TEMAS (GERAL)

Partidos Temas	BE	CDS-PP	Governo	Os Verdes	PCP	PRD	PS	PSD	Totais
Afastamento	2	7	0	3	7	0	4	1	24
Agressão	1	4	1	0	2	0	3	1	12
Agressor	13	8	2	6	7	0	12	6	54
Apoio	0	5	1	1	13	0	9	7	36
Apoio infância	0	0	0	0	10	0	3	6	19
Associações	4	2	12	4	20	4	26	17	89
Atendimento	1	4	0	0	10	0	6	1	22
Benefício fiscal	0	2	0	0	2	3	6	4	17
Campanhas	0	0	0	0	2	0	3	2	7
Casa	0	1	0	0	2	0	2	2	7
Casa abrigo	3	11	0	9	4	0	11	2	40
Coabitação	0	0	0	0	4	0	0	0	4
Combate	6	2	1	1	7	2	12	5	36
Comissões	4	3	11	3	33	10	41	29	134
Conjugalidade	1	2	5	0	4	0	3	3	18
Criança	2	1	0	3	10	1	10	3	30
Crime	17	16	11	9	19	0	12	14	98
Crime público	16	3	0	0	10	0	1	2	32
Crime semipúblico	0	0	1	1	4	0	2	0	8
Democracia	0	0	2	5	4	0	7	11	29
Dependência	1	1	1	4	5	0	3	7	22
Desigualdade	1	9	0	5	27	0	11	8	61

<b>Dia mulher</b>	0	3	0	3	6	3	7	7	29
<b>Direitos</b>	1	6	3	4	15	1	5	12	47
<b>Direitos humanos</b>	7	3	0	5	6	0	13	3	37
<b>Direito da mulher</b>	0	5	0	0	16	2	8	15	46
<b>Discriminação</b>	0	3	0	8	36	4	21	23	95
<b>Doação</b>	0	0	0	0	1	1	5	3	10
<b>Economia</b>	1	0	0	0	8	0	5	10	24
<b>Educação</b>	0	2	0	0	13	0	9	11	35
<b>Estado de direito</b>	2	3	1	0	1	0	1	1	9
<b>Estado (enquanto causa)</b>	0	4	0	2	10	0	1	2	19
<b>Estado (enquanto acção)</b>	2	6	7	7	4	1	9	8	44
<b>Estratégia</b>	0	1	2	1	1	0	4	0	9
<b>Estudos</b>	4	5	3	5	14	0	14	11	56
<b>Exemplos</b>	0	6	0	1	1	17	2	7	34
<b>Família</b>	4	7	1	2	22	0	32	15	83
<b>Femicídio</b>	6	1	0	0	1	0	3	3	14
<b>Feminismo</b>	0	4	0	0	0	4	1	3	12
<b>Forças segurança</b>	1	4	1	0	3	0	4	2	15
<b>Governo (enquanto causa)</b>	1	7	0	3	14	0	7	10	42
<b>Governo (enquanto acção)</b>	4	9	5	4	5	0	29	15	71
<b>Idosos</b>	0	1	0	0	1	1	8	0	11
<b>Igualdade</b>	1	12	2	5	16	1	45	41	123
<b>Indeminização</b>	3	5	25	0	7	0	7	6	53
<b>Informação</b>	0	0	2	0	16	0	2	2	22
<b>Maus tratos</b>	3	2	4	0	10	0	9	1	29
<b>Mentalidade</b>	1	4	2	2	15	1	9	5	39
<b>Mulheres vítimas</b>	5	6	0	15	39	2	22	15	104
<b>Orçamento</b>	1	5	1	2	3	0	9	1	22

<b>Outros actores govern.</b>	3	4	3	1	9	0	7	5	32
<b>Outros órgãos govern.</b>	1	6	3	8	19	0	16	10	63
<b>Outros problemas</b>	0	1	0	7	15	0	5	1	29
<b>Papel mulher</b>	2	7	1	2	14	3	21	18	68
<b>Participação mulher</b>	0	8	1	5	5	1	7	13	40
<b>PNCVD</b>	1	1	2	0	0	0	6	1	11
<b>Poder</b>	1	1	1	3	1	3	2	2	14
<b>Prevenção</b>	1	4	2	4	15	1	11	3	41
<b>Privado</b>	2	0	1	1	6	0	8	6	24
<b>Problemas</b>	1	5	0	0	6	0	4	3	19
<b>Protecção</b>	9	7	6	5	18	0	11	9	65
<b>Público</b>	4	0	0	4	6	0	7	3	24
<b>Redes</b>	0	5	1	4	7	0	6	4	27
<b>Semipúblico</b>	0	1	0	0	2	0	0	0	3
<b>Sociedade</b>	1	16	8	15	12	2	26	16	96
<b>Trabalho</b>	0	5	1	3	42	1	23	23	98
<b>Valores sociais</b>	3	10	0	5	7	10	24	25	84
<b>Violência</b>	1	11	4	12	43	0	12	8	91
<b>Violência conjugal</b>	2	0	4	0	5	0	4	1	16
<b>Violência contra as mulheres</b>	11	0	0	13	35	0	21	6	86
<b>Violência de género</b>	2	0	1	0	1	0	1	1	6
<b>Violência doméstica</b>	29	30	12	11	20	0	38	25	165
<b>Violência familiar</b>	2	1	0	0	1	0	4	0	8
<b>Violência física</b>	3	3	2	2	2	0	3	1	16
<b>Violência psicológica</b>	2	2	2	3	4	0	4	2	19
<b>Violência sexual</b>	2	0	1	3	4	0	3	1	14
<b>Vítima</b>	12	19	12	4	11	0	19	17	94
<b>Total</b>	214	342	175	238	800	79	771	567	3186